



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

LUÍS PEDRO ALVES GONÇALVES

**OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL NA PANDEMIA DE COVID-19:
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA
NOVA CONCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO RURAL**

AMARGOSA-BA

AGOSTO/2023

LUÍS PEDRO ALVES GONÇALVES

**OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL NA PANDEMIA DE COVID-19:
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA
NOVA CONCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos.

AMARGOSA-BA

AGOSTO/2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

G635d

Gonçalves, Luís Pedro Alves.

Os Desafios da extensão rural na pandemia de covid-19: educação do campo e a agroecologia na construção de uma nova concepção sobre a extensão rural. / Luís Pedro Alves Gonçalves. – Amargosa, BA, 2023.

100 fls.; il. color.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2022.

Bibliografia: fls. 104 - 109.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Agricultura – aspectos sociais. I. Santos, Tiago Rodrigues. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

LUÍS PEDRO ALVES GONÇALVES

OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL NA PANDEMIA DE COVID-19:
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA
NOVA CONCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Aprovado em: 31/03/2023

Banca Examinadora:



Orientador: Professor Dr. Tiago Rodrigues

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Profa. Dra. Naiara Célida dos Santos de Souza

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Prof. Dr. Yuri Caires Ramos

Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas - CCAAB - UFRB

RESUMO

A pandemia trouxe consigo uma série de desafios para a sociedade, principalmente na maneira como as pessoas se relacionavam, as medidas protetivas, sobretudo o isolamento social, impôs a utilização das tecnologias digitais para a comunicação, dessa forma as atividades remotas passaram a ser regra. Na Extensão Rural, considerado o processo educativo não foi diferente, as instituições de ATER tiveram que se adaptar ao remoto. Ações que dependem de tecnologias que ainda não estão acessíveis no campo carecem de atenção, principalmente por parte da academia. Objetiva-se com o presente trabalho realizar uma análise da Extensão Rural durante a pandemia a partir das ações da BAHATER no período, através da análise da literatura, notas técnicas, notícias e as *lives* “Diálogos de ATER”, que foram encontros virtuais, segundo a SDR voltados para agentes de ATER, agricultores e agricultoras familiares, cujo objetivo é ser um processo de formação rápida, dinâmica e interativa. Com base na leitura do histórico da ATER no Brasil, é possível compreender que ela esteve a serviço do agronegócio, em detrimento do fortalecimento da Agricultura Familiar, esse processo se agrava com a pandemia, o remoto e a má gestão da crise sanitária, em um período de abandono por parte do Governo Federal das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar e produção de alimentos. Na Bahia, as políticas de ATER vinham se aproximando do modelo freiriano e agroecológico, defendido pelos setores organizados da agricultura familiar, modelo que se mostra capaz de contribuir na superação das contradições do campo brasileiro, contudo, o modelo misto de ATER adotado possui diversas lacunas, sobretudo na dimensão do volume de investimentos em relação ao número de agricultores familiares do Estado, como se não bastasse, a pandemia retardou o andamento dessas políticas com o distanciamento social e a BAHATER tenta, ao menos, minimizar essas perdas a partir das *lives*. Apesar dos temas relacionados à ATER dialógica de Freire e agroecológica aparecerem, a participação e interação nas *lives* ficou longe do que se espera em uma formação e a presença de participantes foi pequena, em comparação ao enorme número de agricultores e agricultoras familiares e técnicos de ATER na Bahia.

Palavras chave: Extensão Rural, Agroecológica, Pandemia, BAHATER.

ABSTRACT

The pandemic brought with it a series of challenges for society, mainly in the way people related to each other, protective measures, especially social isolation, imposed the use of digital technologies for communication, thus remote activities became the rule. In Rural Extension, considered an educational process, it was no different, ATER institutions had to adapt to the remote. Actions that depend on technologies that are not yet accessible in the field need attention, especially from academia. The objective of this work was to carry out an analysis of Rural Extension during the pandemic based on the actions of the BAHATER in the period, through the analysis of the literature, technical notes, news and the lives "Diálogos de ATER", which were virtual meetings, according to the SDR aimed at ATER agents, family farmers, whose objective is to be a quick, dynamic and interactive training process. From reading the history of ATER in Brazil, it is possible to understand that it was at the service of agribusiness, to the detriment of strengthening Family Agriculture, this process worsens with the pandemic, the remoteness and mismanagement of the health crisis, in a period of abandonment by the Federal Government of public policies aimed at family farming and food production. In Bahia, ATER's policies were approaching the Freirean and agroecological model, defended by the organized sectors of family agriculture, model that is capable of contributing to overcoming the contradictions of the Brazilian countryside, however, the adopted ATER mixed model has several shortcomings, especially in the dimension of the volume of investments in relation to the number of family farmers in the State, as if that were not enough, the pandemic delays the progress of these policies with social distancing and BAHATER tries to at least minimize these losses from the lives. Despite the themes related to Freire's dialogic and agroecological ATER appearing, participation and interaction in the lives was far from what is expected in a training and the presence of participants was small, compared to the huge number of family farmers and ATER technicians in Bahia.

Key words: Rural Extension, Agroecological, Pandemic, BAHATER.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Estrutura fundiária Lajedão-BA (2017).....	15
Tabela 2 - Chamadas públicas da BAHIATER.....	50
Quadro 1 - Agriculturas Alternativas.....	61
Quadro 2 - Relação das Lives, datas, visualizações, nome e formação dos convidados	89

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
ACR	Agente Comunitário Rural
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
AIA	American International Association for Economic and social Development
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CFP	Centro de Formação de Professores
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Diretoria Administrativo Financeira
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural
DIROP	Diretoria Operacional
DIS	Diretoria de Inovação e Sustentabilidade
EBC	
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-BA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Bahia
EMATER-RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENERA	Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária
ERA	Encontro Regional de Agroecologia da Região Sudeste
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos
FASER	Federação das Associações dos Servidores do Sistema EMBRATER
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEBAFES	Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFES	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MA	Ministério da Agricultura
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PANC	Plantas alimentícias não convencionais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEATER	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROATER	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
REGA	Rede de Grupos de Agroecologia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SSR	Serviço Social Rural
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
SUS	Sistema Único de Saúde
SUTRAG	Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO	12
1.1 INTRODUÇÃO	12
1.2 O PESQUISADOR E SUA RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO	14
1.3 O PROBLEMA ESTUDADO.....	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS	21
2.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA	21
2.2 CAMINHOS PERCORRIDOS	22
2.3 OBJETIVOS.....	25
2.3.1 Objetivo Geral.....	25
2.3.2 Objetivos específicos.....	25
3 CONTEXTO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NA BAHIA.....	26
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO EXTENSIONISMO RURAL	26
3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	32
3.3 A EXTENSÃO RURAL NA BAHIA E A BAHIA TER.....	45
3.3.1 ATER indireta, chamadas públicas	48
3.3.2 ATER indireta, Mais ATER	52
3.3.3 ATER direta	53
4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SIGNIFICADO PARA A EXTENSÃO RURAL.....	55
4.1 LUTA E RESISTÊNCIA NO BRASIL: O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, O MST E A LEITURA SOBRE EDUCAÇÃO	55
4.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	60
4.3 A EXTENSÃO A PARTIR DAS LEITURAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DA AGROECOLOGIA.....	68
5 EXTENSÃO RURAL, GOVERNO GENOCIDA E A PANDEMIA DE COVID-19 ...	75
5.1 PANDEMIA DA COVID-19 E A GESTÃO DESASTROSA DO GOVERNO FEDERAL	75
5.2 SOBERANIA ALIMENTAR EM RISCO: PANDEMIA E O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA.....	78
5.3 PANDEMIA, ISOLAMENTO E O REMOTO	81

5.4 EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19	82
5.5 PANDEMIA E ATER NA BAHIA - UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA BAHIATER- SDR NO PERÍODO PANDÊMICO	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106

1 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

Se, por um lado, o latifúndio predomina no país, por outro, a partir da luta iniciada por indígenas e negros, ampliada e depois organizada através dos Movimentos Sociais a partir do século XX, se constrói e se territorializa uma das maiores resistências ao modelo hegemônico de desenvolvimento, o campesinato brasileiro e suas múltiplas dimensões¹.

O Brasil sempre foi um território de disputas, desde a ocupação portuguesa no Século XV, de modo que o território antes ocupado de maneira comunal passa a pertencer ao Reino português e obedecer a uma lógica de favorecimento da MetrÓpole e, posteriormente, de uma elite que se formava. Por sua vez, os camponeses sempre se organizaram e lutaram pelos seus direitos e contra os opressores.

A resistência camponesa não foi capaz de impedir o projeto da elite, que se consolida com o passar do tempo e se agrava no século XX, sobretudo a partir da Ditadura e da implantação da Revolução Verde, que representa o modelo capitalista de desenvolvimento no campo, a chamada Modernização da Agricultura. Essa “Modernização” foi devastadora para os camponeses brasileiros, causando enormes contradições, como a expropriação das terras, aumento do latifúndio, fome, degradação ambiental e a desvalorização dos saberes camponeses em troca da química e das máquinas no campo.

A Extensão Rural foi fundamental para a implantação do projeto capitalista de agricultura e foi fundamentada em tal lógica. Sob influência americana a extensão rural se institucionaliza no país e através da chamada difusão de conhecimentos promete “educar” a “massa rural” para o uso do pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde, subjugando os camponeses e seus conhecimentos, e impondo uma nova forma de ocupação no campo. Por muito tempo a Extensão Rural seguiria essa lógica, até seu fracasso na década de 1970, logo após começa-se a questionar o processo educativo da Extensão Rural e trazer outras reflexões para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sobretudo a partir das contribuições de Paulo Freire e da Educação Popular, contudo não existe uma verdadeira crítica por parte do poder dominante à prática Extensionista e a quem ela serve, com isso, as contradições do modelo Extensionista não são completamente superadas.

¹ Possesiros, meeiros, arrendatários, assentados da reforma agrária, foreiros, povos do campo, originários, sem terra ou com pouca terra.

Na Bahia esse processo não foi diferente, onde as instituições de ATER criaram centros de expansão do agronegócio, chamados de “Ilhas de Incertezas”, nos quais é possível enxergar com facilidade as contradições do agronegócio, sobretudo através do acúmulo de riquezas por poucos e da fome para muitos, devastação dos ecossistemas, poluição do solo e água, erosão, entre outros. Com o fim do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Bahia (EMATE-BA), cria-se a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que deu sequência ao modelo extensionista e após anos com baixos investimentos é extinta em 2014.

O movimento que vai ressignificar a prática extensionista e repensar a dimensão educacional imbuída nela, para e pelos camponeses, se inicia dentro dos Movimentos Sociais, desde os anos 1980, a partir da reivindicação de uma educação própria e apropriada à classe camponesa, sobretudo a partir das experiências nas escolas dos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)². Com o fim da Ditadura, os movimentos sociais ganham força e projeção nacional, e a luta pelo direito à terra passa a ser a centralidade das mobilizações, porém essa não se aparta da luta pelos demais direitos, que devem ser garantidos pelo Estado. O MST, primeiro movimento camponês de maior projeção, passa a reivindicar escolas nos assentamentos, ao mesmo tempo que reivindica uma educação apropriada à realidade camponesa. Nesse movimento, o MST prepara militantes para estarem à frente das escolas, primeiro com professoras leigas e, com o passar do tempo, elas passam a buscar cada vez mais formação para atuarem. Os camponeses agora ocupam e ressignificam a universidade pública, levam os saberes tradicionais para a academia e trazem o conhecimento científico para o campo, ao mesmo tempo que geram demandas para a ciência a partir da vivência camponesa, trazendo a luta pela terra e a agroecologia para o centro do debate. A Extensão Rural parece não se encaixar mais nessa ótica, ao mesmo tempo em que é reivindicada enquanto ferramenta do Estado para o desenvolvimento rural.

Somente após a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a nível nacional e da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) na Bahia, conseguimos alguns avanços na garantia da ATER como direito, e na centralidade da agroecologia nas suas ações, buscando atender aos camponeses. A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) adota um

² O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

modelo misto de ATER, em que, além dos técnicos próprios, realiza parcerias com prefeituras e consórcios e contratos com organizações da sociedade civil.

Apesar dos avanços, ainda existe um enorme abismo a ser superado, a concentração fundiária historicamente aumentou no Brasil e na Bahia e os investimentos em ATER pública e continuada são insuficientes, os camponeses ainda necessitam de acesso à terra e a condições para sobreviver dela, contudo, o grande desafio é criar políticas públicas estruturantes e resistentes, pois, nos últimos anos, as políticas públicas que atendiam os camponeses estão sendo destruídas.

Um golpe parlamentar em 2016, seguido de um governo de extrema direita eleito em 2018, acabou com os investimentos na produção de alimentos, os mecanismos de garantia da segurança e soberania alimentar e colocou o Brasil no mapa da fome mais uma vez. Com requintes fascistas e antidemocráticos, o governo foi ainda mais fatal com o surgimento da Pandemia da Covid-19 em 2020. Foram mais de 2 milhões de mortes no mundo e mais de 200 mil no Brasil, sendo este um dos países onde mais se morreu por covid no mundo.

A pandemia trouxe consigo o isolamento e a limitação na realização de atividades presenciais, com isso as atividades de ATER foram suspensas pelos diversos organismos de prestação desses serviços. Na Bahia, como em outros estados, as atividades passaram a ser realizadas por meio de grupos de WhatsApp, vídeo conferências, chamadas de vídeos, sobretudo por meio das *lives* Diálogos de ATER, realizadas através do YouTube, que tinham objetivo de suprir uma demanda de formação para técnicos e agricultores durante o período.

1.2 O PESQUISADOR E SUA RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO

Ter nascido no interior, ser filho e neto de camponeses e ajudar na lida com a roça desde pequeno foram as bases da minha formação. No entanto, mesmo amando a roça, tive que morar na cidade para poder estudar.

O pequeno município de Lajedão, no extremo sul da Bahia, com população de 3.733 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), tem uma população muito ligada ao campo, direta ou indiretamente. A maior parte do município é ocupada por grandes propriedades, com predominância da pecuária extensiva e do monocultivo da cana de açúcar e eucalipto. Apesar disso, o número de pequenas propriedades é grande e a agricultura familiar, com sua diversidade, produz leite e derivados, principalmente o queijo e requeijão, mandioca e derivados, como a farinha, polvilho, beiju entre outros alimentos.

Em Lajedão também é grande o número de expropriados da terra, trabalhadores que sempre foram do campo, descendentes de indígenas, escravos e imigrantes que se misturaram. O que esses posseiros, meeiros, vaqueiros e outros camponeses têm em comum é a ausência do direito à terra. Esse processo gera a concentração fundiária, conforme descrito na Tabela 1, adiante, produzida pelo grupo GeograffAr 2020, mostrando um retrato da concentração fundiária em Lajedão, ou seja, em 2017, apenas 8 propriedades ocupavam 43,81% do território.

Tabela 1 - Estrutura fundiária Lajedão-BA (2017)

Município: Lajedão (BA)		Ano: 2017		MF ¹ : 55(ha) FMP ² : 3(ha)		IG ³ : 0,799	
Grupo de Área	Estabelecimento (nº)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)			
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-	-			
De 0,1 a menos de 0,2 ha	2	-	0,83	-			
De 0,2 a menos de 0,5 ha	3	1	1,24	-			
De 0,5 a menos de 1 ha	15	9	6,20	0,02			
De 1 a menos de 2 ha	20	23	8,26	0,06			
De 2 a menos de 3 ha	10	21	4,13	0,05			
De 3 a menos de 4 ha	6	20	2,48	0,05			
De 4 a menos de 5 ha	3	14	1,24	0,03			
De 5 a menos de 10 ha	23	147	9,50	0,36			
De 10 a menos de 20 ha	27	401	11,16	0,98			
De 20 a menos de 50 ha	35	1.013	14,46	2,48			
De 50 a menos de 100 ha	31	2.124	12,81	5,19			
De 100 a menos de 200 ha	28	4.201	11,57	10,27			
De 200 a menos de 500 ha	20	6.323	8,26	15,46			
De 500 a menos de 1.000 ha	11	8.687	4,55	21,24			
De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	7.540	2,07	18,43			
De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	10.384	1,24	25,38			
De 10.000 ha e mais	-	-	-	-			
Produtor sem área	-	-	-	-			
Total	242	40.908	100	100			

¹ - Módulo Fiscal; ² - Fração Mínima de Parcelamento; ³ - Índice de Gini.
 Fonte: INCRA; IBGE. Censo Agropecuário, www.ibge.gov.br.
 Elaboração: Projeto GeograffAR, 2020/21.

Esse modelo de uso do espaço/terra conforma o território de Lajedão, dentro desse processo de disputa entre apropriação privada da terra, degradação ambiental, com uma visão reducionista de utilização econômica da terra versus camponeses sem terra ou com pouca terra, lutando para sobreviver através da sua força de trabalho.

A busca pela educação afastou-me do campo temporariamente, visto que aos 15 anos de idade saí de Lajedão para estudar em uma escola pública em Vitória-ES. Desde então o objetivo era estudar para o vestibular e, após a conclusão do curso superior, voltar para Lajedão. Sempre buscava me conectar com o campo e a infância vivida no interior, apesar de estar vivendo numa capital.

Essa conexão com o campo influenciou na escolha pelo curso de agronomia e me fez mudar novamente para o interior, ingresso no Instituto Federal do Espírito Santo *campus* Santa Teresa (IFES-ST), no curso de Agronomia, um curso nos moldes convencionais da

agronomia capitalista. No curso, conheci a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), o que proporcionou entender melhor a realidade agrária brasileira, baseada na concentração de terras, a revolução verde e o modelo reproduzido pela grande maioria dos cursos de agronomia do país. No movimento, entendi que os estudantes podem e devem questionar e propor melhorias no curso, na universidade e na própria educação e conseguem fazer a leitura dos projetos e ideologias por trás dos modelos impostos.

A FEAB apresentava uma alternativa ao modelo predatório da agricultura, a agroecologia, que incorpora desde aspectos produtivos ecológicos a aspectos culturais das famílias camponesas e comunidades tradicionais, como alternativa ao modelo hegemônico e que seria capaz de produzir alimentos de qualidade. A militância do movimento estudantil somada à força da agroecologia e do campesinato contagiam, tornando-me também um militante da luta agroecológica.

Pela FEAB, contribuí na organização do IV Encontro Regional de Agroecologia da Região Sudeste (IV ERA-SE) e participei de diversos outros encontros relacionados à agroecologia, na organização de debates dentro do Instituto, com objetivo de construir junto aos estudantes os saberes sobre o modelo atual de agricultura, e como a agroecologia apresenta-se como alternativa capaz de superá-lo.

Como militante da agroecologia, conheci alguns movimentos que lutam pela preservação da natureza e em favor da agroecologia, Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), além de diversos coletivos e militantes da construção de um novo modelo de campo para o Brasil. Participei de encontros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e conheci a luta pelos direitos de atingidos por empreendimentos energéticos e mineração.

Participei de encontros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como a Feira da Reforma Agrária, e desenvolvi um trabalho de pesquisa/extensão no assentamento de reforma agrária Vale da Esperança, onde conduzi um cultivo de milho crioulo, em parceria com Dimas e Joselma, assentados da Reforma Agrária, e os colegas de faculdade Diego e João Marcos, cujo objetivo foi o resgate da agrobiodiversidade e construção do conhecimento agroecológico local. Esse trabalho posteriormente foi publicado nos anais do Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia e na revista Craibeiras de Agroecologia.

No segundo semestre de 2018, iniciei uma tarefa no MAB para trabalhar na mobilização para assessoria técnica aos atingidos pelo crime da Samarco no Rio Doce³, no município de Colatina, e participei efetivamente da luta da população ribeirinha que perdeu não só o rio, mas todo o modo de vida, que está intimamente ligado à pesca de peixes e às trocas de conhecimentos sobre essa vivência com as novas gerações.

A luta inicial era o auxílio emergencial, já que em 2018 grande parte da população atingida não tinha recebido. Porém, essa era a menor das ações de reparação e a estratégia, no momento, era lutar pela Assessoria Técnica, pois essa seria capaz de contribuir na organização de uma pauta de luta que fosse fundamentada tecnicamente, ao mesmo tempo que fosse adequada à realidade dos atingidos. Era necessário provar para a opinião pública, poder público, empresas criminosas e, em parte, para a própria população atingida a existência dos diversos danos causados pelo crime.

No trabalho com os camponeses ribeirinhos, o desafio era conversar sobre a Assessoria Técnica e contribuir na mobilização para as reuniões de escolha da entidade que iria prestar a assessoria, ao mesmo tempo que deveria contribuir na construção do Plano de Trabalho de Assessoria da nossa organização. Nas diversas visitas e conversas, os pescadores e ribeirinhos sempre relatavam sobre a pesca e a produção de alimentos perto do rio, e que agora não podiam mais pescar nem usar a água para irrigar suas plantas. Naquele contexto, pude perceber que algumas técnicas agroecológicas poderiam ajudar na recuperação de parte dos danos, sobretudo na dimensão produtiva e alimentar (criação de peixes, hortas, agroflorestas, quintais produtivos, compostagem, entre outras). Porém a dimensão da organização dos atingidos era mais importante naquele momento, era preciso que o povo pressionasse as empresas criminosas para que adotassem os meios de reparação, e a leitura do movimento é de que a assessoria seria capaz de provar os danos e propor tais medidas. A organização parceira do MAB foi escolhida, porém, até hoje, a justiça não conseguiu obrigar as empresas a pagarem pela Assessoria Técnica como ela deveria ser.

A partir das experiências vivenciadas, passo a me enxergar na condição de camponês que teve que sair de seu território para estudar, processo refletido na esperança de voltar e poder cultivar a terra, compreendendo o termo camponês com mais profundidade, sobretudo pelos diferentes “tipos” que existem. Após a conclusão do curso de agronomia, e retorno à

³ Em 05 de novembro de 2015 uma das barragens de contenção de rejeitos de mineração de propriedade da Samarco Mineração, localizada em Mariana/MG, rompeu, liberando, aproximadamente, 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos no meio ambiente.

Bahia em fevereiro de 2019, o novo desafio era aplicar o acúmulo das vivências e conhecimento, ainda em construção, para contribuir com o campesinato em Lajedão.

Agora, como pesquisador/extensionista/agroecólogo, ainda trazia comigo uma ideia que a extensão do seu conhecimento em organização popular, agroecologia e técnicas de produção, sozinhas, seriam capazes de modificar de fato a vida das pessoas da cidade. Ainda seria necessário conhecer e aprofundar em outras dimensões.

Em setembro de 2019 fui para Salvador e participei de uma formação/estágio na Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária (SUTRAG), autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Conheci sobre a dinâmica de funcionamento da secretaria e suas superintendências, como a BAHIATER, os territórios de identidade da Bahia, conflitos sociais no campo baiano, entre outras pautas de importância que eram temas das discussões e dos trabalhos. Participei da organização da 10ª FEBAFES e do Simpósio de Experiências e Práticas em Agricultura Familiar. Em Itabuna, iniciamos as conversas sobre o trabalho com os assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e nesse período escrevi a proposta para o Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pois entendia que o mestrado iria possibilitar uma melhor abordagem das metodologias participativas e que a partir dele poderia gerar um produto que serviria para outros profissionais que desejassem trabalhar com metodologias participativas de ATER em assentamentos.

Foram dois dias de aulas, quando no dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria 322/2020, a UFRB suspendeu as atividades acadêmicas. Era o tempo dos estudantes voltarem para casa antes do fechamento das rodoviárias. Vale mencionar que, após uma reunião com o orientador, o prof. Tiago Rodrigues, em uma quarta-feira, 18/03/20, cheguei em Salvador e deparei-me com um decreto de fechamento das rodoviárias, tendo que ficar em Salvador, isolado na casa de uma tia, pertencente a grupo de risco, até junho de 2020, quando consegui, enfim, retornar de carro para Lajedão.

Um período de muita angústia e incerteza em Salvador, o início da pandemia, das mortes no Brasil, as saídas de casa limitadas ao supermercado, quando necessário, a vontade de voltar para casa, onde poderia ir à roça e onde o número de casos ainda era muito pequeno (primeiro caso no início de junho). Essas limitações e incertezas dessa fase inicial da pandemia foram marcantes, mas não era impossível prever quanto tempo demoraria para acabar.

O estudo não parou neste período de adaptação, graças às leituras e debates no EETnogrAFAR (cujo ingresso foi propiciado pelo orientador), que foram fundamentais para

aprofundar conhecimentos sobre o campesinato brasileiro. O grupo de estudos tornou-se um grande aliado no período de aulas paralisadas, era uma maneira de nos mantermos conectados e nos prepararmos para as aulas remotas que viriam. Em 08 de setembro de 2020 a UFRB retorna às aulas de maneira remota. Com algumas dificuldades, todos e todas, discentes ou docentes, tiveram que se adaptar à nova maneira de estudar. As aulas remotas e a nova rotina de assistir aula em casa, com a família em sua dinâmica do dia a dia, às vezes dividindo a sala ou até mesmo o computador, cachorro latindo, o galo cantando e o carro da galinha e dos ovos passando com som alto na rua na hora das aulas.

Do início das aulas remotas até o primeiro semestre de 2022, cerca de um ano e meio após o retorno, se passaram todos os componentes e atividades do mestrado, restando apenas o trabalho final de conclusão, no qual a escrita se finaliza agora, após a pandemia ter imposto diversas mudanças no decorrer desse trajeto, e que, pela importância e duração do período vivido, a pandemia terminou por ser um objeto de análise desta pesquisa.

1.3 O PROBLEMA ESTUDADO

A evolução da agricultura trouxe em sua face hegemônica diversas contradições em todo o mundo. No Brasil não foi diferente, a Revolução Verde modificou totalmente o modo de se relacionar com a terra e produzir alimentos; a propriedade foi concentrada nas mãos de poucos e os camponeses expropriados dos seus meios de produção.

As investigações de como se deu essa evolução são vastas, inclusive as que mostram como ela excluiu negros e indígenas do acesso à terra e aos bens naturais, dominada pelo grande capital internacional. Diversos foram os componentes que contribuíram nesse processo, como a educação, a Extensão Rural, o Estado, governos etc.

Até aqui o problema a ser estudado se assemelha à ideia inicial de pesquisa, que seria estudar metodologias participativas de Extensão Rural em assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, ideia que surgiu a partir de um trabalho que fui convidado a fazer pelo Instituto Biofábrica da Bahia nos territórios Sul, Costa do Descobrimento e Extremo Sul, trabalho que não se concretizou a partir da pandemia e do distanciamento social, com isso mantivemos a ideia de trabalhar com Extensão Rural a partir de outra perspectiva.

Como a Extensão Rural se constituiu ao longo do tempo? Como ela se transformou com o desenvolvimento do capitalismo? Na Bahia, como a Extensão Rural se desenvolveu? Quais instituições prestaram/prestam serviços de ATER através do Estado? Como se deu o processo de criação de “ilhas de desenvolvimento” do agronegócio?

Os estudos sobre educação popular, os trabalhos de Freire, inclusive sobre Extensão Rural, foram capazes de mostrar o grande erro da Extensão Rural convencional, sobretudo no processo de difusão de conhecimentos pregado por ela. Qual a contribuição de Freire para a Extensão Rural? Como superar o modelo hegemônico de Extensão Rural? Como o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a PNATER contribuíram para a busca de uma nova Extensão Rural? Qual a visão da SDR e da BAHATER sobre a Extensão Rural?

O acúmulo histórico dos Movimentos Sociais e a projeção nacional do MST a partir da década de 1980 avançam na construção de um modelo de agricultura alternativa, constroem e constituem a agroecologia em suas diversas dimensões; na mesma trincheira de luta, surge a Educação do Campo, juntas essas ferramentas serão capazes de ressignificar o processo educacional, seja nas escolas ou nas roças, e fazer uma crítica profunda à Extensão Rural e acadêmica.

Como a agroecologia e a educação do campo enxergam a Extensão Rural? Quais desafios e oportunidades? Como a Educação do Campo e a agroecologia podem ressignificar a prática e a ideologia da Extensão Rural?

Em um período que a classe camponesa é fortemente atacada pelo governo, surge a pandemia de Covid-19, que, somada à uma política de governo genocida, foi devastadora, causando enorme perda de vidas humanas e causando grandes mudanças na maneira das pessoas se relacionarem.

A pandemia e o isolamento social trazem para o cotidiano das pessoas o termo remoto (que diz respeito às atividades realizadas à distância durante esse período), além disso, o debate sobre o digital, online e EaD se tornam mais frequentes, a ATER, junto com a educação, acompanha esse movimento.

Como o governo agiu durante a pandemia? Como se deu a Extensão Rural no período de pandemia? O que pôde e foi feito durante o período de isolamento na Extensão Rural? Quais as consequências do remoto para a Extensão Rural e para o campesinato brasileiro?

O que acontecerá com esse universo do mundo digital que tomou conta da vida de todos e todas, mesmo após a pandemia, torna-se uma grande questão. É preciso buscarmos entender em que medida essas ações contribuíram ou não para superar as diversas contradições do campo brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra, acesso às condições de produzir e principalmente de viver e reproduzir sua maneira de enxergar o mundo.

Tudo indica que algumas dimensões do remoto permanecerão após a pandemia. Estas precisam ser discutidas e analisadas criticamente, sobretudo as relacionadas à educação, assim como a Extensão Rural, como um processo educativo que se diz ser.

O modelo hegemônico de Extensão Rural, seu histórico e contradições; a agroecologia, movimentos sociais e Educação do Campo na ruptura dos paradigmas da Extensão Rural, um novo modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, o Estado e ATER na Bahia, Estado brasileiro e pandemia da Covid-19 e atuação da SDR/BAHIATER no período de pandemia são os fundamentos de análise da presente pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS

2.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA

Para começo de conversa, não se pode, em uma pesquisa como esta, apartar da discussão metodológica a experiência e a formação do pesquisador, que se tornam a base inicial da pesquisa. A partir de um conhecimento prévio sobre o assunto, buscou-se realizar uma leitura da literatura existente sobre o tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2001), a produção de dados para uma determinada pesquisa representa um conjunto de técnicas e processos empregados por uma atividade científica. Nesse caso específico, usou-se como estratégias a pesquisa bibliográfica e documental para coleta de dados.

Para Köche (2016), a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de analisar as principais contribuições teóricas já existentes sobre um tema e se desenvolver utilizando esse conhecimento já disponível na tentativa de explicar um problema.

Foram utilizadas duas estratégias de análise da bibliografia:

1. Pesquisa bibliográfica com fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos;
2. Pesquisa documental através de fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, como notas técnicas, relatórios de atividades, notícias de jornal, relatórios, *lives* etc.

A fonte da pesquisa, tanto na análise documental quanto na científica, foi a Internet, com uso de materiais divulgados na mídia e em institutos de governo, e da pesquisa através de buscadores em plataformas de pesquisa digital: Google, SciELO, CAPES, BDTD, além de buscas em páginas eletrônicas de jornais.

Buscou-se construir uma sustentação teórica para o tema proposto e contribuir para avanços e novos olhares a partir dessa revisão crítica, unificando pontos de vistas e métodos de análise diferentes para o tema. Assim, os dizeres de Galvão (2010):

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência [...]. (GALVÃO, p.1 2010).

Dessa forma, buscou-se uma análise científica do que já se tinha de informação tanto na ciência como nas notas técnicas de instituições de governo e notícias de jornais de forma crítica, unindo diferentes conhecimentos em uma análise holística que possa construir novos saberes acerca do tema, cobrindo certas lacunas existentes.

2.2 CAMINHOS PERCORRIDOS

É impossível abranger todo o recorte temporal sobre Educação do Campo, Agroecologia e Extensão Rural numa dissertação de mestrado, sabendo que essa trajetória é formada de inúmeras mudanças, contextos e práticas, além dos vários métodos de análise existentes.

Apesar de a Educação do Campo ser um fenômeno recente na história brasileira, seu histórico está ligado ao surgimento da Educação Popular, dos Movimentos Sociais e da agroecologia, existe um grande acúmulo dos Movimentos Sociais a respeito do tema, inclusive experiências exitosas e diversas reflexões e estudos de estudiosos da área.

Buscou-se descrever como se deu o processo histórico da educação no Brasil, o surgimento dos Movimentos Sociais do Campo, da agroecologia e da Educação do Campo no país. Utilizou-se, para isso, de documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do MST, leis, documentos das conferências de Educação do Campo, Dicionário da Educação do

Campo e autores como Caldart (2012, 2015) e Altieri (2014), buscando trazer as contribuições de cada agente nesse processo, os avanços e limitações desse movimento. Entendendo as novas proposições camponesas para a educação e o campo como um todo, buscou-se relacionar esse processo com a Extensão Rural e como ele pode reconstruir a prática extensionista do Estado a partir da ruptura dos velhos paradigmas do modelo capitalista de agricultura.

A literatura sobre Extensão Rural é muito rica em estudos de caso de experiências de extensão nos diferentes territórios e sistemas produtivos. Muitos desses trabalhos utilizam dados de aumento de produção e renda como indicadores da eficiência da ATER. Outros trabalhos versam sobre métodos específicos de Extensão Rural e suas aplicações, além dos que focam diretamente em sua estrutura interna (administração, técnicos e infraestrutura, técnicas e métodos, concepções e princípios etc.). Em ambos os casos é possível encontrar críticas e elogios à Extensão. Desse grupo, destacamos, aqui, Peixoto (2008), Oliveira (1997), Caporal (1991) extraído de Oliveira (2013) e modificado. Peixoto (2008) aprofunda também na legislação acerca da Extensão Rural no Brasil.

Outro grupo de pesquisas sobre a Extensão Rural no Brasil são as relacionadas ao seu processo educativo. Neste caso, preponderam estudos sobre a metodologia de Educação na Extensão Rural em diversas áreas, como atividade complementar, seus benefícios e malefícios, consoante Dias (1990), Leme (2005), Portilho (1998), Freire (1979) extraído em partes de Oliveira (2013).

Concentraram-se esforços para descrever o processo histórico e recente do serviço de Extensão Rural no Brasil, na Bahia, a EBDA e a BAHATER, além de discutir a relação desses sistemas de ATER com a evolução da agricultura, sobretudo a partir da modernização do campo brasileiro. Foram analisadas notas técnicas de atividades desenvolvidas, com foco nas ações realizadas na Bahia, sobretudo no período de pandemia, notícias sobre o fechamento da EBDA, leis sobre institucionalização da ATER, além de artigos e livros que tratam do processo histórico da Extensão. Destacam-se, nesse recorte, os autores: Caporal (1991), Peixoto (2008), Silva (2020), além de documentos da EMATER, EBDA, BAHIAPESCA, BAHATER e leis relacionadas como a PEATER e as *lives* Diálogos de ATER, realizadas pela BAHATER na pandemia, compostas de 62 *lives* que, após sua realização, ficaram disponíveis na plataforma digital YouTube. Buscou-se realizar uma análise das temáticas e dos convidados, sendo assistidas, transcritas e analisadas criticamente sob a ótica da agroecologia e da educação do campo, além disso buscou-se observar se houve interação dos participantes pelo chat, além de perguntas.

As notícias de jornais foram fundamentais para a análise do período de pandemia, contexto recente vivido pela humanidade, que não apresentava ainda uma literatura robusta, principalmente sobre sua relação com a educação, a agricultura e o isolamento social. Foram analisadas também notas técnicas do governo federal por meio do Ministério da Saúde sobre a pandemia, nota técnica da UFRB sobre aulas remotas, notas da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), decretos de governo, além das notas técnicas de atividades realizadas pela BAHIATER durante a pandemia.

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo Geral

Realizar um estudo sobre a trajetória da Extensão Rural no Brasil e na Bahia, o surgimento dos Movimentos Sociais e a trajetória da Educação do Campo e da Agroecologia na construção de uma nova concepção sobre a Extensão Rural, analisando a ação do Estado através da BAHIATER durante o período de pandemia de Covid-19.

2.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar e discutir o contexto da Extensão Rural no Brasil e na Bahia, a institucionalização da ATER e seu papel na trajetória do desenvolvimento da agricultura capitalista;
- Realizar um estudo sobre as concepções de extensão da Educação do Campo e da agroecologia, na interação entre saber popular e científico, a evolução dessas ciências/movimentos como projetos de luta camponesa;
- Realizar um estudo sobre o contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil e na Bahia, a Extensão Rural e os desafios no período pandêmico, sobretudo a partir das ações da BAHIATER, buscando entender a presença dos princípios da educação do campo e da agroecologia nessas ações.

3 CONTEXTO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NA BAHIA

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO EXTENSIONISMO RURAL

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, o uso de tecnologias para cultivo e produção de alimentos está intimamente ligado ao surgimento da própria agricultura. Desde que o ser humano começou a observar o desenvolvimento de plantas e o comportamento de animais, seus modos de reprodução, crescimento e cultivo, ele passou a criar conhecimento em torno da agricultura e, a partir daí, criar tecnologias de coleta, armazenamento de sementes, plantio, nutrição do solo, alimentação de animais, entre outras. Todas essas tecnologias constituem conhecimento criado pelo homem que é passado de geração em geração e também entre sociedades, em uma espécie de intercâmbio que aconteceu em diferentes tempos históricos de diversas maneiras.

O processo de intercâmbio dos conhecimentos e tecnologias pode se dar pelo domínio e saque, quando uma sociedade ou povo domina um território e impõe seus costumes alimentares e agrícolas ou saqueiam os recursos genéticos de um território, ou pela troca de saberes, em que ambos os participantes se beneficiam, quer seja quando um sábio ensina as crianças da comunidade, quer seja através da migração de pessoas, através da escrita e posterior leitura (pinturas rupestres, por exemplo), entre outros. Essas duas faces de um processo educativo intrinsecamente ligado à agricultura vão se moldando ao longo do tempo, nas diferentes sociedades.

Segundo Caporal (1991):

O estudo histórico da extensão rural, enquanto prática “educativa”, instituída para a transferência de informações técnicas na agropecuária, assumiu características diversas na história da humanidade, com papéis determinados e especificidades inerentes ao modo de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas em cada momento (CAPORAL, 1991, p.26).

A face que ocorre por dominação torna-se hegemônica na medida em que um sistema político-econômico se consolida mundialmente e impõe de diversas formas suas concepções e modelos de desenvolvimento, sobretudo da agricultura, sempre buscando suprimir qualquer modelo ou ideia que pudesse ferir seus interesses.

É fundamental destacar que no modo de produção primitivo os camponeses buscavam sua subsistência, visando se alimentar e reproduzir. Desta forma, a troca de informações

“técnicas” revertia em benefício da comunidade. As comunidades eram organizadas sob o regime de propriedade comum do solo. O homem trabalhava para obter da natureza os bens necessários à satisfação de suas necessidades. A apropriação dos bens se fazia numa divisão igualitária. Todos eram donos da terra, todos eram donos da produção. Não se encontrava, nestas sociedades, nenhum indício da existência do Estado, nem a formação de classes (MENDONÇA, 1988).

Neste sentido, não se pode creditar como obra do acaso ou à ação divina, o fato de que a videira, originária do Anatólia, tenha se espalhado pelo Oriente próximo. Pode-se, sim, dizer que, na medida em que os homens se organizavam em comunidades e modificavam seus instrumentos e formas de trabalho, os seus conhecimentos eram disseminados através das trocas de informações, cujos conteúdos eram apropriados em benefícios das comunidades, porque até então, as mudanças nas bases técnicas se davam sob o domínio do homem, que “humanizava” a natureza, ao mesmo tempo em que dela extraía os produtos necessários, primeiro para a subsistência e, logo depois, para a troca (CAPORAL, 1991, p. 27).

Sua evolução chega ao Brasil por meio da força imperialista e sob o comando de Portugal através do território baiano, aqui existiam modos de viver e enxergar o mundo específicos dos diversos povos indígenas existentes. As plantas aqui cultivadas e os conhecimentos em torno da alimentação são fatos que comprovam os intercâmbios de saberes em torno do cultivo de plantas e animais domesticados, sendo um dos elementos constituintes das diversas culturas e do modo de se relacionar com a natureza e que apresenta pontos em comum entre os povos que aqui viviam.

Muitas comunidades indígenas dominavam sistemas sofisticados de produção que incluíam desde conhecimentos de calendários agrícolas baseados na astrologia até sistemas de seleção e manejo de solos e diversificação de culturas (EMBRAPA, 2001).

Os Tupis, por exemplo, que ocupavam parte do território baiano, viviam da caça, coleta, pesca, além de praticarem a agricultura, sobretudo de tubérculos, como a mandioca e a horticultura. A divisão de trabalho era por sexo, cabendo aos homens as primeiras atividades e às mulheres o trabalho agrícola, exceto a abertura das clareiras para plantar, feita à base da “queimada”, tarefa essencialmente masculina. O plantio e a colheita, o preparo das comidas e o artesanato (confecção de vasos de argila, redes etc.) eram trabalhos femininos (IBGE, 2000). Percebe-se que existia um conhecimento em torno das práticas agrícolas, o que deveria ser repassado para os mais novos, a fim de manter os conhecimentos para as gerações futuras, além de uma divisão própria de como e quem realiza determinadas atividades.

A ocupação portuguesa impôs um novo modelo de produção onde as terras do “novo” continente passam a ser de Portugal, a extração de madeira, monocultura de cana-de-açúcar,

gado, extração de ouro, alternando em importância ao longo do tempo, substituem o uso comunal da terra e o cultivo de alimentos para subsistência antes praticado pelos povos originários.

Sob domínio português as riquezas materiais e imateriais, humanas e naturais, desse imenso território são apropriadas e os corpos indígenas são transformados em força de trabalho e mercadoria. Algum tempo depois, corpos negros de África são capturados e inseridos na ótica colonial como escravizados, um mercado lucrativo que durou mais de 300 anos e que através da força de trabalho desses povos construiu o Brasil e constitui grande parte da diversidade do país.

Ainda a respeito do sistema capitalista, a partir do seu avanço, começa-se a impor uma mudança radical no modo de vida e produção na sociedade, inclusive no modo como era usada a terra, organismo fundamental para a vida e a produção de alimentos. Uma classe dominante impõe um modo de produção que resulta em continuação da dominação, como afirma Caporal:

Assim, em diferentes modos de produção, os homens transferem informações técnicas, cujo resultado final é determinado pelas relações dominantes em cada um deles. [...] É, portanto, a partir das novas relações desenvolvidas pela evolução do capitalismo que a “extensão” passa a ter novos contornos (CAPORAL, 1991, p. 28-29).

O próprio nome escolhido surge a partir da ótica de dominação capitalista, passando uma ideia de transferência do conhecimento, a extensão surge como a substituição de uma forma de conhecimento por outra, como posteriormente Freire analisa no livro *Comunicação ou Extensão*, tratando especificamente do sentido da palavra e sua aplicação:

[...] o sentido do termo extensão, na acepção que nos interessa aqui [...] indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação – : estender algo a. O termo extensão, na acepção que nos interessa aqui – a do último contexto – indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação – : estender algo a (FREIRE, 1979, p.12).

Nos momentos que seguem após as mudanças na agricultura, a sociedade sofre grandes transformações e as relações de poder, produção e a própria maneira dos homens se relacionarem entre si e com a natureza passam a ser regidas principalmente pela existência de classes sociais e sua disputa desigual pelo poder.

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a

dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos [...] (MARX, 2003, p. 831).

Essa massa de proletários expropriados de seus meios de trabalho e produção para a subsistência foram sendo acumulados pela classe dominante que se formava, na medida em que essa massa fica apenas com sua força de trabalho para sobreviver, sendo explorados mais uma vez em um ciclo que gera cada vez mais lucro aos exploradores.

Importa, no caso, verificar que o processo deu-se, inicialmente, na agricultura. As transformações nesse setor foram muitas, mas é necessário enfatizar o processo de cercamento (enclosure) dos campos, particularmente na Inglaterra. Ao cercar as terras, os proprietários estavam “plantando” a semente que daria origem, ao longo dos tempos, à propriedade capitalista no campo, uma vez que, o que existia, até então, era a propriedade comunal (CAPORAL, 1991, p. 29).

Antes do capitalismo começar a existir, de fato, o cercamento, as primeiras cidades (burgos) e o crescimento do comércio, principalmente de lã, propiciaram um acúmulo de capital entre os comerciantes, que, com a posse ou os possuidores das terras, poderiam explorar o trabalho da classe expropriada (proletários) e gerar mais lucro.

Para Marx (2003, p. 828), “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converte em assalariados os produtores diretos”.

Aqui já podemos ver nascendo a oposição entre a terra, como posse comum de camponeses servos e o capital resultante do lucro mercantil, ou a oposição entre feudalismo e capitalismo. Ou mesmo uma separação, não apenas geográfica, mas econômica, social e cultural, entre o campo e a cidade (MORISSAWA, 2001). Em outras palavras, “a burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço” (SOUSA, s/d).

Nesse novo modelo de produção, o trabalhador produz o que o dono da terra e/ou o comerciante quer, o que o comércio demanda naquele momento, além disso, a qualidade que o comércio exige em determinado momento – pouca procura, o comerciante quer o produto de melhor qualidade, o de menor preço no comércio naquele momento pode até ser perdido e jogado fora. O que se inicia na lã torna-se uma característica inerente da agricultura capitalista, colocando o lucro à frente de tudo.

Essa exigência do mercado cria uma dependência da técnica e foi quem criou a necessidade de um intermediário, não comerciante, talvez camponês, responsável por

transmitir as exigências do mercado para os camponeses, surge assim a instituição Extensão Rural, que não aparece do dia para a noite. Segundo Caporal (1991), surge de um movimento instituinte que acompanha a evolução histórica da humanidade, da mesma forma que o surgimento do capitalismo não se deu como um corte na história, pois, como se sabe, em suas origens o capitalismo coexistiu com outros modos de produção.

Com a separação capitalista entre campo e cidade, o mercado consumidor que se encontrava nas zonas urbanas e os comerciantes, que transitavam entre campo e a cidade, eram quem definiam os caminhos da Extensão nesse período de consolidação do capitalismo. A Extensão Rural surge a partir das exigências da cidade, fora da realidade concreta do campo, principalmente porque está a serviço da classe dominante, rompendo de vez com as relações de conectividade e pertencimento entre campo e cidade, mas não com a dependência um do outro.

Jones (1989) salienta que “possivelmente, o primeiro e moderno serviço de educação e extensão agrícola foi estabelecido na Irlanda, durante a grande fome da batata, em meados do século XIX”.

A batata, originária da região Andina, foi importada para Europa e se tornou base da alimentação irlandesa. Grandes produtores lucravam com os plantios, a população cresceu e dependia muito desse produto. O monocultivo foi fatal e fez sua primeira grande vítima conhecida. A requeima da batata, doença causada por uma bactéria com alto poder de infecção e disseminação, dizimou as plantações no país, causando a fome irlandesa ou fome da batata.

No período posterior, temos que considerar que, agora, marcado pela existência do Estado e pela divisão de classes, bem como pela propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo começa a lançar seus braços em outras dimensões, como o desenvolvimento de tecnologia, principalmente sob o domínio da educação e da ciência, ampliando também o domínio dos meios de produção que se criavam.

O avanço da dominação do capital começa a demandar novas estratégias, a apropriação da ciência e da tecnologia requer o domínio do trabalho intelectual, com isso surge uma separação deste do trabalho manual. Como ressalta Santos (1986, p. 46), “A função de planejar, a tarefa de definir o objetivo do trabalho, escapará do trabalhador direto e incorporar-se-á ao proprietário dos meios de produção”.

O Estado, como veremos mais adiante, assume, então, o papel de mediador dos interesses do capital, tornando-se um instrumento capaz de garantir a reprodução do modo de

produção capitalista, ainda que gere custos para o próprio estado e lucros para terceiros. Com isso, o estado:

[...] oportuniza o fortalecimento de categorias intermediárias de indivíduos, não diretamente ligadas ao processo produtivo, que assumirão o papel formal de transmissores de informações técnicas. Estavam então estabelecidas as bases para a “profissão” de extensionista rural, cuja “instituição” seria elaborada e socialmente sancionada em momentos seguintes da história (CAPORAL, 1991, p.30).

Todo esse processo de apropriação do capitalismo está muito ligado também à educação, que, ao longo do tempo, vai se conformando para defender os interesses do capital, tanto de formar mão de obra como de alienar a população em torno de suas ideias.

Como antecedente do extensionismo na Bahia, destaca-se, aqui, a criação da Imperial Escola Agrícola da Bahia, por meio do decreto nº 5.957, de 23/06/1875, seguido da criação de diversos outros institutos, consequência de uma política iniciada em 1859 pelo Imperador D. Pedro II, que, a partir da crise da produção agrícola brasileira, causada pela diminuição do preço pago pelo açúcar exportado, pensou que através da educação poderia resolver problemas no campo brasileiro. A ideia era boa, mas existia uma concepção de que o campo era atrasado, que o conhecimento gerado nos institutos de ensino seria estendido aos agricultores e principalmente a concepção de agricultura para exportação de *commodities* e não para produzir alimentos e melhorar a vida dos camponeses.

Apesar de os Institutos não serem instituições de Extensão Rural, eles previam ações de extensão, além disso grande parte dos técnicos e professores que viriam atuar nas próximas fases da Extensão Rural se formaram nesse contexto dos Institutos Imperiais e viriam a reproduzir, em parte, esse modelo em suas atuações profissionais.

Com um vasto território (quinto maior do Brasil) de diferentes identidades e onde a exploração portuguesa começou, os camponeses na Bahia apresentaram uma demanda histórica do Estado, que sistematicamente esteve ausente. Esse processo histórico se reflete na estrutura agrária baiana, que até hoje concentra terras nas mãos de grandes empresas e famílias de coronéis.

A Bahia é o Estado com maior número de estabelecimentos categorizados como agricultura familiar, em 2017 foram estimados, para essa categoria, 593.411 estabelecimentos, que representam 77,79% do total de estabelecimentos baianos (IBGE, 2019b). Entretanto, os estabelecimentos familiares ocupam apenas 32% da área total dos estabelecimentos. A agricultura patronal ocupa 19.011.716 ha, o que representa 68% da área total, com apenas 169.437 estabelecimentos (IBGE, 2017b), é possível ver que um número menor de

estabelecimentos ocupa a maior parte do território agricultável do Estado. O elevado número de estabelecimentos familiares associado à distribuição agrária sugere diferentes agriculturas, que podem ser associadas a diferentes classes e frações de classes sociais.

3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL

O processo de institucionalização da Extensão Rural, como braço da modernização da agricultura, tornou-se estruturante para a constituição do atual desenho da agricultura nos diversos territórios. O Estado da Bahia seguiu de perto a trajetória extensionista nacional, fundamentada no produtivismo que se expressa também na exclusão de grande parte das camadas populares rurais.

Não se deseja, aqui, esgotar a discussão sobre a ATER e sim mostrar como os diferentes mecanismos que atuam para que o conhecimento saia dos livros e das mentes para ser um agente de transformação da realidade foram elementos constituintes da questão agrária brasileira, e estiveram presentes na história do Brasil, porém, desde sua constituição, essa transformação está alienada, a serviço de interesses externos, em detrimento dos interesses da classe camponesa.

“Pai da química agrícola”, o alemão Justus Von Liebig (1803-1873) comprovou por meio de seus experimentos que as plantas se nutrem de substâncias químicas, contestando a teoria humista, um postulado teórico que fundamentava a prática da adubação orgânica desde a Grécia Antiga. As descobertas de Liebig abriram caminho para que o desenvolvimento tecnológico na agricultura tomasse o rumo da agroquímica, permitindo o abandono das práticas orgânicas de recomposição da fertilidade (PETERSEN, 2012). Liebig defendia que através do uso de técnicas relacionadas à química seria possível imitar a natureza, com a narrativa que iria produzir alimentos e acabar com a fome mundial.

O contexto do pós-guerra e do desenvolvimento da química na agricultura liderado por Liebig foi a base do modelo estadunidense de agricultura, e estavam preparados para difundir esse modelo pelo mundo. Isso seria imposto, de alguma maneira, em alguns países com complacência dos governos locais e em outros através da instauração de golpes e roubo do poder administrativo e posteriormente através dos conglomerados empresariais com atuação global, que se consolidariam em vários países.

O modelo tem a mesma estrutura do início do capitalismo, como afirmou Marx, a base sólida da agricultura capitalista encontra-se na indústria moderna e na introdução de máquinas no campo, o resultado dessa modernização leva à expropriação radical de uma imensa maioria

dos habitantes no campo (MARX, 2003). A estrutura de expropriação e dominação fora aprimorada com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim o que antes era baseado no domínio das máquinas se expande com o uso da química e posteriormente a genética, como bases técnicas industriais para desenvolvimento da agricultura.

Outro fundamento básico da expansão da agricultura capitalista estadunidense para outros países é a exportação, visando, em primeiro lugar, abastecer as grandes indústrias, gerar acúmulo de capital e exploração de trabalho, com a desculpa de gerar divisas aos países e alimentar a população, além disso, os Estados Unidos estavam interessados em criar um mercado consumidor para seus produtos, principalmente da indústria relacionada ao que viria ser chamado de agronegócio.

Aliás, é bom deixar bem claro que o capitalismo monopolista norte-americano necessitava de novos mercados, posto que a continuidade do processo de acumulação dependia da expansão além-fronteiras para dar vazão ao desenvolvimento das forças produtivas cujo potencial havia crescido no período anterior (CAPORAL, 1991, p. 32).

Esse processo de “modernização” no campo teve como carro chefe as exportações agrícolas, e chegou ao Brasil com o nome de Revolução Verde, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital (MATOS; PESSOA, 2011). Essa grande mudança não foi nomeada de revolução sem razão, um forte processo ideológico estava aliado à implantação desse projeto. A indústria cultural, sobretudo através da mídia, foi responsável por criar no imaginário das pessoas um novo mercado consumidor que se formava nas cidades, para aceitar os produtos da agricultura capitalista e naturalizar as contradições que o modelo cria onde se instala.

A evolução mantém e amplia as *commodities*, o latifúndio, e defende inclusive para agricultores com pouca terra a produção para exportação e para subalimentar as pessoas nas grandes cidades que se formavam a partir do êxodo no campo, ao mesmo tempo em que criava um mercado consumidor de seus produtos industrializados para a agricultura. Invertendo o papel da agricultura de alimentar, na medida em que uma grande parcela da população não tem acesso à terra e aos alimentos.

Nessa “evolução” a agricultura passa a servir aos interesses para o projeto do grande capital de “industrializar” os países latino-americanos e se apropriar do trabalho humano como sustentação ao projeto de desenvolvimento industrial, expansão das empresas norte-americanas e aumento da dependência econômica do Brasil.

Diante disso, a ATER surgiria como o conjunto de estratégias e mecanismos que trazem ao meio rural e aos agricultores as ideias do modelo que foi pensado pelo poder hegemônico, essa é uma das chaves que mostram a que e a quem a prática educacional da ATER está alienada.

Quanto à instituição extensão rural, no momento se deve ressaltar apenas o fato de que ela já nasceu no Brasil sob o comando do capital e mais, sob forte influência do capitalismo monopolista norte-americano. É, pois, com razão, que a maioria dos autores que fazem uma análise histórico-crítica do extensionismo no Brasil demonstram que a introdução da extensão rural, como prática organizada e organizativa da produção no campo, está intimamente relacionada às políticas e à ideologia norte-americana estabelecida no período da chamada “guerra-fria” (CAPORAL, 1991, p. 30).

O Estado teve um importante papel na consolidação do projeto norte-americano, sobretudo nos governos militares, mas não somente o Estado nacional, houve grande investimento de instituições patrocinadas pelo governo dos EUA.

Caberia ao Estado investir na infraestrutura necessária para iniciar e expandir o projeto, criando as ferramentas como escolas e demais instituições que difundiram as ideias, estradas, instalação de empresas, doação de terras e, principalmente, investir em ferramentas que fossem capazes de interiorizar o “progresso” técnico do projeto de modernização que estava em curso.

A extensão rural torna-se fundamental para a difusão do novo modelo de agricultura e seu *modus operandi* já era estabelecido e testado. Criar uma dependência de suas tecnologias e produzir o que era do seu interesse com a desculpa de estar modernizando e tornando o campo mais produtivo.

A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência dos EUA, e buscou implantar a revolução verde. Com a desculpa de “educar” a massa rural, para que aprendesse a utilizar e adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à tão esperada modernização, que, para Lisita (2005), é um modelo altamente “tecnicista”, isto é, com estratégia de desenvolvimento que leva em conta apenas os aspectos técnicos. Durante anos a ATER no Brasil baseou-se nesse modelo de “transferência de conhecimento”, preconizando que as famílias agricultoras eram uma caixa vazia onde colocariam os saberes da “agricultura moderna”.

Estavam, então, criadas as condições para a realização da experiência de Santa Rita do Passa Quatro e para posterior criação da ACAR – Minas Gerais, em 1948, polos centrais de irradiação, não só do modelo, mas, sobretudo, da doutrina do extensionismo norte-americano no Brasil (CAPORAL, 1991, p. 32).

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no país ocorreu ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir da criação nos estados das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (PEIXOTO, 2008). Em 1954 a ACAR da Bahia tinha 42 escritórios espalhados no estado, ainda sob o comando da ACAR-Nordeste, com sede em Recife-PE, conseguindo sua autonomia da ANCAR-NE em 1963, passando a ser ACAR-BA.

A criação do sistema de Extensão Rural estava ligada a interesses do governo americano e recebeu incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), entidade filantrópica ligada à família Rockefeller e muito próxima do governo americano.

De acordo com Peixoto (2008):

Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Acar-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada Acar no respectivo estado (PEIXOTO, 2008, p. 18).

Nelson Rockefeller, um grande colonizador, não escolheu Minas Gerais por acaso para começar seu domínio no Brasil:

Para sua primeira experiência na América Latina no pós-guerra, Nelson escolheu o estado de Minas Gerais, no planalto central brasileiro, ao sul da Bahia, que era rica em petróleo. Era uma escolha sábia. Um tanto maior do que a França, Minas Gerais era um reduto agrícola e minerador da facção exportadora conservadora do Partido Social Democrata, que rompera com Vargas em 1945 para apoiar o golpe do general Eurico Gaspar Dutra (COLBY; DENNETT, 1998, p. 249).

Ao mesmo tempo que Rockefeller traz as ideias americanas para o campo, as grandes empresas que iriam fornecer o pacote tecnológico e dominar a produção agrícola no país se instalavam sob apoio estatal. Brum (1990) afirma que:

“Quanto ao Brasil, ainda em 1943 Nelson Rockefeller, então um dos chefes do poderoso grupo econômico, visitou o nosso país, ocasião em que fundou três

empresas vinculadas ao grupo: a Cargill; ligada principalmente à comercialização internacional de cereais e à fabricação de rações; a AGROCERES, destina-se às pesquisas genéticas com o milho e produção de sementes de milho híbrido; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas), voltada para a fabricação de equipamentos para a lavoura”.

Nesse período, os investimentos no campo passaram a ser orientados por um processo de internacionalização comandado pelo grande capital mundial, baseado em pacotes tecnológicos, esse processo era dotado de mecanismos que transformam as diversas dimensões do campo em mercadoria, aumentando a exploração da força de trabalho camponesa, visando à produção de *commodities* para exportação. À medida que esse modelo era aperfeiçoado nos EUA e introduzido aos poucos no Brasil, o terreno era “preparado” para a partir da ditadura militar de 1964, se intensificar o entreguismo brasileiro aos norte-americanos, seja de terras, minerais, biodiversidade e, sobretudo, a alienação a um modelo de desenvolvimento que prioriza a acumulação de capital por estrangeiros e, em certa medida, à burguesia nacional.

Com a instauração da ditadura, uma série de movimentos de luta pelos direitos camponeses, que vinham avançando no Brasil, sofrem duramente com a repressão militar, ao mesmo tempo em que o governo, por meio da legislação, tenta arrefecer essas lutas, em um processo de institucionalizar os direitos, para que a burocracia estatal impedisse os avanços práticos da conquista e a mudança da realidade objetiva das pessoas.

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispôs sobre o Estatuto da Terra, sendo um instrumento de burocratizar a reforma agrária no país, criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Pelo art. 73, § 3º, o IBRA recebeu a atribuição de prestar assistência técnica integral aos projetos de reforma agrária, em colaboração com os órgãos estaduais. Quanto ao INDA, o art. 74, I, estabelecia que tivesse por finalidade promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo (PEIXOTO, 2008).

O Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extinguiu o Inda, o IBRA e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), cujos direitos, competência, atribuições e responsabilidades foram absorvidos pelo novo Instituto. Segundo Olinger (1996), embora o Incra tivesse a responsabilidade legal de coordenar a extensão rural no País, não conseguia fazê-lo a contento.

Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado através da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974,

que autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (PEIXOTO, 2008).

Com a federalização dos serviços, cria-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), como “braços estaduais”, no mesmo período, são criadas, em diversos estados, EMATER estaduais, compondo o SIBRATER (PEIXOTO, 2008).

Tendo as estruturas das ACAR sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema ABCAR (ou SIBER) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

Deste momento até a sua extinção, a EMBRATER coordenou, no País, a ação do Estado para o meio rural. Isto, de certa forma, corresponsabiliza a EMPRESA e o SIBRATER pelos resultados da aplicação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, que fizeram do campo um palco de grandes transformações sociais, de grande exclusão de trabalhadores e suas famílias e, sobretudo, de intensa e contínua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro (CAPORAL, 1991).

A própria EMBRATER (1990, p. 11), em um de seus últimos documentos, informa que “O processo de modernização adotado e a rápida expansão das fronteiras agrícolas acarretam, como consequência, os seguintes fatores”:

- A ocupação desordenada do espaço rural, com nítidos e indesejáveis prejuízos ecológicos;
- Uma alteração profunda da base tecnológica da produção agrícola, da composição das culturas e dos processos de produção, de forma concentrada, marginalizando a maioria dos agricultores;
- Uma concentração da propriedade da terra, afetando sensivelmente as relações de trabalho no campo;
- Um forte êxodo rural, o crescente assalariamento da força de trabalho agrícola e a alta sazonalização do emprego rural;
- Alterações quantitativas e qualitativas no processo de urbanização;
- O aumento da dependência da produção agrícola a interesses extra agricultura e ao mercado internacional.

Os técnicos de ATER recebem apoio, patrocínio e treinamento alinhado às instituições financeiras, com isso recomendam a adoção dos pacotes tecnológicos solicitados pelo banco para liberar o financiamento das atividades rurais.

As instituições financeiras recebem os recursos do Estado para fomento da agricultura e obrigam os camponeses a adotarem o pacote tecnológico (semente híbrida, raças modificadas, rações a base de soja, adubos químicos, herbicidas, inseticidas e fungicidas) para conseguirem acessar o crédito do governo através dos bancos, dessa forma a consolidação do pacote era imposta aos camponeses.

Além dos insumos, a modernização da agropecuária foi caracterizada também pelo uso de equipamentos industrializados como máquinas e tratores. A mecanização intensiva liberou mão de obra rural para a indústria e construção civil, gerando um grande exército de reserva para a indústria capitalista. As políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e ATER foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria-prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização.

A modernização da agricultura, elemento estruturante da agricultura capitalista, implantado com o nome de revolução verde a partir de grande investimento do Estado brasileiro, aprofundou e agravou as contradições do campo, se apropriou e expropriou os camponeses dos recursos naturais, da terra e de seu modo de vida, da maneira de se alimentar e se relacionar com a terra e a natureza.

Entre as décadas de 1950 a 1970, o Brasil passa de agrário para exportador e industrial, avançando nas desigualdades e nas contradições do modelo de desenvolvimento. No fim da década de 1970, em decorrência das críticas à falta de sustentabilidade ambiental e socioeconômica do padrão tecnológico do modelo modernizador, somadas ao recrudescimento do movimento ambientalista, começou a ressurgir o movimento da agricultura alternativa (PEIXOTO, 2008). Como parte desse processo, as lutas camponesas ganham proporções e repercussões maiores e consegue-se avançar muito na organização e na sistematização da formação dentro dos recém-ressurgidos Movimentos Sociais, dentre eles o MST. Outro ponto importante sobre a organização dos trabalhadores, que vale destacar, é que nesse mesmo período os sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos sociais e uma parte progressista da igreja se unem em torno da ideia de um partido político que proporcionasse aos trabalhadores e trabalhadoras participar da disputa eleitoral, o Partido dos Trabalhadores, que surge, na década de 1980, como uma alternativa ao projeto dominante da burguesia na política eleitoral.

A EMBRATER foi definitivamente extinta, através do Decreto no 99.192, de 15 de março de 1990, no primeiro dia do Governo Collor, junto com outras estatais. Nos anos subsequentes tal fato levou à desorganização de todo o sistema oficial de Ater,

provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço. A resposta das instituições estaduais de ATER foi a criação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), em 21 de março de 1990 (PEIXOTO, 2008, p. 26).

Com a extinção do sistema SIBRATER em 1990, a EMBRATER-BA também deixou de existir. Lembrando, como dito anteriormente, que o entreguismo para o capital norte-americano estava praticamente completo após a ditadura e que a crise desse período era uma nova fase do capitalismo sendo implantada no país.

A extinção da EMBRATER-BA nos anos 1990 impacta o serviço de extensão e as ações de extensão rural passam a ser orientadas pelas políticas do governo estadual. Em 1991, com a reforma administrativa estadual, extinguiram-se as empresas de pesquisa e de extensão. Logo em seguida, cria-se a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) que assume conjuntamente as funções de pesquisa e extensão rural (BAHIA, 1991). A Empresa surgiu a partir da fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA), que deixou de ser responsabilidade do governo federal.

Esta sociedade, que tem como acionistas o Governo do Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), atuou nas áreas de pesquisa agropecuária; assistência técnica e extensão rural (Ater); classificação de produtos de origem vegetal; fomento em agropecuária; e agroindustrialização com sustentabilidade (ASBRAER, 2014).

Com o avanço neoliberal e diversas reformas no Estado, que são as saídas triunfais das crises inerentes do próprio sistema capitalista, conforme demonstrado por Boito (2018), a criação da EBDA pode significar uma redução de gastos públicos e integração entre as atividades de pesquisa e extensão rural em um único aparelho do Estado.

Baiardi vai fundo na crítica e afirma que não é possível unir pesquisa e extensão no mesmo órgão do estado, além disso o autor, em texto publicado na página de notícias do site da SEAGRI, já se adianta e afirma que a EBDA não conseguiu cumprir seu papel com eficiência.

Antes, porém, convém afirmar que a EBDA é uma anomalia administrativa por pretender ser uma agência de desenvolvimento rural e, ao mesmo tempo, ser órgão de pesquisa agropecuária e de extensão rural. Resultado de uma fusão da EPABA – de pesquisa, com a Emater – de extensão – a EBDA terminou por não fazer com eficiência nem a pesquisa agropecuária e nem a extensão (BAIARDI, 2007, p. 01).

Na Bahia, a ATER foi executada por sucessivas instituições (privadas e públicas), conforme ideologia hegemônica produtivista, com objetivo de promover a modernização da agricultura através do uso intensivo de pacotes tecnológicos e seus insumos industriais (SILVA, 2020).

As atividades direcionadas para cultivos especializados, quase sempre praticados em médias e grandes propriedades, buscavam a racionalidade técnica na produção (BAHIA PESCA, 2015). A EBDA não iria deixar as ideias e concepções sobre a Extensão Rural constituídas e reproduzidas na EMATER, até porque o quadro técnico não se alteraria significativamente.

A uniformização era um pressuposto, principalmente devido ao uso de máquinas. Grande parte das máquinas e das tecnologias desenvolvidas eram específicas para alguns cultivos, limitando o uso completo da mecanização em algumas culturas. Forçava-se o pacote tecnológico a limitar o número de cultivos, conseqüentemente o sistema de Extensão força o camponês “assistido”, que também acaba adotando o modelo ou vendendo suas terras.

Nos anos 1980 foram identificadas algumas ilhas de modernização tecnológica na agricultura baiana. A agricultura de grãos no Oeste, o Polo Florestal no Extremo Sul, a expansão da cultura do Café no Planalto de Conquista, na Chapada Diamantina e logo em seguida no Oeste do Estado, exibiam um dinamismo de há muito desconhecido do setor. O cacau ainda não havia sido atingido pela vassoura de bruxa (*Crinipellis pernicioso*) e a agricultura irrigada estava restrita aos tradicionais e históricos projetos de irrigação da Codevasf e do DNOCS, alguns deles de operação secular. (BAHIA PESCA, 2015, p. 3).

Cabe ressaltar que as pequenas propriedades não se encaixam nessa lógica, na medida em que não conseguem adotar todos os mecanismos tecnológicos, além da força de trabalho, chave da exploração, que é familiar, com isso as pequenas propriedades tornam-se “inimigas do desenvolvimento”, “improdutivas”. Uma grande desculpa para facilitar a imposição de seus interesses.

Esse foi o resultado do investimento do Estado nos serviços de Extensão da época. A modernização, como destacado anteriormente, impõe, dentre outras coisas, uma uniformização, padronização de cultivos. Com isso, criam-se as ilhas de incerteza. Em cada uma delas predomina algum tipo de latifúndio, seja das grandes empresas de papel ou frutas, seja dos barões do cacau ou dos coronéis do gado.

Silva (2020) ressaltava que:

Considerando a natureza do modelo de desenvolvimento agrícola adotado, os depoimentos na pesquisa de campo e as condições materiais de boa parte da

população rural baiana, entende-se que as camadas populares mais vulneráveis ficaram à margem das políticas agrícolas adotadas (SILVA, 2020, p. 226).

Ainda sobre a ação extensionista na Bahia e seus reflexos na agricultura baiana, Silva (2020) afirma:

Com a ação dos extensionistas, em 50 anos, mudou-se o panorama do setor. A pauta de exportação foi expandida para “café, soja, algodão, milho, frutas (manga, uva, banana, melão, mamão, coco-da-baía, abacaxi, maracujá, citros, entre outras) e várias hortícolas e olerícolas” (SILVA, 2020, p. 226).

Essa face nos mostra um diferencial positivo da agricultura baiana, visto que aqui a diversidade da agricultura capitalista ganha novos contornos. O café, a cana, o gado e os grãos têm de dividir espaço com a fruticultura e a cacauicultura, além da triste parte reservada ao polo florestal. Situação muito diferente de outros estados onde o café ou os grãos predominam, com pouquíssima diversificação. A monocultura não deixa de ser uma das bases da modernização na Bahia, porém ela se torna um pouco mais diversa que em outros estados.

Tem-se um aumento da produção e da produtividade de alguns produtos nessas regiões de grande concentração de investimentos na modernização dolorosa e com grande influência da Extensão Rural. O Estado investe também através de incentivos fiscais, crédito, abertura comercial, doações de terras etc.

O Estado começa a alterar a forma como oferece a Extensão Rural, mais uma vez para reduzir custos, quando o governo federal começa a firmar parcerias para prestação de serviços de Extensão Rural com instituições não governamentais, repassando parte de suas obrigações, mas também para aumentar a participação da sociedade na execução das políticas públicas.

Além do serviço de ATER executado pela EBDA, realizavam-se convênios e editais de chamada pública pelo governo federal, através do MDA para prestação de ATER por outras instituições, realizavam-se também convênios entre o governo do Estado e organizações e movimentos sociais rurais, tendo em vista ofertar ATER para parte da população que não contava com esse serviço (SILVA, 2020, p. 228).

No primeiro governo do petista Jaques Wagner (2007-2010) foi criada a Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), vinculada à SEAGRI. Uma resposta à luta das camadas populares camponesas, que reivindicavam uma secretaria para tratar especificamente das questões relacionadas à Agricultura Familiar. Essa resposta não atende totalmente os anseios da classe camponesa, já que a SUAF era vinculada à uma secretaria comandada pelo agronegócio; as disputas internas dentro de um governo de alianças não permitiram avanços maiores.

Em 2008 o Fórum Baiano da Agricultura Familiar, em carta ao Governador Wagner, cobra uma atuação mais firme do governo em relação à Agricultura Familiar. Destacam-se trechos da referida carta:

[...] a Bahia, diferente do Governo Federal, não tem dado a verdadeira e necessária importância para as políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e de fortalecimento da Agricultura Familiar. A EBDA continua inerte, a CAR se aproxima pouco dos movimentos sociais e dos debates nos Territórios (FÓRUM BAIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2008, p. 1).

A SUAF ficou sufocada dentro da Secretaria Estadual de Agricultura, sem a autonomia necessária para cumprir, de maneira mais qualificada, sua missão (FÓRUM BAIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2008).

O fórum ainda propõe 11 pontos para recomposição das ações para a Agricultura Familiar, dentre os quais salientam-se:

- 1- Criação imediata da Secretaria Estadual da Agricultura Familiar, com a ocupação dos cargos por lideranças e profissionais que conheçam e tenham efetivo compromisso com este segmento;
- 2- Reestruturação e fortalecimento imediato da EBDA, incluindo a mudança dos seus gestores (Presidente e Diretores), substituindo-os por outros que tenham capacidade técnica e política para construir e implementar um planejamento estratégico que estabeleça como centro o fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar;
- 9- Liderar um amplo debate com a sociedade baiana, sobre o modelo e estratégias de desenvolvimento rural do Estado da Bahia, reconhecendo a importância do Semiárido e dos pequenos municípios rurais (aproximadamente 90% dos 417) e, conseqüentemente, da agricultura familiar, com suas especificidades, identidades, culturas e demandas;
- 11- Implementação, pela Secretaria Estadual de Educação, de novo e amplo modelo de educação para o campo, baseada no respeito à identidade do campo e dos camponeses/as e tendo a educação como instrumento de desenvolvimento das comunidades e dos municípios (FÓRUM BAIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2008).

Em 2010 o governo estadual inicia uma experiência piloto e firma convênios com instituições privadas, vinculadas aos movimentos e organizações sociais rurais, para ofertar o serviço de Extensão em comunidades onde a EBDA não atuava (SILVA, 2020).

Os conflitos ideológicos sobre a concepção de ATER se acirram no interior do Estado entre a EBDA e os movimentos e organizações sociais rurais. O modelo de ATER executado pela EBDA é questionado pelos movimentos e organizações sociais. Por outro lado, os extensionistas da EBDA questionam a medida do governo estadual, que identificam como privatização do serviço de ATER (SILVA, 2020, p. 228).

Nessa estratégia, ao tempo que o Estado possibilita a participação das camadas populares no seu aparelho (as organizações camponesas são ouvidas, principalmente sobre o fracasso da Extensão anterior e como deverá ser dali em diante), o mesmo Estado se desresponsabiliza pela execução direta de parte do serviço de extensão rural, terceirizando-o para diversas instituições, criando um aparelhamento que, de certa forma, reduz a responsabilidade do Estado sobre os serviços.

Em 2011 foi sancionada a Lei Nº 13.272 de 23/12/2011, que instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PEATER) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PROATER). Em consonância com Silva (2020), p.24 “o processo de elaboração da PEATER, considerado como democrático e participativo, contou com a representação das diversas camadas populares e resultou em uma norma legal que expressa a descentralização do serviço de ATER”.

O texto, em seu Artigo segundo, parágrafo primeiro, indica que a ATER é um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais”. Em seu artigo terceiro, que trata dos princípios da ATER, o texto destaca:

- I - Promoção do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, incluindo a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas;
- II - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

- III - Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, com enfoque para o desenvolvimento de sistemas de produção em bases sustentáveis e construídos a partir da articulação do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- V - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;
- VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BAHIA, 2011).

Nas palavras de Silva (2020):

A análise das normas legais e os depoimentos (gestores públicos e representantes dos movimentos e organizações sociais rurais) permitem afirmar que a PEATER apresenta um caráter crítico, democrático e participativo, coerente com os princípios da PNATER, em oposição ao paradigma produtivista (SILVA, 2020, p. 265).

Dentro da PROATER, a lei estabelece que as Entidades Executoras do programa compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), consolidando o processo de contratação de organizações para prestação dos serviços de ATER no estado. Esses contratos de prestação de serviços de ATER eram, inicialmente, coordenados pela SUAF (Superintendência de Agricultura Familiar), autarquia da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI).

Sobre as ações da EBDA no território baiano no período próximo à construção da PEATER, a agroecologia, que aparece como agricultura de base agroecológica, que deve ser base dos sistemas de produção, sempre aparece separada das cadeias produtivas nos documentos da EBDA, e não como uma política/prática que deveria estar em todas as ações da organização, assim como propõe a PEATER.

No relatório de atividades 2008-2011 da EBDA, a agroecologia aparece na sequência das cadeias produtivas da ovinocultura, citricultura, mandiocultura e todas as outras, como se fosse uma cadeia produtiva, um nicho específico da agricultura, nunca buscando universalizar a agroecologia. Destaca-se:

A EBDA assumiu um compromisso social para com esse público para, através de eventos de capacitação e formação, pesquisa participativa, demonstração de

resultados e troca de conhecimentos, contribuir com o avanço da Agroecologia na Bahia, em seus diferentes biomas de uma forma pragmática, permanente e massiva (EBDA, 2011, p. 32).

Trata-se a agroecologia como um “público”; referindo-se a uma espécie de grupo de agricultores que praticam a agroecologia, não como um processo de se adotar, cada vez mais, ao longo do tempo, as práticas agroecológicas e a agroecologia de fato nos sistemas de produção agrícola, como regulamentam a PNATER e a PEATER. Percebe-se também o incentivo à agroecologia apenas com um nicho de mercado, para aumento da renda, mas, principalmente, para atender o público que pode pagar mais caro por alimentos melhores: “A EBDA promove atividades de capacitação de agricultores e agentes de ATER para uma produção sustentável, garantindo um produto diferenciado para atender a uma demanda crescente desses produtos” (EBDA, 2011).

A EBDA passa por um período irregular através de processos por dívidas trabalhistas, não consegue disputar os editais de 2012 e o processo de sucateamento avança. Com poucos profissionais, o governo estadual extingue a empresa no ano de 2014.

Segundo o presidente da ASBRAER, a criação da BAHATER restringe a ação extensionista à mera contratação desses serviços junto ao setor privado, “Além disso, a demissão dos funcionários da EBDA levará à perda do conhecimento técnico e metodológico acumulado pelos profissionais ao longo do tempo”. Também segundo a ASBRAER, em 2014, a EBDA possuía 1.189 empregados efetivos, sendo destes 797 aposentados ainda na ativa no ano em que foi extinta. Além da Sede, existiam 20 Gerências Regionais, 132 Escritórios Locais, 19 Estações Experimentais e 10 Centros de Formação de agricultores familiares (ASBRAER, 2014).

A privatização de serviços públicos, que são direitos constitucionais, retira grande parte dos direitos dos trabalhadores, principalmente os relacionados à estabilidade no emprego. A extinção de concursos deixa o trabalhador à mercê do corporativismo capitalista, ao passo que o Estado diminui custos e se abstém de seu compromisso com os trabalhadores.

Assim sendo, os camponeses permaneceram às margens desse investimento estatal no campo baiano durante esse período da história da Extensão Rural, contribuindo muito mais para o desenvolvimento do agronegócio exportador e menos com a agricultura familiar produtora de alimentos, agravando ainda mais as contradições do campo baiano.

3.3 A EXTENSÃO RURAL NA BAHIA E A BAHATER

A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), foi criada através da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro 2014. O Artigo 6º da referida lei destaca a atuação da SDR na agricultura familiar “nela incluídos os meeiros, parceiros, quilombolas, populações indígenas, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais, fundo de fechos de pastos, pescadores, marisqueiros, ribeirinhos, dentre outros” (BAHIA, 2014).

Destaca-se, ainda, “tendo como princípios norteadores a agroecologia, rede solidária de produção e comercialização, desenvolvimento sustentável, gestão e controle social das políticas públicas” (BAHIA, 2014).

Criada como Órgão em Regime Especial de Administração Direta, juntamente com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), segundo a mesma Lei a BAHIATER tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano (BAHIA, 2014).

A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) tem a seguinte estrutura básica:

- I - Gabinete;
- II - Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- III - Diretoria de Inovação e Sustentabilidade;
- IV - Diretoria Operacional;
- V - Diretoria Administrativa e Financeira.

As diretorias que têm maior relação com a Assistência Técnica e Extensão rural são a Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e a Diretoria Operacional (DIROP); a Diretoria de Inovação e Sustentabilidade (DIS), como será mostrado na quinta seção, teve um papel importante nas formações dos técnicos e técnicas diretos ou indiretos, sobretudo pela apresentação de *lives* no período de pandemia da Covid-19. A Diretoria de Inovação e Sustentabilidade tem por finalidade planejar, articular e executar atividades de inovação tecnológica e sustentabilidade, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, em consonância com os pilares estratégicos estabelecidos para o desenvolvimento sustentável da Bahia (BAHIA, 2014).

A Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural tem por finalidade executar as atividades de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das ações de assistência técnica e extensão rural, bem como formação de técnicos, agricultores familiares e demais segmentos, captação de recursos, acompanhamento, supervisão de contratos e convênios de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento de projetos estratégicos e de apoio às cadeias produtivas e articulação de políticas públicas relacionadas à assistência técnica e extensão rural (BAHIA, 2014).

A DATER executa ações voltadas para a Extensão Rural de duas maneiras distintas: Chamadas Públicas, em que organizações da sociedade civil concorrem para prestar serviços de Extensão temporário e local; e através do Mais ATER, em que os consórcios intermunicipais realizam atividades de Extensão nos territórios.

A Diretoria Operacional tem por finalidade executar atividades relacionadas à coordenação técnica dos Serviços Territoriais e Municipais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF), em articulação com os outros órgãos que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Rural e outras instituições (BAHIA, 2014).

Os serviços de ATER prestados pela BAHIATER são divididos em diretos e indiretos (ATER direta e indireta). Segundo Silva (2020):

O que se entende por ATER direta é o serviço de extensão executado pelos profissionais que constituem a equipe do Estado. Esses profissionais que pertencem ao quadro da BAHIATER são os egressos da EBDA, os contratados por meio de cargos comissionados ou por Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), e os jovens contratados por meio do Programa Primeiro Emprego. As formas de contratação temporária expressam fragilidade nas relações de trabalho e podem resultar em impactos na execução e acompanhamento do serviço (SILVA, 2020, p. 268).

Portanto, a ATER direta é executada pela DIROP, através dos SETAF's e SEMAF's, com os técnicos próprios da superintendência em suas 4 formas de contrato, a ATER indireta corresponde aos serviços prestados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC's) através das chamadas públicas, e os serviços prestados em parceria com os consórcios e prefeituras (mais ATER).

Na Bahia são atendidas, atualmente, mais de 80 mil famílias de agricultores pelo serviço de Ater, executado em três modalidades: Direta, pelos técnicos da BAHIATER; pelas equipes técnicas de organizações sociais contratadas, por meio de Chamadas Públicas, Ater Mulheres, Ater Agroecologia, Sustentabilidade e Povos e Comunidades Tradicionais; ou

ainda por meio do Mais Ater, via convênios e contratos firmados com prefeituras e consórcios públicos, para estruturar a ação nos municípios baianos (EASYCOOP, 2021).

3.3.1 ATER indireta, chamadas públicas

Modalidade instituída junto à PEATER em 2011, no qual instituições previamente credenciadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS) disputam em uma seleção de propostas.

As Chamadas públicas consistem de editais para selecionar e firmar contratos com Organizações da Sociedade Civil (OSC's) para prestação de serviços de ATER. As chamadas especificam os objetivos, metas, valores e público para que as organizações prestem os serviços. Segundo a PEATER, a chamada pública deve considerar os seguintes requisitos para contratação da instituição:

- I - A capacidade e experiência da entidade para lidar com o público beneficiário da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura familiar (PEATER);
- II - A qualidade técnica da proposta, que deverá compreender metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos;
- III - A qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a execução dos serviços de ATER;
- IV - Os processos inovadores nos serviços de ATER que incluam o respeito à sustentabilidade ambiental e aos princípios agroecológicos, bem como a observância da melhoria das condições sociais e econômicas;
- V - As metas pré-estabelecidas de acesso dos agricultores assistidos a outras políticas públicas;
- VI - A observância quanto ao planejamento e organização dos serviços de assistência técnica constantes nos Planos Municipais e Territoriais de ATER, onde houver (BAHIA, 2011).

Desse modo, os editais são preparados com certas especificidades criadas como forma de exigências na construção da proposta, para direcionar as instituições executoras a trabalharem metodologias e conteúdos apropriados às diversidades da agricultura familiar, como algum bioma específico, território, público, entre outros.

Tem-se também uma preocupação na formação das equipes técnicas de trabalho das instituições, sendo obrigatória, por exemplo, a presença de mulheres e jovens em todas as chamadas, com porcentagem definida. Na chamada pública 01/2022 – Biomas, a equipe técnica deverá ser composta por, no mínimo, 50% de mulheres em cada Núcleo, entretanto, a composição mínima da equipe deverá ser de 08 (oito) profissionais, neste caso sendo no mínimo 04 (quatro) mulheres e no conjunto da equipe pelo menos 02 (dois) jovens. Além disso, deve-se garantir a presença de, pelo menos, 50% de profissionais recém-egressos de Escolas Técnicas, como Institutos Federais, Centros Territoriais de Educação Profissional (CEEP e CETEP) e Centros Familiares de Formação por Alternância (EFA e CFR) (BAHIA, 2022). A dimensão da formação das equipes traz um grande avanço e uma oportunidade para garantir o mínimo de técnicos formados em uma lógica diferente da hegemônica.

Em todas as chamadas públicas as atividades são divididas em atividades pré-fixadas pela BAHATER, e atividades selecionáveis que são definidas pela instituição executora a depender da estratégia de atuação do projeto. No edital 01/2022, por exemplo:

Serão obrigatoriamente realizadas pela contratada, além daquelas apresentadas conforme a estratégia de execução definida no Projeto Técnico de cada proponente, as seguintes atividades:

- i. Cadastro dos Grupos Familiares (2h) (Individual);
- ii. Diagnóstico/Caracterização da UPF (4h) (Individual);
- iii. Elaboração do Plano Produtivo da UPF (4h) (Individual);
- iv. Oficina Macroterritorial de Orientação Metodológica em Atividades de ATER (16h) (Grupal) (Oficina Técnica e Metodológica);
- v. Oficina Macro territorial de Orientação para Produção Agroecológica e Convivência com o Bioma e Clima (16h) (Grupal) (Oficina Técnica e Metodológica);
- vi. Oficina Macro territorial de Nivelamento Técnico, Monitoramento e Avaliação (16h) (Grupal) (Oficina Técnica e Metodológica);
- vii. Oficinas sobre Caderneta Agroecológica para as Agricultoras Familiares (8h) (Grupal), (Oficina Temática);
- viii. Palestras sobre Controle Zoofitossanitário (Palestra) (2h) (Massal) (BAHIA, 2022).

Os editais ainda preveem bonificações para as instituições cujos beneficiários dos serviços prestados através das chamadas acessem outras políticas públicas ou programas para a agricultura. O pagamento da bonificação contratual se dará com a apresentação da relação de agricultores/as familiares beneficiários/as dos serviços de ATER e que, complementarmente, acessaram outros programas (BAHIA, 2022). Os pagamentos tanto das bonificações quanto dos serviços são gerenciados através do Sistema de Gerenciamento de ATER - SIGATER. No Sistema de Gerenciamento de Ater, os técnicos e técnicas registram as atividades realizadas no âmbito do contrato. A liberação dos recursos financeiros do contrato

se dá através do monitoramento das ações que devem ser realizadas e registradas através do sistema.

Na tabela 2, a seguir, podem ser observadas as chamadas para contratos de ATER realizadas pela BAHIATER desde sua criação. Foram 7, estando a última ainda em fase de envio das propostas por parte das organizações para avaliação da BAHIATER.

Tabela 2 - Chamadas públicas da BAHIATER

Chamada	TI	Nº Beneficiários	Valor Destinado (R\$)
Sustentabilidade – nº 001/2015	22	30.240 Famílias	109.574.119,80
PCT – nº 002/2015	11	10.080 Famílias	37.837.914,29
Sustentabilidade – nº 001/2016	05	3.600 Famílias	13.898.890,60
PCT – nº 002/2016	04	3.600 Famílias	14.114.291,44
ATER Agroecologia – nº 001/2018	17	7.020 Famílias	32.602.754,04
Mulheres rurais – nº 002/2018	11	5.400 Mulheres	25.509.010,86
Biomás da Bahia SDR/BAHIATER nº 001/2022	27	38.880 Famílias	244.944.000,0
Total		98.820 Famílias	

Fonte: Elaboração próprio autor.

Na Bahia, segundo o censo agropecuário de 2017, existem cerca de 593.411 estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2017). Entende-se que em cada estabelecimento existe uma família, ou seja, o Estado chega através das chamadas públicas em apenas 16,65% dos agricultores familiares, um quantitativo ainda muito incipiente.

Em 2022, ainda em meio à pandemia, foram abertos dois editais de importância para a agricultura familiar. O primeiro é de fomento à pesquisa: Edital 002/2022 – Apoio à Inovação na Agricultura Familiar; e o segundo sobre empreendimentos liderados por mulheres: Edital de Chamada Pública Nº 01/2022 - Empreendimentos Econômicos Liderados por Mulheres na Bahia. Ambos serão realizados por OSC's, possuem ligação com Extensão Rural, porém não se enquadram nas chamadas de ATER.

No tocante ao monitoramento e avaliação do serviço de ATER, as chamadas públicas definem algumas “áreas de resultado” que devem ser priorizadas pelas instituições, com destaque para a chamada 01/2022:

- Mudanças positivas na produção, qualidade e produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- Incentivar modelos de agricultura resiliente ao clima, respeitando as variabilidades climáticas, culturais e os modos de vidas;
- O desenvolvimento de ações voltadas ao manejo e conservação dos sistemas naturais, dos agroecossistemas e da agrobiodiversidade;
- Mudanças positivas na renda do público atendido;
- Agregação de valor à produção, entre outros (BAHIA, 2022, p. 8).

Ressaltam-se, ainda, algumas metas contidas na proposta, que as organizações devem buscar atingir:

1. Perspectiva de 30% para os Biomas Caatinga e Mata Atlântica e de 34% para o Bioma Cerrado, no aumento da produção das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários;
2. Perspectiva de 15% no aumento da produtividade média das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários;
3. Perspectiva de aumento de 50% do número de UPF com adoção de novas práticas de manejo e conservação dos sistemas naturais;
4. Perspectiva de melhorias da segurança alimentar e nutricional em 10% das UPF;
5. Perspectiva de 20% de aumento na renda média das famílias atendidas;
6. Perspectiva de 20% das famílias com aumento no nível de transição agroecológica (BAHIA, 2022, p. 8,9).

Conforme menciona Silva (2020):

O processo de contratação das instituições através da chamada pública obedece aos princípios e objetivos da PNATER e da PEATER. Embora essa análise seja necessária, não é suficiente para a compreensão de todo o processo de execução da política. A aderência dos editais às políticas é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a consolidação da política (SILVA, 2020, p. 265).

Os serviços de ATER tornam-se delimitados no tempo (três anos) e no espaço (área de abrangência dos editais e dos projetos), não garantindo a continuidade da política, ferindo, assim, a questão da universalidade e continuidade da Extensão Rural. Ao final dos contratos, caso aconteça a publicação de um novo edital, outro ciclo se inicia, com possibilidade de outra instituição assumir as atividades. Ou seja, além do tempo decorrido entre o fim do contrato e o início do outro, uma nova relação entre equipe de campo e famílias precisa ser construída, o que resulta em prejuízos no processo de aprendizagem, além disso os serviços ficam muito dependentes de decisões de governo. Em conjunturas menos favoráveis à vontade popular podem não surgir novos editais, paralisando a política de ATER. Essas limitações estão relacionadas ao quantitativo de recursos destinado e ao tempo dos contratos (SILVA, 2020).

3.3.2 ATER indireta, Mais ATER

O Mais ATER é realizado por meio de convênios entre a BAHIATER e consórcios públicos ou diretamente com as prefeituras municipais. A ação integra a estratégia da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), intitulada: Parceria Mais Forte, Juntos para Alimentar a Bahia.

A execução dos serviços de ATER em parceria com os consórcios públicos tem a prerrogativa de ampliar a abrangência de atendimento e potencializar os recursos locais e territoriais. É um caminho para a elevação da capacidade organizativa e produtiva da agricultura familiar, a exemplo do que já vem acontecendo na parceria com entidades de Ater, contratadas por meio das chamadas públicas, como destaca Célia Watanabe, superintendente da BAHIATER (BAHIATER, 2021).

A expressão “potencializar os recursos locais e territoriais” refere-se ao funcionamento da ação, que tem a prerrogativa de usar técnicos das prefeituras e dos consórcios para realizarem atividades de Extensão Rural. Esses técnicos podem receber treinamentos (formações), equipamentos (tablets, GPS) e veículos, para locomoção, registro e sistematização das atividades, utilizando o SIGATER para cadastrar as famílias atendidas, visitas e serviços realizados. Esses cadastros são caminhos para acesso a incentivos, como os kits produtivos, que são um conjunto de equipamentos específicos de determinados cultivos, os quais podem facilitar a produção e/ou beneficiamento.

As etapas para a execução do Mais Ater incluem: 1. Cadastro das famílias; 2. Diagnóstico das demandas das famílias; 3. Elaboração do Plano de Ação; e 4. Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com o acompanhamento técnico e as orientações aos agricultores e agricultoras atendidas (BAHIATER, 2021).

Já firmaram contrato o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA), que prioriza os sistemas produtivos da cacauicultura e a bovinocultura de leite; o Consórcio do Território do Recôncavo (CTR), a mandiocultura; no Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul (CDS), a cacauicultura, a bovinocultura de leite e mandiocultura, e no Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia (Construir), a apicultura, bovinocultura de leite e mandiocultura (BAHIATER, 2021).

Segundo o superintendente da BAHIATER, Lanns Almeida, o Mais ater municípios já atendeu 1620 famílias de Agricultores Familiares em 07 TI e 9 municípios e o Mais ATER

consórcios 11.940 famílias em 10 TI e 105 municípios (CARAVANA PARCEIRA MAIS FORTE, 2022).

A implementação do Mais ATER nos municípios encontra dificuldades por muitas prefeituras não terem técnicos de ATER contratados e com condições de ir a campo, além disso a inexistência de um plano de desenvolvimento rural local que seja construído democraticamente impossibilita os avanços esperados pelas políticas de ATER. Outra barreira que aparece nas outras modalidades de ATER é a dimensão do tempo, que é prejudicada com a troca das gestões municipais e a substituição de técnicos.

3.3.3 ATER direta

A terceira modalidade de ATER é realizada pela DIROP. Esta Diretoria Operacional tem por finalidade executar atividades relacionadas à coordenação técnica dos Serviços Territoriais e Municipais de Apoio à Agricultura Familiar, os SETAF's e SEMAF's – trata-se do trabalho realizado com os próprios técnicos e técnicas da BAHIATER.

A BAHIATER possui uma base técnica em cada um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, funcionando dentro dos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF). Os SETAF's são unidades territoriais descentralizadas de representação da SDR, cuja finalidade é desconcentrar, descentralizar, articular e implementar programas, projetos, ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural (BAHIATER, 2022).

Os SETAF's realizam serviços relacionados à emissão de documentos e inscrição de agricultores para acesso a políticas públicas, como: emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), inscrição do Garantia Safra, PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de monitorar as atividades dos contratos das chamadas públicas.

Com número reduzido de profissionais, os SETAF's ficam restritos à realização de atividades burocráticas de escritório, muitas delas importantes para os camponeses, mas longe do que se entende por Extensão rural, educativa e continuada. Há muito tempo sem concurso, a maioria dos profissionais concursados da EBDA já se aposentou.

As diferentes “modalidades” de ATER têm seus limites principalmente relacionados às dimensões de tempo, espaço e volume de recursos. Os principais desafios são o aumento de investimentos, da abrangência das ações nos territórios e a continuidade dos serviços. Os profissionais de ATER possuem seus direitos trabalhistas reduzidos a contratos temporários com as Organizações Sociais, com as prefeituras (que na grande maioria executam contratos temporários) e contratos REDA com o estado, longe da estabilidade das antigas organizações

de ATER, o que gera o acúmulo de experiências e pesquisa. Esses desafios tomam proporções ainda maiores com a privatização de parte dos serviços, desmonte das políticas do governo federal e sobretudo com a pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento social.

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SIGNIFICADO PARA A EXTENSÃO RURAL

4.1 LUTA E RESISTÊNCIA NO BRASIL: O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, O MST E A LEITURA SOBRE EDUCAÇÃO

As lutas populares fazem parte da história brasileira, porém, sempre situadas à margem, muitas delas são citadas como “revoltas”, tratando o povo que se indigna com as mazelas do país como revoltosos, arruaceiros. As lutas de Canudos, na Bahia; Contestado, entre Santa Catarina e Paraná; a guerrilha de Porecatu, também no Paraná; as greves de colonos nas fazendas de café em São Paulo; Trombas e Formoso em Goiás; dentre outras, representaram importantes capítulos do enfrentamento camponês ao Estado e aos latifundiários. Entretanto, foram conflitos localizados, sem articulação nacional (JESUS, 2011).

A partir de 1950 explode a luta das Ligas Camponesas, que merece aqui um destaque devido à sua importância na resistência camponesa, principalmente porque ela tomou proporções nacionais, sobretudo em razão de seu modo de organização. Como afirma Stédile, “[...] foram poderosos movimentos de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária com a palavra de ordem: ‘reforma agrária na lei ou na marra’” (MST, 2018).

As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1950 até a queda de João Goulart em 1964.

Os camponeses nos engenhos eram obrigados a pagar diversas taxas chamadas de foro (aluguel da terra que usavam), cambão (trabalhar para pagamento do uso da terra), que não paravam de aumentar. Dessa forma, sua única maneira de sobreviver era sua força de trabalho, cada vez mais explorada. A terra, desde muito tempo ocupada pelos camponeses, era então dominada pelos senhores e quem não concordasse com as “regras” era expulso, agredido ou morto.

As Ligas atuaram em 14 estados brasileiros, reunindo e organizando milhares de camponeses. Estavam prestes a se transformar em uma organização política mais forte,

com um programa que extrapolava a questão agrária, até que veio o golpe militar e elas foram destroçadas (JESUS, 2011).

A partir da luta camponesa nas Ligas, a igreja católica começa a se preocupar com a questão agrária no Brasil, além das mazelas deixadas pelo governo, o medo de uma revolução comunista a partir dos movimentos camponeses preocupava a igreja.

Em 1950, o bispo de Campanha (MG) publicou carta pastoral com o título *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária*, primeiro documento oficial da Igreja Católica sobre o tema. A palavra de ordem, que dá sentido à reivindicação da igreja, tira a centralidade da reforma agrária feita junto aos camponeses, de forma democrática e participativa:

Contraopondo-se aos movimentos sociais rurais. A partir daí, a igreja mobilizou seus organismos leigos (como a Juventude Agrária Católica e o Movimento de Educação de Base) em defesa de uma reforma agrária que trouxesse a justa distribuição da propriedade, o desenvolvimento socioeconômico e a estabilidade da família rural (OLIVEIRA, 2009).

A repressão militar a qualquer movimento de reivindicação de direitos não deixou de agir sobre a igreja, além disso, a maquiagem construída pela ditadura de que faria a reforma agrária através da institucionalização conseguiu reduzir ou paralisar por um tempo a atuação da Igreja Católica na questão agrária brasileira.

Sua atuação mudou a partir de 1964: por um lado, aqueles organismos tornaram-se alvo da repressão policial-militar; por outro lado, a Igreja via suas propostas contempladas pela aprovação do Estatuto da Terra, o que lhe permitia retirar da agenda a questão agrária (OLIVEIRA, 2009).

Após cerca de uma década de ditadura militar, as resistências, ora massacradas, voltam a ganhar força à medida que o regime militar se enfraquece, porém seu projeto estava implantado e isso fez com que uma imensa massa de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente do campo, ficassem à míngua, sem apoio do Estado, e expropriados dos meios de produção. Esse cenário foi o responsável por desencadear diversos conflitos no campo.

Como veremos, a política agrária do regime militar autoritário favoreceu o desenvolvimento da agroindústria e a capitalização das grandes propriedades. Na Amazônia o processo foi mais cruel ainda, o território chamado de espaço vazio deveria ser ocupado a qualquer custo, causando enormes contradições e crimes, como grilagem de terras, entreguismo de terras por parte do Estado militar, conflitos e mortes. Essa política favoreceu a concentração da propriedade rural e a expulsão dos antigos ocupantes da terra.

Não tardaram a eclodir conflitos entre os grandes proprietários, amparados pelo governo e economicamente poderosos, e os pequenos posseiros isolados e desprotegidos, invariavelmente os perdedores. Muitos morreram vítimas de pistoleiros, outros fugiram das fazendas onde viviam em regime de semiescravidão (OLIVEIRA, 2009).

A situação trágica no campo chamou a atenção de bispos, padres e agentes de pastoral. Nesse processo, destacou-se a figura de dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia-MT, que convidou seus colegas da Amazônia a examinar o problema durante a Assembleia da CNBB de 1973. Do desdobramento desse encontro nasceu, em outubro de 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo criado para articular uma ação conjunta da Igreja frente aos conflitos rurais.

A CPT, a partir de então, realizou um importante trabalho de organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra e os conflitos gerados a partir do enfrentamento a quem se opôs à conquista de seu direito. Ao lado dos trabalhadores rurais, deixados à margem da sociedade e sem apoio do Estado, a CPT apoiou a criação e luta de diversos movimentos camponeses.

A partir desses movimentos apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983, sobretudo no Centro-Sul do Brasil, inicia-se um processo de ocupações de terra. Aliado a isso, a partir desse movimento de ocupações, diversas lideranças se formaram politicamente e se prepararam para posteriormente organizar um movimento nacional, que deu origem ao MST.

O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR, e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST, apesar de que essa construção foi um processo, que se oficializou no encontro.

Nas décadas de 1980 e 1990, o MST se territorializou por todas as regiões brasileiras, conquistando milhares de assentamentos rurais. Esse processo representou o renascimento dos movimentos camponeses no Brasil, posto que, no período entre 1964 e 1985, a ditadura militar havia reprimido e aniquilado quase todos (FERNANDES, 2012, p.496-497) apud (ANTUNES, 2019, p.20).

Os principais objetivos do movimento, elencados a partir do I Encontro, foram: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e pautar por mudanças sociais no país. Estavam presentes posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, entre outros, aqui nomeados camponeses.

Após o I Encontro, foi realizado o primeiro Congresso Nacional do MST em 1985, quando ficou definida a ocupação de terras como forma de luta, além de terem sido definidos os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo.

Com um modelo de luta baseado nas ocupações nos acampamentos, onde a família inteira estava presente, algumas demandas paralelas à conquista da terra surgem, como cuidar das crianças e disponibilizar a estas a oportunidade de se educarem. O Movimento defende que o direito à educação deveria ser garantido pelo Estado, como pública que é, ao mesmo tempo em que entende que a educação do Estado não era apropriada aos camponeses. Era fundamental instalar escolas nos acampamentos assim que chegavam, porém a reivindicação por uma escola pública continuava.

Em julho de 1987, o MST cria um setor de educação, importante ferramenta para avançar nos debates sobre o tema, o setor é criado no Encontro Nacional de Professoras dos Assentamentos, período em que o Movimento se estrutura e consolida nacionalmente. Na educação de nível médio, o trabalho começou com cursos alternativos para a formação dos professores das escolas conquistadas, e logo se estendeu à formação de técnicos para as experiências de cooperação dos assentamentos.

O MST continua avançando nas conquistas na educação, avançando para o ensino médio, formação de professores de nível médio e, a partir de 1998, também de nível superior. A partir do Encontro Nacional dos Educadores na Reforma Agrária surge a proposta de se criar um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que em 23 anos de história possibilitou acesso à educação de nível superior a mais de 191 mil jovens e foi fundamental para a formação dos intelectuais vindos do campo que posteriormente avançaram na proposta de educação camponesa e popular.

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, começaram as lutas específicas pelo ensino médio nas áreas de Reforma Agrária ou, mais amplamente, pela conquista de escolas de educação básica. O que certamente não teria acontecido se as famílias tivessem aceitado a lógica do transporte escolar, pressão que continua até hoje na implantação de cada assentamento. O MST desenvolve cursos formais de formação de educadores desde 1990, a partir de 1998 também de nível superior, como o curso Pedagogia da Terra (CALDART, 2012).

A leitura construída pelos Movimentos Sociais passa a enxergar o campo para além de um simples espaço geográfico, e sim um território de relações sociais entre diferentes sujeitos e formas de se organizar, culturas e costumes singulares, com dimensões diferenciadas em

relação aos grandes centros urbanos. Assumir essa premissa pressupõe corroborar a afirmação da inadequação e insuficiência da escola urbana para o campo.

Torna-se, portanto, indispensável a concretização de projetos político-pedagógicos e métodos de extensão que busquem encarar a realidade e se adequar às necessidades do povo camponês. Ações que pressionam as lideranças governamentais na criação e organização de políticas públicas para/com os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Desde a compreensão de sua materialidade específica, o MST passou a expressar (fundamentar-se em) e a reafirmar uma concepção de educação que vincula a produção da existência social à formação do ser humano, considerando as contradições como motor, não apenas das transformações da realidade social, mas da própria intencionalidade educativa, na direção de um determinado projeto de sociedade e de humanidade (CALDART, 2012).

Ou seja, a existência social ligada ao campo, que o torna camponês, deve estar refletindo na criação das políticas públicas, defendendo um projeto de sociedade que leve em conta os diferentes povos, que seja criado e pensado com os camponeses. Trazer isso para a escola se torna a grande questão, dentro da escola do Estado, que foi criada dentro dos moldes e interesses do capital.

Por isso, costuma dizer-se que a reflexão pedagógica do MST começou dentro da escola, mas precisou sair dela, ocupando-se da totalidade formativa em que se constituiu o movimento, para a ela retornar, a partir, então, de uma visão bem mais alargada de educação e de escola. E aprendem aos poucos a defender uma concepção de conhecimento que dê conta de compreender a realidade como totalidade, nas suas contradições, em seu movimento histórico (CALDART, 2012, p.508).

Uma educação que mostre a realidade como totalidade, sobretudo no contexto local, dentro de uma escola que permita a participação coletiva nas diversas dimensões que a permeiam e que seu conteúdo e funcionamento esteja inserido no contexto territorial, ocupada por corpos locais, tornando-se parte constituinte do território camponês. É o que o MST faz, ocupando os diversos espaços da escola e contextualizando a luta pela terra no processo educacional, sem perder a visão de um projeto de sociedade e de agricultura para o Brasil.

Um elemento fundamental para a construção/afirmação coletiva de uma concepção de educação foi identificar o processo de formação humana vivido pela coletividade Sem Terra em luta como matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento mais pleno do ser humano e ocupada com a formação de lutadores e construtores de novas relações sociais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004, p. 14).

4.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

O modelo de educação predominante no Brasil reproduz as concepções de mundo do sistema capitalista, servindo para desenvolver o modelo educacional que favorece o desenvolvimento do agronegócio. A luta por uma educação popular, própria e apropriada, através de vários esforços dos movimentos sociais, contribuiu para a construção de uma concepção de educação que é adequada ao desenvolvimento integral da classe camponesa.

Cada tipo de desenvolvimento tem sua escola correlata, no caso do desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável o tipo de educação correspondente considera uma multiplicidade de fatores que fazem parte de sua concepção. Deverá contemplar formas de educação específicas e que combinem muitos fatores, como as questões culturais, valores locais, coletivos, sociais, históricos, ambientais e também deve promover a formação integral das pessoas (LIMA; PIRES; BOTELHO, 2010). No caso da educação para a classe camponesa, deve-se combinar também o fator da luta e permanência na terra e da produção de alimentos, intrínsecos à vida destes.

A dimensão do uso da terra pelos diferentes povos, a preocupação com a produção de alimentos saudáveis e a soberania alimentar já eram discutidas na Europa desde o período da primeira guerra mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura ganha um incremento com o surgimento de adubos sintéticos, agrotóxicos e sementes melhoradas.

Embora o termo Agroecologia tenha sido utilizado há mais tempo, foi a partir das contribuições de Miguel Altieri, Stephen Gliessman entre outros autores que o conceito ganhou visibilidade, consistência e sentido dentro da cultura contemporânea. Inspirados no próprio funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas e no conhecimento científico, estes autores produziram sínteses e se acercaram mais claramente do conceito moderno de Agroecologia (EMBRAPA, 2006).

Dessa forma, a agroecologia se relaciona diretamente com a produção sustentável e justiça social. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado, impostos ao Estado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais, uso de insumos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006).

A agroecologia defende o direito de acesso igual à ciência e produção do conhecimento, ao mesmo tempo que usa o conhecimento tradicional construído pelos diversos povos em torno da vida e da produção de alimentos, como base para a melhoria da qualidade de vida como um todo, respeitando, assim, os aspectos culturais locais.

No Brasil, o movimento da agroecologia inicia-se a partir da década de 1970, com o nome de agricultura alternativa, e surge baseado na necessidade de incorporar a dimensão ecológica na produção, sobretudo devido ao fracasso da revolução verde. Fundamentada em vários modelos de se construir uma alternativa à produção convencional, surge, então, a agricultura de base ecológica e suas agriculturas alternativas. Segundo o Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA:

Sendo a Agroecologia um referencial teórico, que serve como orientação geral para as experiências de agricultura, o caráter local é que dará a feição concreta daqueles princípios. Sem a consideração das condições locais, o conceito de Agroecologia cai no vazio (EMBRAPA, 2006).

A denominação Agricultura de Base Ecológica surgiu recentemente para traduzir a variedade de manifestações e práticas do que vinha sendo tratado como agriculturas alternativas, conforme detalha o Quadro 1, seguinte, com destaque ao tipo de agricultura, seus representantes e seguidores, além dos princípios basilares.

Quadro 1 - Agriculturas Alternativas

	Principais protagonistas e seguidores	Princípios básicos e alcance
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos 1920); publica <i>An agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas L. E. Balfour (Método Howard Balfour). Introduzida nos EUA	Princípios: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos 1920) e estabelece os fundamentos básicos da biodinâmica. Pesquisas práticas	Princípios: antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa.

	realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e PFEIFFER, 1938; KOEPF, SHAUMANN; PETERSON, 1974).	Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão, anos 1930). As ideias de Fukuoka se difundiram na Austrália como Permacultura, através de B. Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com “micro-organismos eficientes”), valores religiosos e filosófico éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Biológica	Inicia-se com o método de Lemaire-Boucher (França, anos 1960). Grupo dissidente funda a “Nature et Progrés”. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de L’agriculture biologique (1974).	Princípios: a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas ideias de A. Voisin e pela Teoria da Trofobiose (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agricultura Ecológica	Surge nos EUA (anos 1970), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W. A. Albrecht, S. B. Hill, E. F. Schumacher. Na Alemanha recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel): Okologicshe Landbau (1992).	Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J. A. Lutzenberger, L.C. Pinheiro Machado, A.M.Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, dentre outros.

Fonte: Elaborado por Caporal (1998, p. 47).

Com o avanço na ciência sobre a agroecologia, diversos estudiosos contribuíram na construção do que é a agroecologia. Altieri (2004, p. 16) afirma que “novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido”. Em outro trabalho, Altieri destaca o que seria a base da produção agroecológica de alimentos:

[...] a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço [...] (ALTIERI, 2012, p. 16).

Para Ana Primavesi, importante pesquisadora brasileira sobre a agroecologia, que realizou diversos trabalhos sobre a interação solo-planta-homem e sobre a importância dos manejos ecológicos na vida saudável desses três elementos que se conectam através das plantas, dos animais e dos demais elementos da natureza, “Solo é vida e é a base da vida. Há muita vida nele e muita dependência dele”.

Os trabalhos realizados por Primavesi foram importantes para a consolidação da agroecologia no interior do MST, segundo matéria publicada pela Universidade Federal do Ceará:

De acordo com José Maria Tardin, militante do MST, do Setor de Produção e Cooperação do Meio Ambiente, e da Frente Nacional de Agroecologia, “a sua obra, em toda sua amplitude, foi sendo mais e mais apreendida no interior do MST. No início, por técnicos que vivenciaram sua formação acadêmica organizados na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), ativa nos embates no interior dos cursos de agronomia pelo país desde os anos de 1970. E o momento decisivo passa a ser o IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília no ano 2000, quando se delibera pela agroecologia como orientadora da reconstrução social e ecológica da produção nos assentamentos e acampamentos (UFC, 2020).

Considerando a agroecologia um conjunto de conhecimentos populares e científicos em constante recriação e ressignificação, os movimentos sociais se apropriaram e passaram a defendê-la como forma de ocupação dos espaços ora conquistados. Se ela defende a justiça social, os conhecimentos tradicionais, a produção de alimentos saudáveis e representa uma alternativa ao modelo hegemônico capitalista, então deve estar ao lado dos movimentos sociais e sendo construída a partir de suas aplicações e observações nos diferentes espaços.

Com a reorganização dos Movimentos Sociais e o fim da ditadura, as leituras construídas anteriormente com os movimentos de resistência, a educação popular,

agroecologia e as novas experiências de um movimento de massas nacional que vinha conquistando espaço e projeção, o MST, junto a sindicatos, professores, ONG's, EFA's, entre outros movimentos, se prepara para dar um grande passo na construção de uma educação própria e apropriada aos camponeses.

Fomos então, construindo novas práticas pedagógicas através da educação popular que motivou o surgimento de diferentes movimentos de educação no e do campo, nos diversos estados do país. Mas foi na década de 80/90 que estes movimentos ganharam mais força e visibilidade (II CENEC, 2004).

Essa luta por uma educação do e no campo e não apenas para o campo, nascida dos e nos movimentos sociais do campo, tomou contorno nacional e gerou o que Munarim (2008) nomeou Movimento Nacional de Educação do Campo. Ele ressalta ainda que a experiência acumulada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (MUNARIM, 2008).

Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples nomenclatura. Ela é inevitavelmente o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais (CALDART; STEDILE; DAROS, 2015), a agroecologia (ALTIERI, 2014), agricultura orgânica, reforma agrária, soberania alimentar, cultura popular, entre outros aspectos.

A educação rural representa o modelo capitalista de escola para o campo e seus diversos desdobramentos como a educação básica, extensão rural, cursos profissionalizantes e superiores, reproduzindo o modelo de produção agrícola capitalista chamado agronegócio. Em contraposição, a educação do campo alia-se à agroecologia, suas práticas e princípios para defender um modelo de produção com origem camponesa, criada a partir da vivência em sociedade, junto à natureza, em seus diversos territórios e povos.

A educação do campo poderia ser consideradas, então, fundamental para a luta camponesa, assim como a educação rural é para o modelo capitalista de desenvolvimento do campo brasileiro.

As premissas estavam colocadas, era necessário pensar todas essas questões de forma democrática e participativa para, assim, criar os fundamentos, princípios e práticas para a construção desse sonho. A partir de então seria realizada uma série de encontros estaduais e

conferências nacionais que seriam responsáveis por “desenhar” a diversas mãos um sonho que viria a se tornar realidade.

A primeira conferência focou na educação básica do campo e teve o nome de I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. A partir da conferência e do texto base, iniciou a confecção da *Coleção Por Uma Educação Básica do Campo*, que consiste em uma série de publicações, chamada *Cadernos Por Uma Educação do Campo*.

A partir desse encontro foi criada uma Articulação Nacional por uma Educação Básica no Campo, com a tarefa de manter o movimento ora iniciado e que se reuniu em um seminário em 1999, momento em que tratou especialmente de valores, de princípios, de objetivos e de práticas; em seu documento síntese consta:

[...] ainda temos um grande desafio em relação à mobilização do povo pelo seu direito à educação, e também à sensibilização do conjunto da sociedade para implementação de políticas públicas voltadas a esta questão específica. A relação com o Estado é também um dos nós que enfrentamos em nossas diversas práticas (ARROYO; FERNANDES, 1999).

A Articulação percebe que existe um longo caminho a ser percorrido, mas consegue levantar alguns indicadores do avanço da Educação Básica no Campo - EBC, como o próprio surgimento da Articulação Nacional, a inclusão da EBC em diversos espaços onde isto não acontecia antes, início da coleção *Cadernos Por Uma Educação Básica do Campo*, entre outros avanços. O documento ainda apresenta práticas, o que fazer para a Articulação ser efetiva e linhas de ação para atuação da Articulação.

Até 2008 a Articulação Nacional lançou 7 cadernos da coleção *Por uma Educação Básica do Campo*, 5 cadernos até 2004, quando foi realizada a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo.

O nome Educação do Campo surge a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

Dentre os princípios teóricos e metodológicos da educação do campo que devem orientar as ações das escolas do campo destacam-se: a formação humana em todas as suas dimensões como primazia do ato educativo; o compromisso com um projeto de sociedade, de campo e de agricultura familiar; promover uma leitura crítica e engajada da realidade social que contribua para a organização dos setores oprimidos e aponte para a transformação da realidade; valorização da terra como instrumento de vida, de cultura, de produção (BATISTA, 2014, p.3).

Para Fernandes e Molina (2004), a educação do campo tem se constituído como uma estratégia de transformação no campo brasileiro, porque o resgata não somente como espaço de produção agrícola, mas como um território de relações sociais, culturais e de relação com a natureza, um território de vida.

Apesar de muita luta, os dados do Censo Agropecuário mostram um aumento na concentração fundiária, sem terra não há educação do campo de fato para os camponeses, porém, nas áreas de reforma agrária, dentro da universidade e na legislação, foram obtidas diversas conquistas.

No percurso do movimento Por uma Educação do campo, várias foram as conquistas, tanto do ponto de vista da sociedade civil e das diferentes organizações que empreendem as lutas e interesses dos camponeses em pautar a educação em suas lutas, quanto do ponto de vista da inclusão da educação do campo nas pautas dos governos, do reconhecimento do direito universal, porém respeitando a diversidade econômica e cultural (CALDART, 2012,p.4).

Destacam-se as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008. Parecer n° 1/2006, que reconhece os Dias Letivos da Alternância, também homologado pela CEB; Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (MEC-CNE, 2008), superando os limites existentes na execução da Educação do Campo apenas a partir de programas de governo, sem nenhuma garantia de permanência e continuidade. Um aspecto relevante do Decreto n° 7.352/2010 está contido no reconhecimento jurídico tanto da universalidade do direito à educação quanto da obrigatoriedade do Estado em promover intervenções que atentem para as especificidades necessárias ao cumprimento e garantia dessa universalidade (MEC-CNE, 2008).

De acordo com o setor de educação do MST, existem cerca de 120 escolas de ensino médio, 200 escolas de ensino fundamental completo e mais de 1 mil escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, espalhadas em 24 estados. No total, cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos estão cadastrados hoje nestas escolas (MST, 2019).

São 39 Instituições de Educação Superior que desenvolvem cursos de licenciaturas em Educação do Campo e diversas graduações, onde estudam em torno de 5 mil pessoas dos povos do campo, como os Sem Terra, Quilombolas, Pequenos Agricultores, Indígenas, além de professoras e professores que atuam nas escolas e ainda não possuem formação superior.

Importante mencionar também os seguintes programas:

- Saberes da Terra – Programa Nacional de Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares (2005) e Projovem Campo – Saberes da Terra (2007);
- Procampo – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo: oferece Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais, considerando as diretrizes político-pedagógicas formuladas em consonância à Resolução CNE/CEB N° 1, de 3/4/2002;
- Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO;
- PRONATEC CAMPO – programa que prevê a realização de cursos de educação profissional e tecnológica, destinado aos públicos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária (assentados e acampados) (MEC-CNE, 2008).

Nos cursos em que o Ministério cita agricultura familiar, temos também a presença de uma série de agricultores que estão fora do que foi aqui classificado como camponeses. Com isso, tem-se uma grande quantidade de escolas que recebem esses projetos onde não se adotam práticas pedagógicas e currículos que atentem aos princípios da Educação do Campo.

Como conquistas alcançadas no âmbito da garantia do direito à educação para os camponeses, os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais, a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras, o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições são considerados grandes avanços na garantia dos direitos.

Essa legitimação é importante instrumento de pressão e negociação junto aos poderes públicos, sendo também relevante força material para a ampliação das experiências inovadoras em curso. Além disso, a positivação das práticas em novos instrumentos jurídicos representa um avanço no que diz respeito às concepções que orientam a elaboração das políticas públicas (MOLINA; FREITAS, 2011).

Persiste o grande desafio de fazer a Educação do Campo chegar às mais de 78 mil escolas de educação básica existentes no meio rural e às mais de 6,3 milhões de matrículas que comportam, conforme dados do Inep de 2010, em consonância com as concepções e princípios do Movimento da Educação do Campo (MOLINA; FREITAS, 2011).

O campesinato brasileiro é um território conformado por múltiplas dimensões e diversos povos. Indígenas, pescadores e ribeirinhos, quilombolas, fundo e fecho de pasto, assentados da reforma agrária, meeiros, posseiros arrendatários, trabalhadores assalariados produzem alimentos saudáveis, arte, artesanatos, conservam o meio ambiente, produzem e reproduzem seus conhecimentos, modo de vida, história e cultura. Diante dessa complexidade e importância, o campesinato tem direito a uma educação própria e apropriada à sua realidade e anseios.

4.3 A EXTENSÃO A PARTIR DAS LEITURAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DA AGROECOLOGIA

À medida que o modelo de Extensão Rural capitalista avança traz consigo suas diversas contradições, como a concentração fundiária, fome e degradação ambiental. Dessa forma, entra em crise a partir da década de 1970. A crise da Extensão Rural mostra que outros caminhos eram discutidos, sobretudo a agroecologia e o projeto camponês de desenvolvimento, iniciado nos Movimentos de luta pela terra, muito antes da ditadura.

Com a luta camponesa ganhando força a partir da década de 1970, cria-se uma pressão sobre o modelo de Extensão Rural, até porque os Movimentos lutam pelo que é público e deve ser atribuição do Estado, ao mesmo tempo em que reivindicam que essas políticas sejam construídas para e pelos camponeses, assim como no caso da educação.

O novo projeto da Extensão Rural, a partir da década de 1970, reconhece o “fracasso” (no fundo ela cumpriu seu objetivo) e tenta encontrar no interior da própria Extensão Rural a solução. Porém as contradições são intrínsecas à Extensão Rural, criadas junto dela e a partir dela, com objetivo de defender o projeto do capital. Sem romper com o projeto capitalista e sobretudo com a educação rural, a Extensão Rural não seria capaz de superar suas contradições.

[...] a extensão propõe o Planejamento Participativo, que será uma nova bandeira do extensionismo dos anos 80. Do mesmo modo, passa-se a verificar, no discurso da extensão, propostas de mudanças na prática educativa. Ou seja, a extensão rural reconhece o equívoco da sua prática, embora não desenvolva mecanismos capazes de efetivamente transformá-la numa prática democrática (EMBRATER, 1987).

Os conceitos criados a partir da educação popular e de Paulo Freire, cerca de 20 anos antes, parecem orientar o discurso da nova Extensão Rural, sobretudo na formação dos técnicos. A EMBRATER orienta para:

Uma nova concepção de educação, não mais entendida como um processo que “se destina a transmitir (ou difundir) conhecimentos, valores e normas de conduta das gerações passadas (ou das fontes de conhecimento, do saber ou do poder) às gerações atuais, para adaptá-las à sociedade” (p.17), mas agora, como um processo dialógico e participativo que “considera o homem sujeito de sua ação, que exercita sua inteligência, seu raciocínio e sua criatividade na busca de soluções e decisões que sejam capazes de modificar ou transformar o mundo físico e social” (p.18) (EMBRATER, 1987).

Houve, então, uma mudança radical na fundamentação teórica do que seria Extensão Rural: a difusão de conhecimentos versus o processo dialógico e participativo. O grande problema é que essa discussão não aprofundou nos principais objetivos da Extensão Rural, a quem ela interessa e, sobretudo, em qual modelo de educação ela está inserida. O maior avanço no período da redemocratização parece ter sido a visão de que a ATER deveria ser para os camponeses que mais precisavam e que sua oferta deveria ser ampliada. Como afirma o presidente da EMBRATER, em seu discurso de posse em 1985:

[...] os pobres e os pequenos para mantê-los na pobreza e na dependência. Muito pelo contrário. A eles devemos servir com competência, a fim de que vençam a luta que travam, para que sejam menos penosos seus esforços, mais amplos os frutos de seus trabalhos e maiores as parcelas que deles consigam reter (EMBRATER, 1986).

A Extensão não avançaria significativamente no sentido de superar seu fracasso/sucesso e continuou longe do que seria uma Extensão Camponesa. O cerne de um modelo de Extensão camponesa está na luta contra o modelo capitalista de campo e em defesa da reforma agrária, da produção de alimentos e de uma educação própria e apropriada ao campo brasileiro em sua diversidade.

Somente com a criação da PNATER no governo do PT a Extensão começa a romper com seus paradigmas, porém a Educação do Campo e a Agroecologia, no interior dos Movimentos Sociais, é que irão ressignificar o modo de fazer Extensão Rural.

O grande diferencial está em disputar a educação do Estado e através dela ocupar a academia a partir das demandas camponesas; criar a escola para o campo e oportunizá-la a todos. Dessa forma, o camponês participa do processo e tem a oportunidade de se tornar extensionista, professor ou qualquer outro profissional, se assim desejar; através da ciência e dos conhecimentos tradicionais locais criam-se outros conhecimentos e tecnologias capazes de melhorar a vida camponesa; através da luta constante o Estado melhora as condições da educação local e nacionalmente.

Segundo Silva (2020):

A perspectiva do projeto de extensão Universidade Popular considera a formação humana e os saberes populares na produção do conhecimento científico ao se contrapor ao projeto excludente da produção científica para o capitalismo [...] descolonização da concepção de extensão acadêmica pelos princípios da extensão popular que se realiza pelo interconhecimento entre saberes científicos e saberes populares (SILVA, 2020,p.8).

Dessa maneira, na dimensão da prática, a Extensão Universitária e a Extensão Rural tornam-se parte do mesmo processo, na medida em que a Universidade está inserida na comunidade camponesa e os camponeses são parte da Universidade. As pesquisas surgem das demandas populares, os resultados são de interesse dos povos. A diferença está no processo feito através de política do Estado, especificamente para Agricultores Familiares, com objetivos mais específicos, como a melhoria na qualidade de vida, na produção de alimentos saudáveis, comercialização e na própria realidade do campo, dos alimentos envenenados, do poder destrutivo das grandes empresas do agronegócio, o papel do Estado para a consolidação desse processo ou mesmo para a expansão do modelo capitalista.

A nova extensão baseia-se na educação do campo e da agroecologia para a valorização e junção dos diversos saberes e fazeres, das diversas maneiras de se comunicar, a fim de construir um processo de educação que proporcione o acesso dos diversos povos ao que é construído de conhecimento através da pesquisa e do ensino dentro da academia, mas também o que é acumulado, repassado ao longo do tempo e reconstruído pelos movimentos e pela sociedade, em uma luta constante para reafirmar o direito dos povos. Os projetos de extensão com base nas concepções e princípios da Educação do Campo buscam ações práticas de fomento e fortalecimento da pedagogia da alternância, procurando responder aos questionamentos sobre o sentido tanto da produção no mundo do trabalho camponês quanto na socialização do conhecimento realizado na universidade, que resulta do diálogo dos saberes com a comunidade, e é capaz de contribuir na melhoria do trabalho e das relações sociais entre os camponeses.

Essa potência da extensão, na Educação do Campo, reafirma o popular da universidade pública para sua organização institucional para realização do tempo comunidade, pois exige uma estrutura diferente daquela necessária para o tempo da universidade. Desse modo, a extensão é uma dimensão da universidade que fortalece os processos de mobilização dos sujeitos do campo na luta por educação, a partir das demandas sociais no campo, o que exige uma ação concreta da extensão (SILVA, 2020,p.6).

A extensão, na condição de processo de mobilização dos sujeitos do campo e da universidade, é um potencial, pois mantém uma leitura atual das questões sociais que vivenciam os sujeitos do campo. A extensão é uma aposta na democratização da universidade pública para uma ação de transformação social de sua responsabilidade com o desenvolvimento justo das populações que, historicamente, foram excluídas do direito à educação. Desse modo, a educação do campo em suas dimensões do ensino, pesquisa e extensão tem sido um instrumento educativo dos sujeitos do campo, da sociedade e do Estado para a implantação de uma política educacional que leve em consideração os contextos, os sujeitos e os saberes das populações do campo (SILVA, 2020).

É importante considerar que o conceito de extensão em seu caráter processual alia-se também a um fluxo contínuo e experiencial científico numa “multiplicidade de ações” cujas exigências não devem ser apenas de conhecimentos técnico-profissionais, mas de um conjunto de conhecimentos construído e recriado no bojo das experiências (SANTOS, 2012).

Os extensionistas devem ser capazes de relacionar o conhecimento científico com os saberes camponeses, auxiliando no processo de mudança da realidade planejado pelos agricultores, com mediação do/da profissional de extensão.

[...] o agrônomo educador que não se esgota e não deve esgotar-se no domínio da técnica, pois que esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem transformar. Não há de considerar perdido o tempo de diálogo que problematizando critica e criticando insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação. Ainda quando, para nós, o trabalho do agrônomo educador se restringisse apenas na esfera do aprendizado de técnicas novas, não haveria como comparar a dialogicidade com a antialogicidade (FREIRE, 1983, p. 71-72).

Portanto o profissional de extensão rural deve ter domínio do diálogo, deve saber ouvir e construir um processo de aprendizado junto aos camponeses, usando de metodologias que busquem integrar o conhecimento técnico ao conhecimento camponês.

Os agentes de ATER são, agora, estimulados a exercer o papel de facilitadores e animadores, privilegiando o potencial endógeno das áreas rurais e o conhecimento dos agricultores quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, em detrimento à prática extensionista convencional, realizada pela mera transferência de pacotes tecnológicos (COSTA; NOGUEIRA; FRAXE, 2017).

É importante notar que a educação do campo em suas diversas modalidades para formação de agricultores está sendo fortalecida com metodologias que trazem uma perspectiva praxiológica e dialética entre a cultura da educação escolar e a aprendizagem nas

práticas diárias de ser agricultor. Feita do campo, a partir da participação de representações sociais nos momentos de formulação de propostas para o campo, garantindo a identidade local no processo e na implementação (LIMA; PIRES; BOTELHO, 2010).

A partir do ciclo diagnóstico/planejamento/avaliação, as permanências e mudanças são definidas e um planejamento estratégico de tarefas pode ser construído. Na operacionalização das tarefas o/a profissional de ATER passa de mediador a colaborador com atividades produtivas/burocráticas, como recomendação de caldas e biofertilizantes; cadastro ambiental rural e financiamentos; deve continuar como mediador no processo organizacional da família/comunidade, auxiliando em reuniões, relatorias, ideias de organização etc., sempre respeitando a autonomia camponesa no processo.

Nesta perspectiva, é possível pensar a ideia de extensão como elemento comunicativo, dialógico, em que o termo comunicação transcende a terminologia extensão, considerando que a comunicação, quando realizada numa dimensão construtiva e reconstrutiva do conhecimento, provoca e possibilita uma ruptura com o viés tecnicista do fazer, que ainda hoje persiste nas práticas de extensão voltadas principalmente para o meio rural (SANTOS, 2012).

Junto à adoção dos princípios agroecológicos para uma nova forma de pensar o desenvolvimento sustentável, é necessário refletir sobre a função das práticas pedagógicas no processo educacional de agricultores e profissionais que atuam no campo (CALDART, 2002). Essas mudanças, segundo Moraes e Callou (2017), necessitam de novos instrumentos que deverão ser baseados em metodologias participativas, específicas para o mundo rural, que agreguem o agricultor a fim de que desenvolva suas potencialidades, em oposição ao tipo de educação predominantemente vivenciada pelas populações do campo. Assim, as metodologias devem favorecer o aprendizado gradativo e a construção participativa/coletiva dos conhecimentos; nesse sentido, a assessoria técnica, ao adotar metodologias participativas, cria um instrumento com capacidade de definir e gerar um processo endógeno de mudança, que leva em conta o econômico e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, por meio da organização e participação dos agricultores nos processos de decisão. Os princípios direcionam para construção de metodologias dirigidas pela demanda dos agricultores (de baixo para cima) (PEIXOTO, 2008) e a adoção de tecnologias baseadas nos princípios da Agroecologia.

Nesse processo de apropriação e ressignificação da ciência, criou-se uma série de técnicas e tecnologias de produção e de mobilização e organização de camponeses, acesso a

políticas públicas e participação na criação e avaliação destas, sobretudo para a produção de alimentos saudáveis.

Destacam-se, neste contexto, o surgimento da sintropia e os avanços no manejo de SAF's, das técnicas de poda, dos espaçamentos, entre outras; o manejo extrativista das florestas nativas tem mobilizado povos e comunidades tradicionais em torno da exploração consciente, destaca-se o Licuri e seus produtos, o coco babaçu, entre outros; a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), tecnologia de produção de alimentos em pequenas e grandes áreas com canteiros mandala e criação de animais, método camponês a camponês, as metodologias de ATER, como cadernetas agroecológicas e o Diagnóstico Rural Participativo (DRP); quintais agroecológicos, incentivo à produção de alimentos que já é feita nos quintais, no campo e na cidade; bioinsumos: caldas, biofertilizantes, micro-organismos eficientes, adubação verde, homeopatia, fitoterapia, Plantas alimentícias não convencionais (PANC's), entre outros.

Além das diversas técnicas e tecnologias, destacam-se alguns grupos que têm executado ações exitosas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Educação do Campo e Reforma Agrária, destacando-se em suas atuações nos territórios.

O Projeto Ceta, Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA), surge em 1995, a partir de acampamentos e assentamentos acompanhados pela CPT, em especial no Médio São Francisco, tendo como principal tarefa garantir a sustentabilidade das ações afirmativas do governo pela Reforma Agrária e da transformação da questão agrária no Brasil. A CETA, devido à falta da Extensão do Estado nos acampamentos e assentamentos, discutia uma Extensão própria desde o início de sua consolidação, porém entendia que esse era um papel do Estado (SANTOS, 2010). Outra ação do Movimento que se destaca aqui é o Projeto do Curso Integrado de Ensino Médio e Profissionalizante em Técnica Agropecuária Sustentável, que faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e se desenvolve em parceria com o Incra/Unep/Ceta. Neste curso os estudantes têm responsabilidades e atribuições, como a mobilização das comunidades nos assentamentos, o encaminhamento de demandas do curso para a Universidade, a participação no processo de planejamento e o encaminhamento de informações e sugestões para o funcionamento do curso. Assumem, assim, efetivamente, a corresponsabilidade de efetivação no andamento de todas as etapas.

Outra ação importante são os cursos denominados Pedagogia da Terra, os quais têm sua origem nas experiências de cursos formais de formação de educadores iniciados pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra, objetivando qualificar o trabalho educativo

desenvolvido nas escolas públicas dos assentamentos e acampamentos como parte da luta pela reforma agrária. Na primeira dimensão, a Pedagogia da Terra vem se constituindo como crítica aos formatos mais tradicionais do Curso de Pedagogia e à concepção de educação ainda dominante na Universidade. Estão entrando na Universidade os pobres do campo, pessoas que provavelmente não teriam o direito ao estudo universitário se não fosse seu vínculo com o movimento social, pessoas que expressam em todo seu ser as marcas da exclusão, da discriminação, da dominação.

A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores que se organizam em núcleos de base e elos, para construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular. Seu fundamento são as sementes crioulas, ancoradas na sabedoria ancestral, no intuito de pensar uma prática agrícola discrepante da atualmente hegemônica. Os Núcleos de Base são as comunidades, os povos, os territórios e as organizações políticas que se territorializam. A diretriz de ação, a estratégia geral e o destino da caminhada de luta derivam, portanto, dos povos. Os Elos da Teia são coletivos de agroecologia, intelectuais, grupos de pesquisa universitários, estudantes, associações, cooperativas e outros grupos que não estão territorializados em sua ação. O princípio é claro: quem já conquistou a terra e está construindo o território tem a primazia frente a quem tem feito reflexões sobre este campo político.

Outros avanços são a maior participação de organizações da sociedade civil e dos próprios movimentos nas ações de ATER do Estado, as cotas existentes para a formação da equipe de ATER das organizações, os Agentes Comunitários Rurais (ACR) adotados pela CAR para acompanhamento dos projetos do Bahia produtiva, que são técnicos locais contratados pelo Estado, além de um aumento na participação dos Movimentos Sociais e da sociedade civil como um todo, sobretudo na criação da PEATER na Bahia.

5 EXTENSÃO RURAL, GOVERNO GENOCIDA E A PANDEMIA DE COVID-19

5.1 PANDEMIA DA COVID-19 E A GESTÃO DESASTROSA DO GOVERNO FEDERAL

O triênio 2020-2022 será lembrado mundialmente como aquele em que a pandemia do novo coronavírus atingiu mais de cento e onze milhões e seiscentas mil pessoas ao redor do planeta e tirou mais de duas milhões e quatrocentas mil vidas. No Brasil, de acordo com informações oficiais do Ministério da Saúde, a primeira notificação de um caso confirmado de Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. A desoladora crise sanitária já acometeu mais de dez milhões e cem mil pessoas, levando a óbito mais de duzentos e quarenta e seis mil, colocando o Brasil como o país que mais teve mortes causadas por Covid-19 proporcionalmente à população. No entanto, a história brasileira poderia ser diferente, pois, sendo um dos últimos países a ser atingido e dispondo de um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, o Brasil poderia ter planejado reforço ao orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – há muito sucateado –, investido novos recursos em função do estado de emergência e coordenado o enfrentamento à pandemia, tornando-se um exemplo mundial.

Devido à facilidade de transmissão e a dificuldade de contenção, além de pouco conhecimento sobre a nova doença, diversos órgãos de saúde e veículos de mídia buscaram disseminar informações e recomendações para cuidados com a saúde, entretanto no Brasil passamos por um período de desinformação total, principalmente por parte do Governo Federal. Segundo Beraldo (2020), o governo Bolsonaro não apenas foi omissivo e irresponsável, como pode ser classificado como genocida, pois nem mesmo aplicou os recursos aprovados pelo congresso Nacional destinados ao combate do novo coronavírus; desperdiçou mais de 1,5 milhão de reais do dinheiro público investindo na ampliação da produção de cloroquina pelo Laboratório Farmacêutico do Exército, sendo este medicamento sabidamente ineficaz ao tratamento da Covid-19; tratou a pandemia com pouco caso, desrespeitando normas sanitárias e minimizando a gravidade da doença; deixou a população à própria sorte para morrer nos hospitais; além de colocar o Brasil como líder mundial de enfermeiras e enfermeiros falecidos em decorrência do SARS-COV-2 (BERALDO, 2020).

A ciência desde sempre recomendou o isolamento social como forma de diminuir a proliferação da doença, porém, no período que vivemos de negação da ciência no nosso país, essa medida foi adotada com mais ou menos seriedade e compromisso, conforme entendimento de cada governo municipal ou estadual, tendo em vista o abandono do governo

federal nas providências que precisaram ser tomadas, além das ações criminosas do presidente genocida, que, por diversas vezes, desrespeitou o isolamento social, estimulando muitos dos seus seguidores a fazerem o mesmo.

No início da pandemia, o presidente deu várias declarações alegando que a Covid iria passar logo e diminuindo os efeitos catastróficos anunciados pela ciência, disse que era apenas uma “gripezinha”. Segundo Reinaldo Azevedo (2020), colunista do Uol, em 01/03/2020, o presidente Jair Bolsonaro fez pelo menos cinco afirmações falsas sobre a pandemia de coronavírus.

Do início da pandemia até outubro de 2020, conforme Ana Mendonça (2020), colunista do Estado de Minas, o Brasil teve mais de 158 mil mortes, o país se tornou a segunda nação no mundo com maior número de óbitos provocados pelo novo coronavírus. Nesse mesmo período, tinha-se um declínio de diagnósticos da doença respiratória, o Brasil passava agora por uma fase de reabertura de atividades econômicas e relaxamento de regras.

Bolsonaro afirmou que “os números têm apontado que a pandemia está indo embora” e que “ninguém está interessado” na vacina chinesa. Embora em outros países a doença já voltava a apresentar aumento na contaminação e nas mortes.

Apesar de o Brasil estar há dez dias com tendência de queda nos óbitos, ainda são registradas, em média, cerca de 500 mortes diárias pela Covid-19. Além disso, uma 2ª onda da doença atinge a Europa. Para conter o novo coronavírus, países voltaram a adotar medidas rígidas, incluindo toque de recolher em cidades como Paris. França e Holanda registraram recorde diário de casos. Portugal decretou “situação de calamidade”. Na Itália e na Alemanha, houve endurecimento das restrições (G1, 2020).

O país estava próximo a ser atingido pela segunda onda da doença. A incapacidade do governo federal em gerir a crise, sem a adoção de medidas mais restritivas e auxílio para que as pessoas pudessem ficar em casa, somada ao alto índice de desemprego, foi algo catastrófico. No fim do processo eleitoral municipal, sob consequência do abandono das medidas restritivas, entramos em uma “segunda onda” de proliferação da doença.

[...] ainda no ano de 2020, levando a um aumento assustador do número de casos no início de 2021. A nova onda não chegou apenas aumentando os números da doença, mas também elevando o número de mortos e colapsando o sistema de saúde em vários locais do Brasil.

A segunda onda já era prevista e, desde o princípio, recomendou-se que mesmo com a queda no número de casos as medidas de prevenção da doença não fossem abandonadas.

Segundo a Nota Técnica – 22/11/2020 sobre a Situação da Pandemia de Covid-19 no Brasil, desenvolvida por pesquisadores brasileiros e publicada no site CoronaVidas, o Brasil apresentou um pico nos meses de julho a setembro de 2020 e, posteriormente, observou-se uma queda no número de casos novos por semanas. Entretanto, os números voltaram a crescer (CORONAVIDAS, 2020). A referida nota técnica informa ainda sobre a situação do país naquela ocasião, afirmando que “a situação no Brasil se deteriorou fortemente nas últimas duas semanas, e o início de uma segunda onda de crescimento de casos já é evidente em quase todos os estados, de forma particularmente preocupante nas regiões mais populosas do país” (CORONAVIDAS, 2020).

A segunda onda foi fatal, o número de mortes de brasileiros foi bem maior do que o observado na primeira onda da doença. Em Manaus, por exemplo, no início de 2021, os hospitais ficaram lotados e faltou oxigênio para os pacientes.

A crise do gás chegou às manchetes na 5ª feira (14.jan.2021), mas já era do conhecimento dos governos federal e estadual e da empresa responsável pelo fornecimento ao Estado dias antes de eclodir. O resultado trágico revelou falta de coordenação e decisões erradas de autoridades que menosprezaram o perigo da pandemia e de uma nova cepa do vírus, mais transmissível, em circulação na capital manauara, segundo especialistas ouvidos pela reportagem (PODER 360, 2021).

Vale lembrar que a CPI da pandemia, posteriormente, comprovou as informações de que o governo sabia da crise e teve várias oportunidades de se antecipar e garantir oxigênio em Manaus. Pior ainda, a CPI comprovou que o governo fazia uma espécie de teste de “imunidade de rebanho”, ou seja, decidiram incentivar a população a não adotar medidas de proteção para a doença se espalhar, imaginando que com mais gente contaminada em menos tempo, a pandemia acabaria logo, pouco se importando com o número de mortes que iria causar e sem nenhum embasamento científico para adotar tais medidas.

Mas não foi apenas Manaus que sofreu com a segunda onda, havendo em todo o Brasil relatos de pessoas que perderam a vida antes mesmo de conseguirem uma vaga na UTI, o que evidencia um colapso no sistema de saúde.

Apesar de novas variantes do vírus terem influenciado no aumento da contaminação, um dos principais motivos para o aumento de casos, segundo especialistas, é o não cumprimento das medidas de proteção, como o distanciamento social e uso de máscaras, já que essa era a principal medida de controle e pode ter sido, também, o motivo para surgimento de novas variantes nesse curto espaço de tempo.

A variante P.1, cepa identificada pela primeira vez em Manaus, no Amazonas, durante a segunda onda no Brasil, foi muito mais grave e mais letal entre os jovens, comportando-se de maneira diferente em relação às anteriores. Quase 20% dos jovens internados morreram no país em 2021, segundo estudo publicado pela revista científica *Lancet Respiratory Medicine*, divulgado na Folha de São Paulo. Apontando ainda a gravidade da pandemia na segunda onda, o estudo revelou que a mortalidade entre quem precisou de intubação passou de 78,8% na primeira onda para 84% do final de dezembro a 25 de maio – a média mundial é de cerca de 50% (CUT.ORG, 2021). Esses dados oferecem ainda mais elementos para concluir que o governo Federal adotou uma política genocida de convivência com a pandemia de Covid-19, sendo capaz de agravar ainda mais o que já era ruim.

Ainda assim, o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde n° 38, que se refere ao período de 25 a 31/10/2020, salientava que:

Nas últimas semanas, jornais de todo o país vêm noticiando um alerta de uma possível segunda onda de infecção do novo coronavírus no Brasil. Contudo, tais veículos de comunicação não apresentam em suas matérias dados concretos que possam afirmar que o país está apresentando um aumento considerável no número de notificações de novos casos e óbitos, fato importante para caracterizar uma segunda onda da COVID-19 na nação (BRASIL, 2020).

Para corroborar as provas do genocídio, a CPI da Covid também desvendou esquemas de corrupção envolvendo a compra de vacinas: compra superfaturada da vacina Covaxin, recusa de oferta de outras vacinas, como a da Pfizer, além de atuações duvidosas da Anvisa quanto à avaliação e aprovação de vacinas, além da existência de um “gabinete paralelo” que guiava as decisões do governo.

O conjunto da obra não deixa dúvidas de que o governo Bolsonaro foi irresponsável, omissos e criminosos em sua atuação durante a pandemia, causando um verdadeiro caos no país. Fica evidente, também, o interesse em desviar dinheiro público para apropriação indevida, contudo a atuação genocida não parou por aí, como veremos, a seguir, a pandemia, aliada à alta no preço dos alimentos, tornou-se ainda mais fatal.

5.2 SOBERANIA ALIMENTAR EM RISCO: PANDEMIA E O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA

Especialistas informam que já iniciamos 2020 com os preços acima da média de mercado dos últimos 5 anos. Logo na sequência, tivemos o coronavírus e ninguém sabia dos impactos da doença ainda (BRASIL ECONÔMICO, 2020).

O preço alto dos alimentos, mesmo antes da pandemia, é um reflexo da crise política e administrativa que o país passa e que, junto ao desmonte de políticas públicas e a perda de diversos direitos da classe trabalhadora, vinha, desde então, assassinando o direito a uma vida digna, sobretudo para o povo do campo e das periferias, que sofrem mais com o abandono do Estado.

A situação do país se agravou, o salário foi “corrigido” abaixo da inflação, o desemprego foi recorde no país e a uberização dos serviços suprimiu os direitos trabalhistas. Segundo o IBGE, o desemprego no país atingiu a marca de 14,1% no último trimestre de 2020 (IBGE, 2020), ainda de acordo com o IBGE, em 12 meses desde o início da pandemia do novo coronavírus, decretado oficialmente pela OMS em Março de 2020, o preço dos alimentos subiu 15% no país, quase três vezes a taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,20% (IBGE, 2021), a gasolina aumentou seis vezes no ano, e o preço médio ficou próximo a R\$ 5,60, impulsionando ainda mais o aumento dos preços de outros produtos.

O aumento dos preços se dá por uma série de fatores, fatores externos como aumento da demanda mundial influenciam na inflação e também nos preços, porém o aumento é quase três vezes maior. A questão é que além do contexto da pandemia, o governo executava um verdadeiro desmonte nas políticas públicas de fomento à produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa, que são os produtores da maior parte da comida que chega à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Em 2019 Bolsonaro extinguiu a Secretaria especial do desenvolvimento agrário (antigo MDA, extinto no governo Temer), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF), espaços institucionais próprios e autônomos da agricultura familiar para elaboração, gestão e monitoramento de políticas públicas. No lançamento do Plano Safra 2019/2020, o Governo Bolsonaro e a Ministra da Agricultura extinguiram o “Plano Safra da Agricultura Familiar”, reduzindo o investimento e deixando o setor à mercê dos interesses do agronegócio.

Já em 2020, em meio à pandemia da Covid-19, Movimentos Sociais do Campo, das Florestas e das Águas apresentam uma Plataforma Emergencial para mitigar os impactos da pandemia no desabastecimento e inflação dos alimentos, com destaque para os seguintes pontos:

- 2 bilhões de reais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para a execução de associações e cooperativas da agricultura familiar;
- e a retomada do Plano Safra da Agricultura Familiar.

O Governo não apresentou um “Plano Safra da Agricultura Familiar”. Disponibilizou apenas 25% da demanda apresentada pelos movimentos ao PAA (500 milhões), e cooperativas e associações têm valores de projetos limitados a 320 mil reais. Dessa forma, o subsídio tão importante para a produção agrícola não é repassado, prejudicando a produção, vale ressaltar que para o agronegócio o investimento foi garantido.

Apesar do baixo estoque de alimentos do governo, o presidente e a ministra da agricultura afirmaram não haver risco de desabastecimento, assim o governo continuou incentivando a exportação e colocando em risco o abastecimento interno. O governo foi avisado pelos donos de supermercados sobre o problema de abastecimento do arroz, e respondeu que não iria intervir no mercado. Logo após, Bolsonaro zerou a taxa de importação do arroz, soja e milho, intervindo no mercado para favorecer grandes empresas importadoras. Nesse período, o preço do arroz tinha ido às alturas.

Segundo a revista Oxfam, a maior parte dos alimentos que consumimos vem da agricultura familiar. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 70% do que chega às nossas mesas veio da agricultura familiar. Ainda segundo a revista, esse segmento tem tido papel ainda mais importante na pandemia, quando as pessoas estão comendo mais em casa. Assim, tem crescido também a preocupação com a origem dos alimentos e as medidas de higiene empregadas na distribuição e venda. Dessa forma, a agricultura familiar tem ganhado destaque (GUSTAVO FERRONI, 2021).

Conforme matéria da CNN Brasil, em 2020, o preço do pacote de arroz subiu 76% nos supermercados, e ficou 46% acima do nível pré-pandemia. No campo, a alta de 2020 na cotação das sacas foi de quase 100%, e o valor cobrado ainda segue 30% acima do que custava antes (CNN, 2022). Já em 2021, o índice de preços dos alimentos, medido pela FAO, mostrou um aumento de 28,1% em relação a 2020, registrando uma média de 125,7 pontos.

Todas as atrocidades cometidas pelo desgoverno ferem fortemente a soberania alimentar dos povos do Brasil, sobretudo em período de pandemia, na medida em que dificulta a produção e o acesso aos alimentos, o acesso a emprego, renda, educação, cultura, segurança, moradia e saúde. Indo contra a soberania alimentar, ou seja, a garantia do direito à alimentação para toda a população.

A agricultura familiar vem garantindo a produção de alimentos no período de pandemia. O MST doou mais de 3.400 toneladas de alimentos até setembro de 2020, reafirmando a importância da reforma agrária, dos movimentos sociais e da agricultura familiar na produção de alimentos (MST, 2020).

5.3 PANDEMIA, ISOLAMENTO E O REMOTO

Quarentena, isolamento ou distanciamento social são termos com significados diferentes, mas apresentam em comum a característica de separar as pessoas, com intuito de prevenir contágios, conter transmissão e reduzir impactos nos sistemas de saúde. Contudo, também são estratégias que podem causar experiências desagradáveis na rotina das pessoas, determinando consequências sociais, psicológicas e financeiras (SILVA, 2020, p. 39).

Era sabido que o distanciamento traria diversos efeitos colaterais, tanto para a economia quanto para a saúde mental das pessoas, mesmo assim, era a maneira de diminuir a propagação do vírus e ganhar tempo até a chegada de uma vacina, o que salvaria muitas vidas perdidas.

Os pesquisadores Silva et al. (2021), em estudo sobre a saúde mental em tempos de pandemia, assim constataram:

Evidenciou-se a ampliação de sentimentos relacionados à ansiedade e à depressão, à redução da qualidade do sono e às preocupações com a vida, a saúde, a morte e a família, ao passo que se observou a redução da satisfação com a vida, da felicidade e do interesse por lazer e encontros (SILVA et. al, 2021).

O isolamento alterou de forma drástica o modo de vida da população. Diversos serviços essenciais para a sociedade, como a educação, a ATER e até a saúde (a depender do caso não se recomendava ir ao médico), tiveram que se adaptar a fim de dar prosseguimento às suas atividades e tentar mitigar os danos do período de isolamento. Não dava mais para esperar o que iria acontecer e a ciência já mostrava que o fim do período pandêmico não estaria próximo.

Com a necessidade de fechamento de diversas instituições, sobretudo as de educação, surgiu o termo remoto, em substituição aos encontros presenciais anteriormente realizados. Surge, assim, o ensino remoto, a ATER remota, e consolidam-se os encontros realizados por meio de videoconferências como um mecanismo de interação, que se propunha, no momento, como único recurso possível.

A expressão “ensino remoto” passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD). Isso porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o ensino remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita. Essa mesma concepção contempla as ações de ATER realizadas durante esse período (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38).

A UFRB, por meio da Portaria 322/2020, suspende as atividades acadêmicas a partir do dia 17/03/2020. As aulas reiniciaram de forma remota seis meses depois, a partir do dia 08 de setembro de 2020. Na UFRB e em outras universidades, o diferencial do Ensino Remoto foi a criação de aulas Síncronas e Assíncronas. Nas aulas síncronas, discentes e docentes se conectam por meio de uma videoconferência na plataforma Google Meet, o professor ou professora expõe algum conteúdo, pode apresentar slides, vídeos, etc., e estimula os estudantes a ligarem suas câmeras e participarem das aulas através de debates, apresentações de seminários e, em algumas aulas, da construção de uma mística inicial ou final. É o modelo da aula presencial, não é uma tutoria e não podem ser aulas gravadas, como existe no EaD. As aulas Assíncronas, previstas no cronograma, são momentos em que os docentes recomendam alguma tarefa, como leituras, escritas, filmes e vídeos disponíveis na internet, além de visitas ao objeto e ao campo de estudo dos/das discentes. Essas atividades podem ser realizadas em outros horários, mas é contida no cronograma a fim de contribuir no planejamento do estudante e computar a carga horária que é necessária para cumprir o componente. Nos cursos de regime de alternância, o período assíncrono pode se somar ao tempo comunidade, momento dedicado para o estudante olhar para o seu mundo através de um novo olhar, provocado no tempo universidade, para que, assim, possa compreender melhor e alterar positivamente sua realidade.

5.4 EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

A partir do uso das tecnologias de comunicação na educação e na ATER, e da necessidade de criar estratégias de comunicação e aprendizagem, o termo remoto ganhou uma nova concepção e foi ressignificado, tornando-se um termo próprio das atividades realizadas no período de pandemia.

Com o isolamento, comércios, indústrias e serviços tiveram suas rotinas alteradas e, assim como as escolas, as instituições de ATER, sejam elas públicas, privadas ou OSC's, foram impedidas de realizar suas atividades presenciais e passaram a realizar suas atividades de forma remota. Cada instituição de ATER, nos diferentes estados, adaptou-se, de alguma

forma, para realizar ao menos parte de suas atividades. Baseadas no uso de tecnologias de comunicação a distância, elas procuraram manter ou iniciar o contato com as famílias camponesas a fim de trocar informações que pudessem contribuir nesse período, principalmente na dimensão da produção agrícola.

Foi um ano em que, mesmo com a pandemia, a Emater não parou de fornecer assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais de todo o estado. A empresa se reinventou ao oferecer também assistência técnica por meio de redes sociais, por videoconferências, e com a promoção de cursos à distância. Esperamos que, em 2022, tenhamos resultados ainda melhores para entregar à sociedade mineira (EMATER-MG, 2021).

A Emater-MG implantou ações de inovação tecnológica que, segundo a entidade, busca inovar e ampliar o atendimento aos produtores rurais. Em 2021, a empresa iniciou os testes com um protótipo de atendente virtual. O robô (chatbot), consoante informações da EMATER, faz parte da estratégia de transformação digital e fomento à cultura da inovação da instituição (EMATER-MG, 2021).

Essa proximidade física é importante para o extensionista entender melhor a realidade e as necessidades das comunidades. As ferramentas digitais, mesmo depois da pandemia, continuarão sendo muito úteis para agilizar o atendimento, de forma complementar (EMATER-MG, 2021).

O que ainda assim representa um perigo, pois parece ser mais uma oportunidade para o Estado abdicar de seu papel para reduzir gastos, não se importando com os resultados de uma política que exclui grande parte dos agricultores familiares e sem avaliar os perigos de uma ATER digital. Juliana Silva (2020) destaca:

[...] para que os produtores consigam entregar alimentos de qualidade, agroecológicos, sustentáveis, com o procedimento higiênico correto para prevenir a Covid-19 e preservar a saúde, tanto do produtor quanto do consumidor, eles necessitam de auxílio, e esse auxílio é através da assistência técnica e extensão rural (ATER). Para manter esse atendimento e enfrentar o período de crise, a Ater Pública se reinventou e buscou ajudar ainda mais o agricultor familiar. Assim, garantindo renda e geração de empregos para o produtor, e a mesa do consumidor sempre abastecida com alimentos de qualidade.

Na mesma notícia, publicada pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de ATER (ASBRAER), Juliana Silva destaca a continuidade que a ATER deve ter para que seja efetiva, mostrando a adoção do remoto por parte do INCAPER, instituto público de ATER no Espírito Santo:

Ater pública é contínua e, desta forma, mesmo no período de isolamento social, a ATER mantém, por meio do trabalho remoto, as orientações, as trocas e a construção do saber e o fazer junto aos agricultores, “mesmo com toda limitação que estamos passando a Ater tem disponibilizado ajuda e orientações aos agricultores através de meios de comunicação, para que o andamento de suas atividades não seja comprometido e trabalhando também para que a comercialização dos seus produtos ocorra com êxito” (SILVA, 2020).

Apesar de comum, o uso das tecnologias não é unanimidade, principalmente entre agricultores. O acesso à internet é limitado em diversas regiões do país e muitas pessoas não têm domínio das novas tecnologias de comunicação, dessa forma um dos principais riscos das atividades remotas é o de aumentar o abismo existente no país, no que diz respeito ao acesso às políticas desenvolvidas pelo Estado.

O que antes era feito presencialmente se tornou uma rotina de WhatsApp e outras redes sociais, compondo uma prática que não é novidade, mas tomou conta do período pandêmico, prática chamada de ATER Remota. Assim como o nome já diz, a ATER passou a acontecer remotamente. Técnicos e famílias agricultoras tiveram que se adaptar ao distanciamento social, às medidas de prevenção contra o novo coronavírus e às tecnologias que pouco eram usadas em suas casas. O primeiro passo que a gente deu foi formar grupos de produção, a gente formou grupos no WhatsApp para ficar circulando informações. (HELENA DIAS, 2021).

5.5 PANDEMIA E ATER NA BAHIA - UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA BAHIATER-SDR NO PERÍODO PANDÊMICO

No dia 06 de março de 2020 foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 na Bahia. O Governador da Bahia, Rui Costa (PT), no dia 16 de março de 2020, suspendeu as atividades em escolas de alguns municípios e, no dia 18, fechou todas as escolas do estado – incluindo as da rede particular. Na época, a Bahia havia confirmado 18 casos e 278 aguardavam resultado (G1, 2020). Seguindo a lógica do distanciamento, o Governo lançou, na sequência, uma série de decretos determinando medidas de combate, controle e mitigação dos impactos da pandemia na Bahia. Esses decretos proibiam diversas atividades presenciais consideradas não essenciais e, a partir do monitoramento dos dados da doença, restringia mais ou menos as aglomerações em cada período. Além disso, diversos decretos tratavam da requisição e da aquisição de equipamentos e insumos destinados ao combate à pandemia.

Apenas 21 dias depois do primeiro caso, a Bahia registrava, segundo a SESAB, 123 casos confirmados de coronavírus, este número contabiliza todos os registros de janeiro até as 17 horas de sexta-feira (27). Ao todo, 16 pessoas estavam curadas. Naquele momento seis

pacientes se encontravam hospitalizados. Os casos confirmados estavam distribuídos em 19 municípios do estado, com maior proporção em Salvador (63,41%) (BAHIA, 2020).

Diante do aumento e prevendo um caos no sistema de saúde e muitas mortes, o Governador divulgou mais um decreto. O Decreto N° 19.586 de 27 de Março de 2020, que declarou Situação de Emergência em todo o território baiano: “[...] para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus” (BAHIA, 2020).

O mesmo decreto prevê aporte do Estado para uma série de ações que seriam implementadas no intuito de combater a propagação da doença e os diversos efeitos da pandemia de covid, o decreto especifica os serviços essenciais, que teriam seu funcionamento priorizado devido à sua importância. Destaca-se do referido decreto:

Art. 2° - Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito das suas competências, para envidar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3° - Para fins do art. 1° deste Decreto, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consideram-se serviços públicos essenciais às atividades relacionadas à segurança pública, saúde, proteção e defesa civil, fiscalização e arrecadação (BAHIA, 2020).

O decreto mobiliza o pessoal da saúde e da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), congelando férias e licenças e prevê as medidas que poderão ser tomadas no combate à pandemia, define quarentena e isolamento e cria todo um arcabouço que legitima as diversas ações a serem tomadas nos momentos seguintes.

I - Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II - Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Art. 19 - As reuniões e atendimentos presenciais poderão, sempre que possível, ser substituídos por meio de comunicação eletrônica ou remota (BAHIA, 2020).

Em 09 de abril, o Governador decreta estado de Calamidade Pública no Estado da Bahia, por meio do decreto n° 19.626 de 09 de Abril de 2020, quando reafirma as ações do decreto de 27 de março e autoriza a mobilização de todos os órgãos do Estado para envidar

esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução (BAHIA, 2020).

Esses foram apenas os primeiros decretos de muitos que viriam relacionados à Covid-19. Somente em março de 2020 foram cerca de 20 decretos, entre eles homologações de decretos municipais de medidas restritivas nos municípios (SESAB, 2020).

Com as medidas restritivas, o Estado teve que adaptar as formas de prestar seus serviços. A CAR, por exemplo, em notícia de 2020, trouxe o depoimento do Agente Comunitário Rural (ACR) Adilson Santos, que afirmou a importância do trabalho que a CAR tem prestado aos ACR's no período de pandemia:

Como não podemos nos reunir nas oficinas e cursos, estamos recebendo e seguindo as instruções *online* e repassando para beneficiários que não têm acesso à internet. Já participei de discussões sobre caderneta agroecológica, segurança alimentar e conservação do solo. Não sabemos quanto essa pandemia vai durar e esse conteúdo tem sido importante para que os beneficiários sigam desenvolvendo suas atividades (CAR, 2020).

O depoimento destaca a dimensão da formação dos técnicos e técnicas de ATER no período de pandemia, a partir da experiência da CAR com os editais do projeto Bahia Produtiva, contratos que são firmados dentro da SDR.

Na BAHIATER, as diversas modalidades de ATER prestadas tiveram suas rotinas alteradas. De acordo com a nota técnica 002/2021, emitida pela BAHIATER, mesmo com o contexto da Pandemia da Covid-19, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural não foram paralisados:

Embora venha sendo realizado com algumas restrições. A equipe técnica busca respeitar as medidas de orientações da Organização Mundial de Saúde, bem como dos Decretos Estaduais e Municipais permitindo assim que os agricultores familiares sejam devidamente atendidos (BAHIATER, 2021).

As chamadas públicas não previam a restrição de atividades presenciais, sejam elas entre a BAHIATER e técnicos de campo ou entre as famílias assistidas e os/as profissionais de ATER.

Diante das incertezas sobre o fim da pandemia, SDR, BAHIATER, Movimentos Sociais e OS's se reuniram para discutir sobre o andamento dos contratos no período pandêmico. Os contratos de ATER firmados através das chamadas públicas e vigentes no período da pandemia seriam modificados para se adequarem ao período de distanciamento social.

Foram elaboradas propostas de atividades que poderiam ser realizadas a distância, com isso, definiram uma proposta de aditivos aos contratos. Posteriormente, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) foi consultada sobre a legalidade das alterações; com o aval da PGE, iniciaram-se os serviços dos contratos (de 2018), enquanto a pandemia acontecia, e reiniciaram os de 2015 e 2016.

A principal alteração nos contratos parece ter sido, devido à pandemia e o isolamento, em relação às atividades que seriam realizadas de maneira remota. Ou seja, por meio de teleconferências, videoconferências, videoaulas, telefone, softwares ou aplicativos que permitam a comunicação por mensagens de texto e/ou voz e vídeo.

A maior parte das informações encontradas nas plataformas da SDR e da BAHIATER são sobre as formações dos técnicos e técnicas de ATER. Os profissionais das organizações contratadas e os profissionais das prefeituras e dos consórcios (Mais ATER consórcios) tiveram as formações previstas no contrato de forma remota, já os técnicos e técnicas da BAHIATER participavam de outras formações abertas, como as *lives*.

Sobre a ATER direta de fato, do contato dos técnicos e técnicas com os camponeses, as poucas informações dão conta de que foram criados grupos de WhatsApp, com as lideranças comunitárias, por meio dos quais eram repassadas informações às famílias.

Em 2020, foi executado o recurso no valor de R\$ 12,6 milhões correspondentes ao pagamento dos serviços de ATER efetivados por 56 (cinquenta e seis) contratos firmados entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) e as Instituições prestadoras dos serviços de ATER, selecionadas através das Chamadas Públicas de 2015, 2016 e 2018, beneficiando a 4.265 agricultores familiares (BAHIATER, 2020).

As organizações que estão iniciando os contratos (2018), ainda na etapa de diagnóstico inicial das famílias, e das primeiras reuniões com os parceiros, possuem estratégias próprias, apesar das metas serem parecidas.

Nas comunidades, as lideranças comunitárias, em contato com os técnicos e técnicas das organizações, mobilizam as famílias que desejam receber serviços de ATER para organizar reuniões e repassar informações.

Segundo a nota técnica 002/2021 da BAHIATER, inicialmente foi realizado:

Planejamento da formação para agentes de ATER das chamadas públicas de ATER para Mulheres e Agroecologia; Mais Ater Municípios e Mais ATER Consórcios – Planejamento com doze formadores para realização dos cursos obrigatórios para os agentes de ATER, iniciado com curso sobre “Metodologias de ATER”, em parceria com o IFBaiano, uma pedagoga da SEC/SUPROT e a CEPEX. Os cursos foram

adaptados para modalidade a distância e ocorreram de forma virtual por intermédio da Internet com o uso de canal digital online;

- 1- Curso de Metodologias Inovadoras em atividades de ATER e sobre o SIGATER, para agentes da Chamada Pública de ATER para Mulheres Rurais;
- 2- Curso de Metodologias Inovadoras em atividades de ATER e sobre o SIGATER, para agentes da Chamada Pública de ATER Agroecologia;
- 3- Curso de Metodologias Inovadoras em Atividades de ATER e sobre o SIGATER, para agentes do Programa Mais ATER Municípios;
- 4- Curso sobre o sistema SIGATER para agentes de ATER do Programa Mais ATER Consórcios e para os fiscais e;
- 5- Curso sobre o sistema SIGATER para Preposto (a) dos 8 Consórcios Públicos (BAHIATER, 2020).

Sobre o Mais ATER e o Mais ATER consórcio, a nota técnica 002/2020 afirma que foi realizado:

Acompanhamento de 09 (nove) convênios firmados com as Prefeituras municipais, para execução dos Serviços de ATER, com o investimento total de R\$ 559.432,09 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos trinta e dois reais e nove centavos), sendo 1.620 famílias beneficiárias... No segundo semestre de 2020, foram assinados 09 contratos de assistência técnica e extensão rural, com Consórcios Públicos, com investimento de R\$ 17,3 milhões para atender a 11.940 (onze mil novecentas e quarenta) famílias por meio de 199 técnicos de ATER (BAHIATER, 2020).

As estratégias adotadas poderão contribuir com os produtores que tiverem acesso a elas, não substituindo as atividades presenciais de ATER. Algumas atividades realizadas no período podem se tornar rotina nas ações de ATER pós-pandemia, porém a tecnologia ainda não é capaz de substituir a ATER pública, presencial e contínua.

Outras atividades de formação realizadas de forma remota durante a pandemia foram os “Diálogos de ATER”, criados durante a pandemia como um desdobramento das atividades remotas de ATER, coordenado pela DIS, são *lives* com temáticas relacionadas ao campo, realizadas através da plataforma Youtube. Segundo a SDR (2021):

Se trata de uma série de encontros, que acontecem às quintas-feiras, a partir das 16h, voltados para agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater), agricultores e agricultoras familiares, organizações e movimentos sociais, terceiro setor, setores públicos municipais e estaduais, estudantes e todos aqueles que desejam conhecer um pouco mais sobre a realidade rural e a agricultura familiar da Bahia (BAHIATER, 2020).

O objetivo é levar informações sobre temas diversos, relacionados à agricultura familiar, além de ser um processo de formação rápida, dinâmica e interativa, em que os temas possam ir sendo complementados, a cada novo encontro, com foco na alimentação saudável, tanto no consumo quanto na produção rural (SDR, 2021).

O projeto continuou após a pandemia, sob coordenação da CAR. No presente trabalho, focou-se em 62 *Lives* realizadas de 25/08/2020 a 27/05/2022, divididas em eixos temáticos relacionados à agricultura familiar baiana. São formadas por debates técnicos, relatos de

experiências de técnicos e agricultores, apresentação de slides, resultados de intervenções e vídeos gravados nos territórios.

A BAHATER dividiu as *Lives* nos seguintes temas: PANC's (Plantas alimentícias não convencionais); Agroecologia, a ecologia de saberes e práticas sustentáveis; Sistemas produtivos da agricultura familiar; Espaços Rurais e Diversidade; Mulheres na Extensão Rural; Águas de Março; Agricultura familiar.

Um coordenador ou coordenadora inicia a fala, apresenta o projeto, o proponente e o objetivo dos diálogos; logo após, o mediador ou mediadora introduz rapidamente o tema e os objetivos da *live* e os convidados; em seguida, a palavra é passada aos convidados e convidadas, para sua explanação; por conseguinte, é aberto o espaço para leitura pelo moderador dos questionamentos e elogios feitos no chat.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as 62 *Lives*, os títulos, quantidade de visualizações no YouTube, visto que a plataforma registra todas as reproduções dos vídeos mesmo após o fim das transmissões ao vivo, os convidados externos à organização dos diálogos, ou seja, agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas de ATER, professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras.

Quadro 2 - Relação das Lives, datas, visualizações, nome e formação dos convidados

TÍTULO	DATA	Visualizações	Convidados
PANC's Uma Nova Forma de Comer 'do Mato ao Prato'	20/08/2020	709	*José Geraldo Aquino de Assis - Agrônomo, Professor; *Uerisleida Alencar - Gastrônoma.
PANC, Seus Diversos Usos e Aplicações	27/08/2020	701	*Elismara silva de oliveira Luciano Ferreira da Silva - Agricultor e agricultora familiar; *Jorge Raimundo Silva Silveira - Engenheiro Agrônomo, Servidor BAHIATER.
Conhecendo as PANCS	03/09/2020	741	*José Geraldo Aquino de Assis - Agrônomo, Professor.

PANC e Soberania Alimentar	10/09/2020	426	*Mariella Uzeda; *Ana Cristina Garafolo - Engenheiras Agrônomas, pesquisadoras da EMBRAPA.
Meliponicultura	17/09/2020	683	*Vandira da Mata, Welton Clarindo - Técnico e técnica da BAHIATER; *Emerson Pereira - Professor IFBA.
Agricultura Sintrópica	24/09/2020	806	*Daniel Rebouças - Especialista em Agroecologia, técnico BAHIATER.
Sementes Crioulas	01/10/2020	353	*Sindinara Sampaio - licenciada em EDUCAMPO e Guardiã de sementes; *Rosineide Ribeiro - Guardiã de sementes; *Alayana Rocha - Engenheira Agrônoma, Técnica BAHIATER.
Feminismo e Agroecologia	08/10/2020	417	*Taciana Carvalho - Socióloga, atuação em ATER em comunidades tradicionais; *Cleidiane Moreira - Agrônoma, técnica de ATER de associação de Fundo de pasto.
Mandioca	15/10/2020	309	*Fabiana Longo - Técnica BAHIATER; *Araíldes Martins - Banco do Nordeste e PAT mandiocultura.
Banana	22/10/2020	328	*Jorge Silveira - Agrônomo BAHIATER.
Citros - perda de produção pela podridão floral dos citros em limão taiti	29/10/2020	225	*Nilton Caldas - BAHIATER; *Kátia Cristina Leão - BAHIATER.

Galinha Caipira - fonte de renda e alimentação para a agricultura familiar	05/11/2020	715	*Genival Magalhães e Heitor Lima Ribeiro - Médicos Veterinários BAHIATER.
Quilombos Contemporâneos, desafios, demandas e perspectivas	12/11/2020	254	*Givania Maria da Silva - Professora, quilombola e coordenadora da CONAC.
Produção de Alimentos Saudáveis	19/11/2020	326	*Professora Neuza Maria Miranda - Escola de nutrição da UFBA; *Leomárcio Araújo - MPA.
Produtos Apícolas mel e cera, mercado e comercialização	03/12/2020	239	*José Simão - tecnólogo em apicultura e meliponicultura, EBDA/BAHIATER; *José Fernandes - Agrônomo UFBA; experiência em apicultura e meliponicultura.
Turismo Rural expectativas regionais para o período pós-pandemia	26/11/2020	264	*Júlio Oliveira - Graduado em turismo; *Emilio Tapiroca - não apresentado.
ATER na visão de Paulo Freire	17/12/2020	371	*Danilo Uzeda - CAR/SDR, historiador.
AGROHOMEOPATIA	18/02/2021	769	*Daniel Dourado - BAHIATER/EBDA, Agrônomo, especialista em Agrohhomeopatia.
AGROHOMEOPATIA Parte 2	28/02/2021	125	*Daniel Dourado - BAHIATER/EBDA, Agrônomo, especialista em Agrohhomeopatia.
Pescadoras e Marisqueiras Artesanais da Bahia desafios e conquistas	11/03/2021	244	*Eliana Carla Ramos - BAHIAPESCA, Tecnóloga em Pesca e Aquicultura, Pedagoga, especialista em educação em comunidades pesqueiras; *Marizelha Lopes - Pescadora, Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais do Brasil (MPP).

Água e a Gestão dos Recursos Hídricos	18/03/2021	516	*Edson Ribeiro - BAHIATER, Administração de Empresas, especialista em gestão de recursos hídricos; *Ednaldo Campos - Câmara Consultiva Regional.
Saneamento Rural Adequado: experiências no Semiárido baiano	25/03/2021	385	*Luiz Almeida Santos - Agrônomo; *Clériston Belém - zootecnista; Ambos do IRPA.
Desenvolvimento Territorial e Governança	08/04/2021	306	*Marcelo Rocha - professor, mestre em planejamento territorial, DEFOC/SDR.
Parceria Mais Forte: Estratégia de articulação das políticas públicas	15/04/2021	587	*Jeandro Ribeiro - Cientista Econômico, SDR.
Manejo e Conservação Agroecológica do Solo	22/04/2021	582	*Arlicélio Queiroz Paiva - Professor da UESC, Agrônomo pela UFBA, DSc em solos e nutrição de plantas UFV.
Bioinsumos e Agroecologia	29/04/2021	422	*Edvaldo Reinaldo - Agrônomo pela UFPE, Extensionista e pesquisador EBDA/BAHIATER.
Própolis: Importância, Produção e Comercialização	06/05/2021	846	*José Fernandes Neto - Agrônomo pela UFBA, Especialista em produção de própolis, EBDA/BAHIATER.
Agrofloresta: Uma Nova Bioeconomia	13/05/2021	414	*Rui Rocha - Agrônomo pela UFBA, professor UESC, Presidente do Instituto Floresta Viva.
Identificação Geográfica (IG) e Produção de Cacau de Qualidade Superior	20/05/2021	439	*Cristiano Santana - Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional, Diretor Instituto Cacau Sul Bahia.

Alimentação Orgânica e Qualidade Nutricional	27/05/2021	277	*Maria Olímpia - Nutricionista pela UNEB, Mestre em Engenharia de Alimentos, Professora IFBA.
Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico	02/06/2021	299	*Selma Gloria - Especialista em Sociedade Inovação e gestão de políticas públicas, Coordenadora do programa de gênero do MOC, GT de mulheres da ANA.
São João Culturas, Sabores e Ritmos	17/06/2021	460	*Janio Roque de Castro - Geógrafo, Professor UNEB.
Regularização Fundiária Autonomia para a Agricultura Familiar	01/07/2021	677	*Camila Batista - Advogada, CDA-SDR.
Despertar para o Turismo Rural na Mata Atlântica	08/07/2021	207	*Quintino Reis de Araújo - Agrônomo pela UNB, Doutor em manejo e conservação de solos, professores UESC.
Plano safra 21/22 Alterações e Novidades para o Crédito da Agricultura familiar	15/07/2021	580	*George Guimarães - Banco do Nordeste.
Agricultura Familiar – Impacto Social e Econômico	22/07/2021	430	*Wilson Dias - Mestre em Desenvolvimento territorial, Diretor da CAR.
Prevenção à Monilíase do Cacaueiro no estado da Bahia	29/07/2021	418	*Catarina Sobrinho - Agrônoma, coordenadora do projeto fitossanitário da monilíase do Cacao - ADAB.
Bioconstrução para a Agricultura Familiar	05/08/2021	258	*Marcos Botelho - Engenheiro Civil pela UFBA, membro da rede Terra Brasil.
Juventude Camponesa e os Desafios na Agricultura Familiar	12/08/2021	476	*Natiele Oliveira - Estudante, Grupo Jovens e Mulheres Camponesas em Ação – JOCA; *Isabel Souza - Pedagogia da Terra pela UNEB, pós graduada em Educação do Campo e Assentada da Reforma Agrária.

PRONAF Oportunidade de Financiamento e de Trabalho na Agricultura Familiar	26/08/2021	264	*Marcelo Castro - Banco do Brasil.
As PANC's nas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	02/09/2021	267	*José Geraldo Aquino de Assis - Agrônomo, Professor; *Nuno Madeira - Agrônomo pela UFV - DSc em Agronomia, EMBRAPA hortaliças.
Produção Integrada de Guaraná Alternativa para a Certificação	09/09/2021	207	*Lucio Pereira dos Santos - Agrônomo, MSc em Fitotecnia e produção vegetal, EMBRAPA.
Criação de Galinha Caipira Planejamento e Manejo para Agricultura Familiar	16/09/2021	592	*Ivani Pereira Santos - Agrônoma pela UFBA, EBDA/BAHIATER; *Ronaldo Faria Filho - Zootecnista pela UESB, MSc nutrição animal. Professor UESB.
Azeite da Costa do Dendê: Proteção e Qualificação por Meio da Identificação Geográfica	23/09/2021	272	*Rui Rocha - Agrônomo pela UFBA, MSc Ciências Agrárias, professor da UESC.
Pragas Quarentenárias na Fruticultura da Bahia	30/09/2021	272	*Suely Brito – Agrônoma, Fiscal ADAB.
Povos e Comunidades Tradicionais: Organizações e Direitos	07/10/2021	208	*Raimundo Nonato da Silva - Graduado em História pela UNIASSELVI, pós-graduado em Estado e direito dos povos e comunidades tradicionais, membro fundador da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU).
Descomplicando a DAP	28/02/2021	1.225	
O Racismo Estrutural e os Reflexos no Rural	11/11/2021	186	*Ivonei Pires - Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela.

Liberdade e Autonomia: A trajetória da Agroecologia no Assentamento dois Riachões	25/11/2021	240	*Luciane Ferreira - Técnico em Agropecuária, membro da Rede Povos da Mata.
Manejo Sustentável dos Recursos Florestais nas Unidades Produtivas	02/12/2021	272	*Dan Érico Vieira Lobão - Engenheiro Florestal pela UFV, DSc em agronomia pela UNES, Instituto Agroambiental Cacau-Cabruca, Instituto Biofábrica de Cacau.
Parcerias de ATER: IDESA RECÔNCAVO	10/02/2022	505	*Lidiane de Carvalho e Ilana Karine - Técnicas de ATER; *Rita de Cássia e Denise - agricultoras familiares.
Rede Pintadas Comercialização e Cooperação para o Desenvolvimento	17/02/2022	235	
Parcerias de Ater: CEFORC	24/02/2022	174	*Georgia Boetlho, Agrônoma - técnica de ATER do CEFORC; *Regiane Pereira - técnica em agropecuária, técnica de ATER do CEFORC.
Diálogos de Ater: Mulheres na Extensão Rural 1 - Práticas e Afetos	17/03/2022	173	*Fabiana Longo, Assistente Social - BAHIATER.
O Protagonismo das Mulheres Assentadas na Produção Agroecológica	10/03/2022	282	*Elisimara Silva de Oliveira; *Teresa Francisca Vieira - Agricultoras agroecológicas assentadas da reforma agrária.
Mulheres na Extensão Rural 2: Práticas e Afetos	24/03/2022	350	*Edilza Reis; *Marinês Santos - BAHIATER.

Feira Agroecológica Camponesa de Baianópolis Experiência Exitosa de ATER	07/04/2022	279	*Isabel Souza - Pedagogia da Terra pela UNEB, pós-graduada em Educação do Campo e Assentada da Reforma Agrária; *Silvana Anjos - Técnica em agropecuária, graduada em Serviço Social, coordenadora ATER Mulheres no território Velho Chico.
Mulheres na Extensão Rural 3 Práticas e Afetos	28/04/2022	396	
Inovação Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar	05/05/2022	194	*José Tosato; *Leonardo Farias - CEPEX/BAHIATER.
Controle Agroecológico da Mosca das Frutas	12/05/2022	285	*Daniel Rebouças Dourado - Agrônomo, especialista em Agroecologia e agrohomeopatia, EBDA/BAHIATER; *Luciano Silva - Agricultora agroecológico, assentamento Dois Riachões.
Cenário da Produção Orgânica na Bahia	19/05/2022	171	* Thiago Guedes - Coordenador da Comissão de Produção Orgânica da Bahia (CPOrg/BA); *Hércules Saar - Presidente da Rede Povos da Mata.
O Coletivo LGBTQIA Sem Terra Desafios e Conquistas no Rural	27/05/2022	4	

Fonte: organizado pelo autor a partir das *lives* disponíveis no YouTube.

A iniciativa tem pontos positivos no sentido de tentar abranger os diversos segmentos da agricultura familiar como povos e comunidades tradicionais, quilombolas, mulheres, juventudes, alguns sistemas produtivos como galinhas caipiras, mandiocultura, meliponicultura, políticas públicas como PRONAF e garantia safra, tecnologias agroecológicas como agroflorestas e homeopatia, práticas conservacionistas como manejo agroecológicos do solo e preservação da água, além de atividades não agrícolas como turismo rural.

A temática das mulheres, por exemplo, é abordada por mulheres de organizações prestadoras de ATER por chamadas públicas e agricultoras, como nas *lives* Parcerias de ATER, que tratam da chamada pública ATER mulheres, como também através das técnicas da BAHIATER-SETAF nas *lives* Mulheres na Extensão Rural Práticas e Afetos; Protagonismo das mulheres assentadas na produção agroecológica; Pescadoras e Marisqueiras Artesanais da Bahia; apresentadas principalmente no mês de março, um mês de homenagem às lutas femininas, trazendo a pauta das mulheres rurais para o debate, de forma muito exitosa, a partir dos depoimentos das vivências de cada uma. Ana Cristina Sousa, mediadora na *Live* Protagonismo das mulheres assentadas na produção agroecológica, ressalta:

[...] essa luta pertence as todas as mulheres, mas também é de todos que querem uma sociedade mais justa com respeito e dignidade a todos e todas. Os diálogos de ATER inicia uma programação especial: março mulher. Dedicado ao protagonismo da mulher no rural baiano. Falando em mundo melhor, temos que falar de agroecologia, que é uma ação em defesa da vida e das mulheres em sua natureza compreendem bem esse processo (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Segundo Fabiana Longo, Assistente Social e sub coordenadora do SETAF no Extremo Sul, são muitos os desafios, mas é um trabalho extremamente prazeroso, pois está no sangue das mulheres ser resistência por onde passam e no trabalho não tem sido diferente. Fabiana apresenta o trabalho que vem realizando no território e aborda a Associação de mulheres NANA, produtoras de polpa de frutas. Carmen Lucia, mediadora da *Live*, destaca:

O modelo de ATER dos anos 90 no país definia o papel da Assistente Social como a técnica que ia para a comunidade ensinar a fazer crochê, pintura, reforçando o patriarcado e o técnico iria trabalhar com os homens na produção agrícola e você mostra como as mulheres podem ser protagonistas na produção. Com a nova política estadual de ATER, alguns artigos vêm desconstruindo esse modelo, e você prova que as mulheres podem assumir o protagonismo na produção (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Na 17^o *Live*, Danilo Uzeda trata da ATER na visão de Paulo Freire. O entrevistado inicia sua exposição com uma reflexão importantíssima sobre o período atual e a Extensão Rural, que nos instiga a olhar para os grandes desafios que o Estado tem para pensar a Extensão Rural, mostrando que as antigas concepções e práticas consideradas ultrapassadas não deixaram de ser usadas:

Estamos vivendo um momento que Paulo Freire diria que é importantíssimo para educação e para ATER, mas um momento de perrengue. Gramsci diria que o novo não conseguiu se impor e o velho morreu, mas ainda permanece na nossa vida. Um momento de pensar um novo ciclo da ATER e das políticas públicas de um modo

geral, mas que o antigo ainda se impõe de uma forma importante (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Uzeda complementa que perguntas feitas 50 anos atrás por Paulo Freire, no livro *Comunicação ou Extensão*, nos parecem muito atuais e as políticas elaboradas hoje em dia, criticadas em bases freirianas, mostram que ainda continuamos com esses dilemas. Danilo relata a importância do agente Extensionista, que, segundo ele, a partir da leitura de Freire, é:

[...] um sujeito que não aprende na universidade a ser extensionista, não se aprende a dialogar com o mundo do universo real, porque estamos presos em um conjunto de conhecimentos e teorias que nos afastam de forma muito pragmática do mundo e também não se aprende a valorizar o conhecimento emanado das populações rurais (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Uzeda considera ainda que o Estado tem falhado na preparação dos técnicos e técnicas de ATER:

As políticas públicas, e acredito que estejamos falhando um pouco, devem ir de forma mais efetiva, com esses sujeitos que dialogam com as comunidades para possibilitar o diálogo entre o conhecimento acadêmico, formal, científico, entre os saberes e conhecimento popular (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Contudo, a principal contribuição de Danilo Uzeda para o debate aqui proposto refere-se ao investimento público em ATER, que na Bahia ainda é baixo, ele considera essencial e que não existe ATER se não for pública:

Os ciclos orçamentários de um governo de coalizão ou que um orçamento restrito impõe, faz com que a gente descontinue a ATER, muitas vezes inviabilizando a ação dela. Se a educação é uma práxis contínua, ensino-aprendizagem, conhecer continuamente, ininterruptamente; interromper esse ciclo causa prejuízos extraordinários que não podem ser calculados monetariamente (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Danilo ainda complementa de forma extraordinária sua crítica aos governos de coalizão que devem se posicionar em relação ao tensionamento entre agronegócio e a agricultura familiar. Em suas palavras:

Tem coisas que não podem ser pela metade, ou você compreende o conceito que aquilo faz, ou faz outra coisa, não tem pela metade. É um desafio para o governo, movimentos e a própria sociedade enfrentar, para construir esse modelo que se quer (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Sobre os conteúdos e a sequência escolhida para as *Lives*, percebe-se que determinadas temáticas que são correlatas ficaram separadas; se trabalhadas em sequência,

poderiam melhorar a compreensão, principalmente por parte dos agricultores espectadores, como o caso das *Lives* de meliponicultura (17/09/2020); Produtos apícolas mel, cera e comercialização (03/12/2020); Própolis Importância, Produção e Comercialização, também um produto apícola (06/05/2021), que poderiam estar em sequência.

Algumas *lives* são ricas em conteúdo aprofundando bastante nos temas, inclusive com especialistas renomados em suas áreas, porém esse aprofundamento muito complexo pode ser prejudicial para o entendimento dos agricultores em relação aos temas. É o exemplo das *Lives* que tratam de políticas públicas, como a DAP, um documento feito por instituições de ATER e não por agricultores, além disso os técnicos e técnicas já recebem formação para realizar esses serviços, alimentar o sistema e informar os agricultores de forma correta, ou o exemplo da *Live* Regularização Fundiária Autonomia para a Agricultura Familiar, um processo que sem investimento e acompanhamento do Estado não acontece. Outras que podem ser citadas são as *Lives* que tratam de doenças fitossanitárias: Citros - perda de produção pela podridão floral dos citros em limão taiti; Prevenção à Monilíase do Cacaueiro no estado da Bahia; Pragas quarentenárias na fruticultura da Bahia – com assuntos complexos que deveriam ser tratados com os técnicos e técnicas de ATER para que estes, no dia a dia nos territórios, repassem informações, acompanhem, avaliem junto aos agricultores e contribuam no manejo adequado.

As *lives*, como estratégia de ATER durante o isolamento social, colocam em questão a ação do Estado em relação ao investimento público. Na *live* sobre criação de galinhas caipiras para produção de ovos, por exemplo, o especialista Heitor Lima, extensionista desde 1980, relata que:

A implantação e difusão desse sistema de criação de galinhas caipiras demanda acompanhamento técnico efetivo de técnicos e técnicas com formação específica na área da avicultura e acompanhamento contínuo ao menos nos dois primeiros anos (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Além disso, Heitor ainda ressalta que para que a família agricultora se destaque na produção de ovos é necessário investimento do Estado na certificação desses produtos através de uma unidade de beneficiamento. Ressalta ainda que:

Os consórcios territoriais estão com suas equipes de veterinários e técnicos visando orientar os criadores na certificação de suas produções, porém, estamos engatinhando ainda na Bahia nesse trabalho, mas temos que ser perseverantes para atingir nossos objetivos (LIVES DIÁLOGOS DE ATER, 2020).

Em outra *live* (Produtos Apícolas, mel cera e comercialização), o convidado José Simão, tecnólogo em apicultura e meliponicultura, EBD/BAHIATER, ressalta que o tempo é curto para tratar do assunto, ao passo que a mediadora, Vandira Pereira – BAHATER, confirma, logo após: “É muito pouco tempo para um curso muito vasto. Tudo dentro da colmeia depende de um manejo específico, não tivemos tempo de falar de manejo de cera, não só para uso do apicultor, mas para venda em feira”.

Dessa forma, as famílias agricultoras não vão aprender a implantar os sistemas mostrados nas *Lives*, muito menos mantê-los com êxito, se o Estado não chegar até a base com Assistência Técnica e Extensão Rural, além de outros investimentos, como certificação, comercialização e cursos práticos, pondo em xeque a efetividade das *Lives*. A mesma leitura pode ser feita em relação à *Live* que trata de Alternativa para Certificação, atividade que não pode ser feita sem acompanhamento e alto investimento do Estado.

Mostrar uma novidade e um caso que deu certo sem o devido cuidado pode se tornar uma arma para as famílias agricultoras, na medida em que estas tentam reproduzir o modelo mostrado, mas, sem o conhecimento e acompanhamento técnico, acabam fracassando, se endividando e desanimando de continuar na atividade. Aspectos como clima, manejo sanitário, genética, instalações etc. devem ser bem esmiuçados e de domínio das famílias ou dos técnicos de ATER a fim de evitar fracassos.

Outro aspecto importante a se destacar é que, além da pouca participação do público no chat, a maioria das participações exibia elogios de servidores da própria SDR e raramente apareciam perguntas, ainda assim, durante as *Lives*, muitas dúvidas não foram sanadas pelos palestrantes por falta de tempo, o que prejudicou ainda mais a dimensão da participação.

As *Lives* de parcerias de ATER trazem relatos práticos interessantes dos trabalhos que foram realizados no âmbito das chamadas públicas: Parcerias de ATER IDESA Recôncavo; Rede Pintadas Comercialização e Cooperação para o Desenvolvimento; Parcerias de Ater CEFORC; porém retornamos ao mesmo ponto, já que sem uma organização apta para disputar e vencer os editais das chamadas públicas o trabalho não chega aos agricultores.

Portanto, com base na análise das *Lives* é possível perceber que elas podem contribuir mais para os técnicos e técnicas de ATER da BAHATER do que para a melhoria da qualidade de vida, da produção e da produtividade dos agricultores e agricultoras familiares da Bahia, não podendo ser classificadas como ações de Assistência Técnica e muito menos de Extensão Rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tensionamento entre a classe dominante e os excluídos na sociedade brasileira não foi capaz de barrar o processo iniciado a partir da ocupação portuguesa, criando diversas contradições no país. Foram 388 anos de escravidão, saque de riquezas naturais e exploração dos povos originários, a educação foi privilégio para poucos e o modelo de colônia exportadora se perpetua até os dias de hoje, apesar de suas modificações.

A ditadura militar foi responsável por realizar as modificações para a implantação do “novo” modelo de favorecimento da elite e dos países imperialistas, criando as condições para a consolidação do capitalismo no Brasil, a partir da repressão e da importação de modelos de desenvolvimento, sobretudo para o campo, sendo a Extensão Rural e a Revolução Verde elementos constituintes do projeto de agricultura capitalista chamado agronegócio. No Brasil e na Bahia as instituições de ATER historicamente fomentaram esse modelo.

Esse processo colocou os negros à margem do desenvolvimento do país, obrigou camponeses a irem para a cidade, criando as periferias e aumentando a fome. O capitalismo avançou a passos largos em seu projeto de campo com a monocultura, uso de máquinas, produtos químicos e sementes modificadas, ao passo que avançava o abismo no campo brasileiro.

A repressão e a exclusão históricas não impediram os excluídos de lutar e resistir. As ligas camponesas e outros movimentos que inflavam no período pré-ditadura, e que foram suprimidos pela repressão, deixaram seu legado e diversos militantes com formação política e entendimento para continuarem a resistência durante o período militar. Após cerca de uma década de ditadura, as resistências, ora massacradas, voltam a ganhar força à medida que o regime militar se enfraquece e à medida que o capitalismo avançava as contradições aumentam e o povo se revoltava ainda mais com o regime.

Da tensão entre classe dominante e camponeses e operários eclodiram diversos conflitos, de modo que a Comissão Pastoral da Terra, que organizava camponeses no Brasil, avança com sua luta em defesa dos trabalhadores do campo. No período de 1978 a 1983, sobretudo no Centro-Sul do Brasil, inicia-se um processo de ocupações de terra. Em 1984 é criado oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir das ocupações de terras o MST começa outras lutas, principalmente pelo direito à educação pública, ao mesmo tempo entende que a educação do Estado não é apropriada aos camponeses devido à sua intencionalidade alienada a interesses externos.

O MST conseguiu grandes avanços na luta pela educação, criou um setor próprio para discutir o tema e, a partir do Encontro Nacional dos Educadores na Reforma Agrária, surge a proposta de se criar um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), um grande potencializador da luta e da formação de camponeses que possibilitou enxergar como indispensável a concretização de projetos político-pedagógicos que buscassem se adequar às necessidades do povo camponês.

Com acesso à terra, mesmo que limitado aos assentamentos conquistados, os camponeses passam a se apropriar dos conceitos da agroecologia e entendem que a forma de produzir e ocupar a terra deve ser baseada em seus conceitos e práticas, aplicando e ressignificando a agroecologia de acordo com suas próprias experiências, tornando-se, portanto, parte essencial de sua territorialização.

A redemocratização, a projeção nacional do MST e o acúmulo gerado a partir da ocupação dos espaços de educação, além da conquista da Constituição de 1988, possibilitaram ao MST dar um grande passo na construção de uma educação própria e apropriada à realidade camponesa. O Movimento de Educação do Campo buscava contextualizar a realidade dos camponeses a partir da educação, defendendo a agroecologia, a reforma agrária, a soberania alimentar e a cultura popular em contraposição à educação alienadora do Estado, também chamada de educação rural, que buscava esconder a realidade das contradições históricas brasileiras e defender o modelo do agronegócio.

O Movimento de Educação do Campo organiza uma série de encontros estaduais e conferências nacionais com debates e ampla participação de Movimentos Sociais e intelectuais, que culminam em uma série de documentos criados a partir de discussões, primeiro na Educação Básica do Campo e posteriormente na Educação do Campo.

O direito à terra ainda não foi garantido, mas a Educação do Campo obteve diversas conquistas, inclusive dentro da legislação. Os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais, a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras, o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições foram de fundamental importância para a consolidação da Educação do Campo no Brasil.

A crise da Extensão Rural deixa evidente que alternativas existiam e, em decorrência das críticas dos Movimentos Sociais, o governo e seu braço na ATER (EMBRATER) reconhecem o fracasso e propõe uma nova concepção de ATER, porém pouco se avança no sentido de uma Extensão popular e camponesa.

A PENATER garante avanços na ATER brasileira, sobretudo ao situar a Agroecologia como base para suas ações, entretanto as instituições de ATER ainda se encontram imbricadas no modelo antigo, dificultando avanços mais significativos. Os Movimentos Sociais com base na agroecologia e na Educação do Campo é que vão trazer maiores acúmulos para a Extensão camponesa.

Agora os Movimentos ocupam a Universidade, não apenas nos cursos comuns, mas também em cursos próprios e apropriados aos camponeses. Ocupam as organizações de ATER, exigem escolas no campo, criam e recriam as técnicas e tecnologias agroecológicas com base nas tradições locais e exigem a participação na criação das políticas públicas, dentro da lógica do tensionamento contra o poder hegemônico que não permite que essas conquistas se ampliem e superem o agronegócio.

Na Extensão Rural, o Governo da Bahia extinguiu a EBDA, instituição originada da EMATER, e a partir da PEATER instalou um modelo misto, combinando chamadas públicas para instituições de fora do Estado prestarem serviços chamados de Assistência Técnica e Extensão Rural; criou a BAHATER e contribui com as prefeituras e consórcios através do programa Mais ATER. Esse modelo difuso não tem atendido com êxito os cerca de 600 mil agricultores familiares da Bahia, as chamadas públicas atendem um público ínfimo, os técnicos e técnicas da BAHATER tentam atender os produtores para fazer DAP's, sendo que em alguns SETAF's os técnicos oriundos da EBDA continuam atendendo alguns produtores e o Estado subemprega servidores a partir de contratos REDA. Sobre o Mais ATER, a política depende do interesse dos municípios em contratar técnicos e técnicas de ATER que recebem apoio através de veículos e aparelhos a fim de tentar melhorar os serviços.

De 2017 até o final de 2021 o Governo Federal destruiu as frágeis políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e à produção de alimentos, deixou de apoiar os Estados e incentivou um aumento no preço dos alimentos e a exportação, além de investir pesado na destruição do meio ambiente e no avanço do agronegócio e do uso de agrotóxicos. Como se não bastasse o descaso do Governo Federal, em 2020 uma pandemia sem precedentes assola o mundo inteiro e se torna a mais grave no Brasil graças à política genocida do governo Bolsonaro, causando mais de 246 mil mortes, com impacto na economia e aumento ainda maior no preço dos alimentos.

A pandemia trouxe consigo o isolamento social e, com isso, tecnologias passaram a ser utilizadas para atividades educacionais. O mesmo aconteceu com a Assistência Técnica e Extensão Rural, em que grupos de WhatsApp, ligações e chamadas de vídeo e *Lives*

substituíram o contato presencial entre agentes de ATER e agricultores e agricultoras familiares, assim a BAHATER o fez.

As notas técnicas da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural comprovam que as atividades das diferentes modalidades de ATER seguiram essa lógica de encontros remotos, além do repasse de recursos para as organizações das chamadas públicas e para os consórcios.

A BAHATER lança uma série de *Lives* nomeadas “Diálogos de ATER” como um desdobramento da estratégia Parceria Mais Forte, Juntos Para Alimentar a Bahia. Nesses encontros virtuais, especialistas discorrem sobre temas relacionados ao meio rural baiano e à agricultura familiar, cujo objetivo seria criar um processo de formação rápida, dinâmica e interativa para agentes de ATER, agricultores e agricultoras familiares, organizações e movimentos sociais.

A partir da análise das *Lives* foi possível perceber que os “Diálogos de ATER” não conseguiram cumprir seus objetivos totalmente, seus conteúdos, na grande maioria, não estão adequados para agricultores, o público que assistiu às *Lives* foi pequeno e formado na grande maioria por técnicos e técnicas da própria BAHATER, além disso a interação dos participantes através do chat, que inclusive era estimulada pelos moderadores, foi pouquíssima, na maioria composta de elogios dos próprios técnicos e técnicas da BAHATER.

Alguns conteúdos podem ser perigosos para os agricultores, na medida em que apresentam um modelo de produção, estimulam as famílias a reproduzirem, porém, sem acompanhamento técnico qualificado e contínuo, muitos desses estão fadados ao fracasso.

Como pontos positivos podemos destacar as temáticas consideradas transversais à agricultura, como das mulheres agricultoras, que foram abordadas em várias *Lives*, a agroecologia e suas técnicas e tecnologias também estiveram presentes, com diversos assuntos importantes, como as PANC's, bioconstrução, agroflorestas, bioinsumos entre outras. A participação de agricultores, agricultoras, assentados da reforma agrária e quilombolas foi satisfatória, faltando a participação dos povos originários, muito significativos na agricultura familiar baiana. Pode-se afirmar que os diálogos são mais apropriados para os/as agentes de ATER, contudo, se esse era o objetivo, poderia aprofundar melhor em alguns temas, colocar outros em pauta e aumentar a carga horária, já que esses agentes não estavam em campo no período.

É necessário o enfrentamento por parte dos governos ao modelo hegemônico, com participação social na construção de alternativas que dialoguem com as populações e se

baseiem nas concepções e acúmulos da educação do campo e da agroecologia para a superação das mazelas existentes, como a fome, a degradação ambiental, produção de commodities, etc. A terra deve ser redistribuída para estar a serviço do povo e ocupada por quem nela vive e trabalha e a lógica de maiores investimentos para o agronegócio deve ser invertida para um maior aporte do Estado aos agricultores familiares que são os que produzem alimentos e pagam impostos.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 2 ed. 110 p.
- ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n° 2.
- ASBRAER, **Governo do Estado define pela extinção da EBDA**. 2014. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/775-governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda>. Acesso em: 23/02/2022.
- BAHIA. BAHIATER. **Ações realizadas em 2020**. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2021. 16 p.
- BAHIA. **Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014**. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-procidencias>. Acesso em: 17 mai. 2022
- BAHIA PESCA. **Manual Básico de ATER: pesque melhor**. Fundação adm. Salvador, 2015, 31p. Disponível em: <http://fundacaoadm.org.br/pesquemelhor/wp-content/uploads/2015/05/Anexo-03-Manual-B%C3%A1sico-de-ATER-Formatado.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- BAHIATER, **Criação de galinha caipira - planejamento e manejo**. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=di%C3%A1logos+de+ater+cria%C3%87%C3%83O+DE+GALINHA+CAPIRA+PLANEJAMENTO+E+MANEJO+PARA+
- BAHIATER, **Diálogos de ATER: Parcerias de ATER: IDESA RECÔNCAVO**. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSiITjdPd7M>
- BAHIATER, **Diálogos de ATER Parcerias de Ater: CEFORC**. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a2znwwPnZg0&t=2743s>
- BAHIATER, **Diálogos de ATER: Mulheres na Extensão Rural 1 - Práticas e Afetos**. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Era1l6_vHSo&t=1882s
- BAHIATER, **Diálogos de ATER: O Protagonismo das Mulheres Assentadas na Produção Agroecológica**. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIrkD6Kc708&t=194s>
- BAHIATER, **Diálogos de ATER: Mulheres na Extensão Rural 2: Práticas e Afetos**.

YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dv-GELHs5Ps&t=486s>

BAHIATER, **Diálogos de ATER: Mulheres na Extensão Rural 3 Práticas e Afetos.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mj67ahoN044&t=3s>

BAHIATER, **Diálogos de ATER: PRÓPOLIS Importância, Produção e Comercialização.** YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6j93jsD_2b4&t=257s

BAHIATER, **Diálogos de ATER: ATER na visão de Paulo Freire.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-2ELmLJ0B2I>

BAHIATER, **Diálogos de ATER: Produtos Apícolas mel e cera, mercado e comercialização.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TDGunQM9A4Q&t=1496s>

BAHIATER, **Diálogos de ATER: Citros - perda de produção pela podridão floral dos citros em limão taiti.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MwOoDVAqgFg&t=295s>

BAHIATER, **Diálogos de ATER: mandioca.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EljuM5uNZrA&t=608s>

BAIARDI, Amílcar. **EBDA: os novos e os antigos -A+A.** 2007. Notícias SEAGRI. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2007/03/01/ebda-os-novos-e-os-antigos>. Acesso em: 17 maio 2021.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Da luta às Políticas de Educação do Campo: caracterização da educação e da escola do campo. **XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – XXII EPEN**, GT 26 - Educação do Campo, 2014, (UFPB/PPGE) Natal-RN.

BRASIL ECONÔMICO. **Nas alturas: entenda por que o preço dos alimentos aumentou tanto em 2020** Fonte: Economia - iG @ <https://economia.ig.com.br/2020-12-16/nas-alturas-entenda-por-que-o-preco-dos-alimentos-aumentou-tanto-em-2020.html>. 2020. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-12-16/nas-alturas-entenda-por-que-o-preco-dos-alimentos-aumentou-tanto-em-2020.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico especial doença pelo coronavírus COVID-19 nº 38.** Semana Epidemiológica 44 (25 a 31/10) de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-95-boletim-coe-coronavirus.pdf> Acesso em: 25 nov. 2020.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 9. ed. Petrópolis/Ijuí: VOZES/FIDENE, 1990. 316p.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 259.

CALDART, Roseli S.; STEDILE, Miguel E.; DAROS, Diana. (Orgs.). **Caminhos para transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** Tese de Doutorado. Córdoba: 1998.

CAR. **Ações virtuais de assistência técnica são realizadas em toda a Bahia.** 2020. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/acoes-virtuais-de-assistencia-tecnica-sao-realizadas-em-toda-bahia>. Acesso em: 29 ago. 2021.

COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade.** A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1059 p.

DIAS, Helena (Pernambuco). **Os desafios da ATER Remota após dez meses de pandemia.** 2021. Caatinga semeando vidas no semiárido. Disponível em: <https://caatinga.org.br/noticia/os-desafios-da-ater-remota-apos-dez-meses-de-pandemia>. Acesso em: 18 fev. 2021.

EMBRAPA. **Grupo de Trabalho em Agroecologia; Marco Referencial em Agroecologia.** 2006. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2020/EMBRAPA-Marco-Referencial-Agroecologia.pdf>

EMBRATER. **A Extensão Rural, Desenvolvimento e Democracia;** pronunciamento do Presidente da EMBRATER, em 1985. Brasília: EMBRATER, 1986. 70p.

EMBRATER. **Política Agrícola, Reforma Agrária e Extensão Rural: Proposições à Assembléia Nacional Constituinte.** Brasília. EMBRATER. 1987. 40 p.

FÓRUM BAIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR (Salvador-Ba). **Carta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária na Bahia.** 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/2008/12/17/carta-da-agricultura-familiar-e-reforma-agraria-na-bahia/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 8. ed. Rio de Janeiro: O Mundo Hoje, 1983.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa (São Paulo). **O levantamento Bibliográfico e a Pesquisa Científica.** 2010. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_Cristian eGalv.pdf. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. Acesso em: 17 set. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e estatística). **Desemprego.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 02 mar. 2021.

IBGE. **INPC**: índice nacional de preços o consumidor. Índice Nacional de preços o consumidor. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?t=destaques>. Acesso em: 02 mar. 2021.

JESUS, Alex dias de. **Das Ligas ao MST**: luta pela terra e a territorialidade camponesa. 2011. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiagraria/09.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

JONES, Gwyn E. A Carta de Clarendon. **Cadernos CPGER**. Vol. 1. N.º 1 Ag. 1989. Santa Maria, APGER – UFSM. p. 1-10.

JULIANA SILVA. **Ater Pública fortalece agricultura familiar em meio à pandemia**. 2020. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6357-ater-publica-fortalece-agricultura-familiar-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LIMA, Irenilda de Souza; PIRES, Alexandre Henrique Bezerra; BOTELHO, Lauande Corrêa. A Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural e a Formação de Agricultores. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2010, Caxias do Sul. GP- Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local. Caxias do Sul: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. p. 1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2433-1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

LISITA, F. O. **Considerações sobre a Extensão Rural no Brasil**. ADM- Artigos de divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 77, p. 1-3. Abr, 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56338/1/ADM077.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. II. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2001. 4a ed. p.43 e 44.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia. A modernização da agricultura no brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p.290-322, 2011.

MEC/CNE, **Resolução CNE/CP 2/2017**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O Uso dos Conceitos**: uma tentativa de interdisciplinaridade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, 176p.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011

MORAIS, Josiani Alves de; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Metodologias participativas e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Dom Hélder Câmara no assentamento Moacir Lucena. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 165-177, mar. 2017.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **O que foram as Ligas Camponesas homenageadas pela marcha do MST?** 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst/>

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Desde o início da pandemia o MST já doou mais de 3.400 toneladas de alimentos**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf>. Acesso em 16 mar. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Verbete Temático Comissão Pastoral da Terra, Rio de Janeiro. CPDOC, FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>. Acesso em: 17 mar. 2022.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e financiamento**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Capitulo_4_Marcus_Peixoto.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

PETERSEN, Paulo. **Agriculturas Alternativas**. In: CALDART, Roseli Salete et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 43.

REINALDO AZEVEDO. **Bolsonaro conta 5 mentiras sobre covid**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2021/03/01/bolsonaro-mente-5-vezes-sobre-covid-e-diz-que-mortes-interessam-a-alguns.htm>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SANTOS, Isabel de J. Concepções e Metodologias Participativas de Extensão Rural. In: Encontro Nacional de Economia e Desenvolvimento Social, 9., 2012, Natal. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social**. Natal: UFRN, 2012. p. 1-7.

SILVA, Juliana. **Ater Pública fortalece agricultura familiar em meio à pandemia**. 2020. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6357-ater-publica-fortalece-agricultura-familiar-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SILVA, Marcos. **Educação Escolar na Época do Império Brasileiro**. 2010. Aula 6, p. 88-104. Coletânea História da Educação Brasileira. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia_da_Educacao_Brasileira_Aula_6.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.